

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Jaime Miguel Weber

**DINÂMICAS INFORMAIS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO
TERRITÓRIO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS/BRASIL**

Santa Cruz do Sul
2020

Jaime Miguel Weber

**DINÂMICAS INFORMAIS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO
TERRITÓRIO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS/BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul

2020

Jaime Miguel Weber

**DINÂMICAS INFORMAIS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO
TERRITÓRIO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS/BRASIL**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado. Área de concentração em Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr^a Erica Karnopp

Professora Orientadora – PPGDR/UNISC

Dr^a Virginia Elisabeta Etges

Professora Examinadora – PPGDR/UNISC

Dr. Clayton Hillig

Professor Examinador – PPGExR/UFSM

Santa Cruz do Sul

2020

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha família, Rosmeri e Ana Clara, pelo apoio, paciência e compreensão em todos os momentos dessa jornada de estudos. Ao meu pai Iedo, a minha mãe Olga e a irmã Janete, pelo apoio permanente e pela torcida em cada etapa vencida.

Agradecimento especial à competente orientadora professora Dr^a Erica Karnopp pela paciência, disposição, dedicação para a realização desta pesquisa. O meu muito obrigado por todo apoio, por seus ensinamentos e pela amizade que se consolidou!

À professora Dr^a Ângela Felippi pela motivação e persistência para que eu participasse da seleção no PPGDR.

Aos agricultores familiares que dispensaram parte do seu tempo para contribuir com informações e experiências de vida para esta pesquisa.

À coordenação e todo o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional pelos ensinamentos, disposição e dedicação permanente com os alunos.

Aos colegas das turmas de mestrado e doutorado pela oportunidade de convivência e de socialização de experiências e conhecimentos.

Aos representantes da prefeitura municipal de Santa Cruz do Sul, e aos extensionistas da ASCAR/EMATER-RS pelas informações sobre as agroindústrias e pelo tempo dispensado para as entrevistas.

Às funcionárias do PPGDR, Carolina e Graziela, pela paciência e dedicação e em todos os momentos.

À banca pelo tempo dedicado à análise da dissertação e pelas contribuições que muito enriqueceram esta pesquisa.

À CAPES pelo decisivo apoio financeiro para a realização do mestrado.

Aos companheiros de pescaria pelas atividades lúdicas de descontração que muito contribuíram para recarregar as baterias em vários momentos dessa jornada.

Não é bom, em meio a um contexto tão sinistro, deixar-se afundar no catastrofismo melancólico e derrotista. Porque todo poder visa também a isto: nos separar de nossa força, nos inculcar a tristeza, a angústia, o medo, a culpa e sobretudo a sensação de impotência. Mas o poder não é um domínio absoluto, é uma relação de forças, sempre móvel, e assim comporta sua dose de jogo e margem de indeterminação — e portanto de reversibilidade.

Peter Pál Pelbart
Filósofo Húngaro.
Professor titular de filosofia da PUC - SP

RESUMO

A presente dissertação teve como tema “as dinâmicas informais das agroindústrias familiares no território”, identificadas nesta pesquisa como Agroindústrias Familiares Rurais (AFRIs). Teve por intuito analisar as condições concretas e contextuais que influenciam os agricultores familiares a “apostar” na informalidade dos processos agroindustriais. A agricultura familiar tem sido desafiada constantemente para se manter presente e atuante no território, num cenário global de forte tendência à especialização das atividades agropecuárias. Uma das alternativas que vem sendo desenvolvida ao longo da história é o processamento de matérias-primas, especialmente de alimentos, que se constitui a partir do saber-fazer transmitido de geração a geração entre os agricultores familiares. Para a efetivação empírica desta pesquisa foi considerado o território de Santa Cruz do Sul, com predominância na cadeia produtiva do tabaco. A pesquisa utilizou como método os pressupostos teóricos enraizados nas bases do materialismo histórico dialético. Desta forma, assinala conflitos e contradições das atividades informais de processamento de alimentos como uma relevante referência sociocultural e econômica para o território. Ademais, faz uma análise das exigências sanitárias e as tradições de produção, processamento, consumo e comercialização de alimentos em circuitos curtos. Foi possível verificar que a informalidade das agroindústrias familiares não é simplesmente uma situação transitória, como é apontada em alguns estudos. O que dá sustentabilidade, autonomia e viabilidade é o sistema de produção, de processamento da matéria prima e a comercialização diversificada, como estratégias de produção e reprodução das famílias. No contexto desta pesquisa a informalidade se apresenta como resistência. Ela se manifesta como um fator de reflexão frente às transformações provocadas pelos mecanismos globais de dominação.

Palavras-chave: Agroindústrias Familiares Informais. Agricultura familiar. Feiras rurais. Legislação para agroindústrias. Território.

ABSTRACT

This dissertation's theme concerns "the informal dynamics of family agriculture industries in the territory". identified in this research as Rural Family Agriculture Industries (AFRIs). Its purpose was to analyse the concrete and contextual conditions that influence family farmers to "bet" on the informality of agriculture industry processes. Family farming has been constantly challenged to remain present and active in the territory, amidst a global scenario strongly inclined towards specialization of agricultural activities. One alternative that has been developed throughout history is the processing of raw materials, especially foods, which consists of the know how transmitted throughout the generations among family farmers. For the empiric confirmation of this research, the territory of Santa Cruz do Sul was contemplated, predominantly its commodity chain of tobacco. The method used in the research consists of the theoretical assumptions rooted in the base of dialectic historical materialism. Thus, it presents conflicts and contradictions regarding informal foods processing activities as a relevant sociocultural and economical reference for the territory. Moreover, it analyzes the sanitary demands and the production traditions, processing, consumption and commercialization of foods in short commodity chains. It was found that the informality in family agriculture industries is not simply a transitory situation, as per a few studies. It is the system of diversified production, processing of raw materials and commercialization that provides sustainability, as families' strategies of production and reproduction. In the context of this research, informality presents itself as resistance. It manifests as a factor to be thought over, in the face of the transformations caused by the global domination mechanisms.

Keywords: Informal family agriculture industries. Family Farming. Rural fairs. Legislation for agriculture industries. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Reflexos da Globalização.....	14
Figura 2	Localização do município de Santa Cruz do Sul.....	15
Figura 3	Serviços de inspeção e suas abrangências.....	48
Figura 4	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.....	50
Figura 5	Identificação das agroindústrias informais pesquisadas.....	62
Figura 6	Feira Rural de Santa Cruz do Sul.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa etária dos agricultores.....	68
Gráfico 2	Tempo de funcionamento das atividades.....	74
Gráfico 3	As motivações mais significativas apresentadas pelos agricultores com múltiplas escolhas.....	83
Gráfico 4	Preços dos produtos das agroindústrias informais comparados com os preços dos produtos convencionais similares.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Contradições em relação às atividades de processamento de alimentos.....	110
----------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Faturamento bruto anual das AFRIs entrevistadas.....	81
Tabela 2	Fatores que restringem o aumento da produção.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRI	Agroindústria Familiar Rural Informal (o numeral representa cada agroindústria entrevistada)
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
APLVRP	Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAAF	Caracterização e Análise das. Agroindústrias Familiares
CODMAU	Corede Médio Alto Uruguaí
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DDA	Departamento de Defesa Agropecuária
E1	Entrevistado número 1 (Extensão Rural - ATERS)
E2	Entrevistado número 2 (Poder público municipal)
EMATER	Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXPOAGRO	Exposição Agropecuária
EXPOINTER	Exposição Internacional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PEAF	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDI	Requerimentos Diversos
SDR	Secretaria de desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEAPI	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SIE	Sistema de Inspeção Estadual
SIF	Sistema de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SIPOV	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SISBI-POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISBI-POV	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SUASA	Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal
SUSAF	Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A AGRICULTURA FAMILIAR E O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	25
2.1	Agroindústrias familiares informais: território da invisibilidade.....	28
2.2	A Agroindústria Familiar: uma estratégia de resistência.....	33
2.3	Conflitos entre bens e saberes culturais e a legislação sanitária para o processamento de alimentos.....	37
2.4	Preceitos legais para as agroindústrias familiares.....	40
2.5	Políticas públicas para a agricultura familiar e os Sistemas de Inspeção Sanitária.....	43
3	DINÂMICAS INFORMAIS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO TERRITÓRIO DE SANTA CRUZ DO SUL.....	61
3.1	Caracterização das agroindústrias familiares informais.....	66
3.2	Características socioeconômicas das agroindústrias familiares informais.	71
3.3	Processos e estratégias de comercialização das agroindústrias familiares informais.....	88
3.4	Perspectivas para as agroindústrias familiares informais.....	93
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A - Questionário pesquisa agroindústrias.....	124
	APÊNDICE B - Roteiro de questões para os atores do território.....	130

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por intuito analisar a dinâmica da informalidade das agroindústrias familiares no contexto do território. A delimitação espacial levou em conta as questões inerentes à agroindústria familiar informal e ao seu espaço empírico de convivência, de contradições, de conflitos e de desafios.

Nesta pesquisa a agricultura familiar é entendida como uma categoria social de produção, inserida e reconhecida pela sociedade por suas contribuições materiais e imateriais. Para Delgado e Bergamasco (2017) as distintas manifestações e demonstrações de sua organização e participação sociocultural, identificadas em diversos discursos identitários e necessidades sociais, despertaram o interesse de várias pesquisas acadêmicas, ao expor a abrangência e a importância de sua presença e representatividade no mundo rural, e a convergência de políticas públicas de apoio ao seu fortalecimento e reprodução. O desenvolvimento regional requer um esforço das sociedades na dinâmica de organização dos espaços, nas oportunidades, nos potenciais existentes, e na formulação de políticas públicas e estratégias regionais com o intento de suscitar e debater as questões que possam contribuir para que a região se torne protagonista de seu processo de desenvolvimento.

Em relação ao desenvolvimento rural é fundamental buscar a compreensão sobre como os atores sociais se mobilizam no território e como constroem as suas estratégias de vida e as distintas maneiras que enfrentam as dificuldades cotidianas para garantir a reprodução familiar. Em especial, a agricultura familiar tem sido aventada em muitos estudos como elemento de análise em função das consequências dos processos de reestruturação capitalista e da globalização dos mercados, bem como pela forte vulnerabilidade econômica e social a que vem sendo submetida, e ainda pela necessidade de construir alternativas sustentáveis.

A figura 1 apresenta uma síntese de como a globalização se manifesta no território pesquisado e como este se adapta e se recicla na construção de espaços de resistência socioeconômica.

Figura 1 - Reflexos da Globalização



Fonte: Elaboração: Karnopp (2004). Adaptada por: Weber (2019)

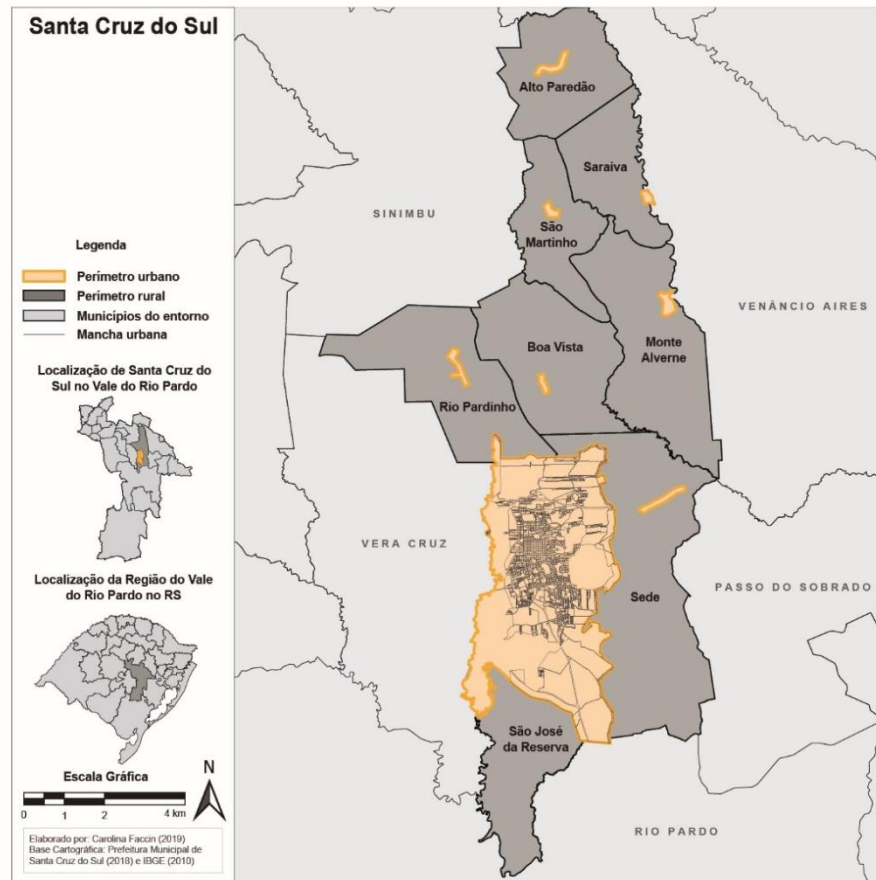
Uma dessas alternativas que vem sendo desenvolvida ao longo da história é o processamento de matéria-prima, especialmente de alimentos, que se constitui a partir do saber-fazer transmitido de geração a geração entre os agricultores familiares.

Nesta pesquisa, buscou-se compreender as estratégias sociais, econômicas e culturais, os significados, as motivações, as condições concretas e contextuais que influenciam os agricultores familiares a “apostar” na informalidade dos processos agroindustriais. Compreender quais são as relações mercadológicas para atender as demandas dos consumidores, os limites, os saberes envolvidos, os riscos e as vantagens de se manter na informalidade.

Nesse sentido, a opção de recorte territorial desta pesquisa foi a partir das experiências de Agroindústrias Familiares Rurais Informais¹ existentes no território de Santa Cruz do Sul, região do Vale do Rio Pardo, que se localiza na região Centro Oriental do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil (Figura 1).

¹Agroindústrias Familiares Rurais Informais (AFRIs) são compreendidas nesta pesquisa como aquelas geridas pelo grupo familiar, mas que não estão de acordo com todas as obrigações formais exigidas pelos órgãos competentes.

Figura 2 – Localização do município de Santa Cruz do Sul



Fonte: OBESRVA DR – UNISC (2016)

Há uma variada bibliografia sobre as agroindústrias familiares rurais e sobre as condições e os obstáculos que fazem parte do cotidiano de quem pratica esta atividade, mas ainda são escassas as referências quando se refere à informalidade dos processos de agroindustrialização.

Não há dúvida que a alimentação é uma questão primordial na vida das pessoas, no mundo inteiro. Tanto o excesso quanto a escassez de alimentos são considerados temas relevantes para a humanidade, e cada vez mais estão presentes nos debates e nas pesquisas. Assim, as reflexões sobre a qualidade dos alimentos têm se tornado cada vez mais frequentes no cenário nacional e internacional porque a alimentação tem uma relação direta com o bem-estar e a saúde das pessoas, tanto para o agricultor como para o consumidor, além de possuir uma relação direta com o desenvolvimento dos territórios.

Desta forma, torna-se necessária a compreensão sobre o olhar e a atuação de algumas instituições públicas e entidades de apoio e assistência técnica, e os conflitos e contradições que se apresentam na relação com as AFRIs.

Para Gazolla (2009), os pequenos empreendimentos agroindustriais têm uma importância crescente em algumas regiões onde predomina a agricultura familiar. Essa importância se observa na produção de alimentos, na diversificação da economia local, na constituição de novos mercados para os agricultores e na preservação das relações sociais no rural, e do rural com o urbano. Contudo, os seus processos de reprodução e sustentação social são permeados por vários impedimentos e carências que dificultam o seu desenvolvimento e a sua consolidação nos territórios. Esses problemas são plurifacetados e possuem interconexões com as instituições, com as organizações sociais rurais dos próprios agricultores e com o Estado.

Nas últimas décadas, especialmente após os anos de 1990, estas atividades passaram a ter uma importância socioeconômica maior para as famílias e também para as economias locais, especialmente pelo tamanho e pela forma descentralizada como se organizam. Segundo Kalnin (2004), foi a partir dos anos 1990 que os projetos de promoção da agricultura familiar passaram a apostar na implantação de agroindústrias como possibilidade de alternativa de renda e emprego, e melhoria das condições de vida dos agricultores, e também para amenizar a crise e a migração para os centros urbanos.

Nesse contexto, as agroindústrias familiares têm encontrado um conjunto de limitações e contradições que passam pela produção, acesso a mercados, organização, e legislações sanitária, ambiental e fiscal, com todas as suas exigências (estruturas, documentos, equipamentos, embalagens, tratamentos, entre outros). Assim, as principais limitações enfrentadas no início das atividades são, em sua maioria, referentes à complexa e intensa burocracia para a adequação aos padrões sanitário, ambiental e produtivo. A partir desses conflitos se inicia uma mobilização de vários atores sociais numa perspectiva de busca de alternativas que possam mitigar ou resolver, pelo menos algumas dessas questões mais conflituosas e contraditórias.

Os agricultores que participaram desta pesquisa são proprietários de agroindústrias informais em funcionamento, e que, além da produção para o autoconsumo, comercializam seus produtos no município de Santa Cruz do Sul.

Foram nove agroindústrias pesquisadas, destas sete comercializam o maior volume de seus produtos através das feiras do produtor rural.

A opção pelas agroindústrias familiares rurais informais como prioridade para esta pesquisa justifica-se na medida em que se busca compreender esse universo que é tão significativo, ou seja, mais de 60% das agroindústrias existentes no território rural de Santa Cruz do Sul/RS são informais, e de certa forma invisíveis aos olhos do capital.

A pesquisa apontou que a palavra informalidade já se apresenta com certo prejulgamento por não atender as obrigações formais para essas atividades. E esse prejulgamento parece ter levado esse tipo de atividade para uma “visível invisibilidade”. Tanto é verdade que a obtenção de informações sobre essas atividades informais requer habilidade e discrição para evitar situações de constrangimento para os entes envolvidos, a montante e a jusante dessas atividades.

O desenvolvimento dos territórios abarca um conjunto de ações e interações e geralmente coloca a centralidade nas questões econômicas, com vistas a desenvolver as atividades mercadológicas associadas a processos industriais e de serviços, com ênfase nas dinâmicas urbanas e na valorização da capacidade de produzir bens e serviços padronizados com custos reduzidos, motivados em princípios de competitividade e eficiência, utilizando-se de modelos com características homogeneizantes.

No espaço rural, essa lógica vem sendo introduzida desde os anos de 1950, com a implantação da modernização conservadora na agropecuária. Assim, vivenciam-se espaços e estratégias diferenciadas para o desenvolvimento das comunidades rurais, o agronegócio centrado na produção de commodities em grande escala, e a agricultura familiar focada na produção de alimentos para o mercado interno, referenciada em escalas reduzidas, em diversificação, e em cadeias curtas de comercialização.

A análise sobre o desenvolvimento de um determinado território requer o entendimento também sobre as estratégias de soberania e segurança alimentar, como um elemento importante para a autonomia dos territórios. Trata-se de um desenvolvimento que leve em consideração os aspectos culturais, econômicos, sociais e ambientais, com justiça e inclusão social, fomentando alternativas que possam propiciar vida com qualidade e geração de renda, e buscando dar espaço e

valorização para as especificidades e heterogeneidades dos territórios e dos atores e/ou sujeitos sociais. Buscar a compreensão do território em seu processo social e histórico, e com a relativização da concepção científica convencional e da racionalidade das legislações, tem se apresentado como uma temática e prática contraditória para vários atores imbricados nesses processos de desenvolvimento.

É nesse contexto que se associa a reflexão e o debate sobre a alimentação e a qualidade dos alimentos que chegam à mesa do consumidor diariamente, numa perspectiva de conexão humana recriada entre os agricultores, os consumidores e as instituições.

Os agricultores empregam seus conhecimentos técnicos e culturais nas atividades de produção de alimentos, utilizando seus meios de produção, nas atividades de processamento e no desenvolvimento de habilidades e estratégias pertinentes à negociação de seus produtos e de busca de mercados compatíveis com a sua realidade. As motivações envolvidas nessas atividades possuem aspectos culturais, econômicos e sociais, associadas às estratégias da produção para o autoconsumo das famílias e de possibilidades de complementação de renda.

Assim, o debate sobre a qualidade dos alimentos envolve um conjunto de fatores que vai desde o significado do alimento, o conceito de qualidade, as estratégias de produção e processamento de alimentos, as interfaces com o desenvolvimento e políticas públicas, os paradigmas de produção associados ao tema da sustentabilidade, os desafios para quem produz e as perspectivas futuras de um modo de vida com qualidade, e também, não menos importantes, o acesso a uma alimentação adequada e de qualidade sob o ponto de vista nutricional e biológico.

O ato de se alimentar vai muito além da satisfação fisiológica, envolve crenças, costumes, tradições culturais, e que durante séculos permitiam a identificação de diferentes povos e culturas, e essa identificação também teve um forte viés através dos modos de produção e dos hábitos alimentares.

O jeito de manusear, conservar, processar e fazer uso de distintos temperos na culinária é que conferem características reservadas a cada tipo de alimento, mesmo que a matéria prima utilizada seja a mesma. Isto é conhecimento construído, trata-se de um saber-fazer, com e sem padrão, e que se aprimora ao longo dos tempos, mas que mantém ou apura determinados atributos peculiares para cada tipo de alimento. Com padrão, quando se considera o conjunto diverso de receitas para

cada tipo de produto, e sem padrão porque essas receitas vão sendo adaptadas em função da disponibilidade de matéria prima, e aprimoradas em função dos hábitos, das necessidades e dos interesses, e também porque nem sempre estão atreladas a uma determinada norma.

A implantação de sistemas industriais com padrões e regras específicas tomou o rumo da restrição e, conseqüentemente de certa erosão de conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade, e ainda de certo desestímulo à criatividade que sempre foi inerente à produção e ao processamento de alimentos, especialmente para os agricultores familiares.

Muitas organizações estão empenhadas em processos que visam resgatar o conhecimento relacionado aos alimentos e as suas distintas formas de produção e processamento que conferem características específicas, assim como a valorização e legitimação de sistemas de produção e de processamento que ao longo das últimas décadas foram sendo considerados atrasados e inadequados pelas legislações e pelos interesses mercadológicos.

Essas formas tradicionais e informais de produção e de processamento de alimentos, especialmente da agricultura familiar, vêm sendo alvo de pressão por parte das instituições para o cumprimento de uma legislação que nem sempre se adequa a uma realidade de produção familiar que está organizada de forma sistêmica. A formalização, além dos custos elevados dos empreendimentos de acordo com a legislação, também aponta ou força para certa simplificação e homogeneização, e conseqüentemente para uma fragilidade do ponto de vista da sustentabilidade dos sistemas de produção familiar.

Esta pesquisa almejou aprofundar não apenas os aspectos técnicos da produção e processamento de alimentos produzidos informalmente, mas como são percebidas as relações entre agricultores e consumidores. As suas compreensões e compromissos em relação à qualidade dos alimentos, e quais são as implicações das agroindústrias informais nos processos de desenvolvimento regional, a partir de distintas percepções, também foram pauta da presente pesquisa.

Muitos trabalhos e estudos sobre o tema das agroindústrias tangenciam a informalidade como uma realidade concreta e significativa, e uma necessidade de reconhecimento e de certa impossibilidade ou inviabilidade de se adequar aos padrões sanitários exigidos nas legislações pertinentes.

Por isso, essa pesquisa se propôs a aprofundar a reflexão a partir de dados obtidos diretamente das agroindústrias familiares informais, das organizações sociais e das instituições, para analisar as lógicas históricas e as questões que estão imbricadas nessa prática de resistência permeada por contradições pouco debatidas.

Dessa forma, a presente pesquisa desenvolveu-se a partir da constatação de que existe um número relevante de Agroindústrias Familiares Rurais Informais (AFRIs) e o objetivo fundamentou-se com o propósito de analisar e compreender a dinâmica da informalidade das AFRIs no contexto do território de Santa Cruz do Sul – RS.

Nos objetivos específicos esta pesquisa se propôs a investigar os preceitos legais que interferem na implantação e implementação das agroindústrias familiares informais, a caracterizar os principais atores envolvidos na dinâmica dessas agroindústrias, e a verificar como os atores sociais – instituições e entidades – interferem no processo de agroindustrialização.

A origem da problemática empírica desta pesquisa remeteu à busca de referenciais teóricos utilizando-se da história como forma de perceber e analisar a motivação que norteia a prática alimentar cultural do saber-fazer e as contradições que permeiam e influenciam o processamento informal de alimentos como uma estratégia para muitos agricultores familiares.

A perspectiva evidenciada nesta pesquisa está relacionada ao tema da informalidade das agroindústrias familiares como fator do processo de desenvolvimento no contexto do território e no processo histórico dessas experiências como forma de revelação do passado e as justificativas de como permanecem até o presente, levando em conta os atores regionais e suas relações na dinâmica regional e global.

A presente pesquisa utilizou como método de análise os pressupostos teóricos enraizados nas bases do materialismo histórico dialético, visto que os princípios de interpretação da realidade das agroindústrias familiares informais do município de Santa Cruz do Sul carecem de uma reflexão que apresente as contradições de uma sociedade que tem por base econômica o capitalismo, e que na maioria das vezes escamoteiam as relações de dominação de uma determinada classe sobre a outra, fetichizam as práticas sociais.

Esta pesquisa sistematizou informações e vivências no contexto do território, a fim de entender a realidade social concreta da agroindústria familiar informal em Santa Cruz do Sul, e as condições da produção e da reprodução do capital e da existência social das pessoas, que é marcada pela luta de classes. Este processo de entendimento sobre essa realidade exigiu um esforço para construir uma interpretação do real que vá para além de uma representação caótica do todo.

Portanto, fez-se necessário entender as competências fruto dos processos produtivos, a informalidade dos processos de agroindustrialização realizados pelos agricultores familiares, a repercussão das estratégias de mercado, a definição sobre como o capital se reproduz neste território, entendendo dessa forma as lógicas de produção (recursos físicos e humanos; forma de gestão), os formatos agroindustriais (técnicas de produção, e conhecimento), e lógicas de consumo (espaços e estratégias).

A metodologia teve como referência o levantamento dos atores ou sujeitos sociais e a identidade no território do município de Santa Cruz do Sul/RS, para compreender a origem do processo produtivo e os fatores sociais e culturais que condicionam a informalidade, e que ocorreram ao longo do tempo. Para Triviños (1987, p. 51) “o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”.

Dessa forma esta pesquisa adota o materialismo histórico como referência de análise e interpretação dos processos históricos de produção da agricultura familiar e seus conflitos sociais.

A pesquisa mostrou como o poder público municipal (Secretaria da Agricultura) e a Assistência Técnica e Extensão Rural e Social oficial do Estado (Ascar/Emater-RS) interagem nos processos de produção e de reprodução social das agroindústrias familiares informais. Neste caso, analisou-se a atuação de organizações e de instituições públicas e privadas, na perspectiva do entendimento da atuação e interferência que exercem ou podem exercer nesses processos.

A busca pela compreensão das lógicas de produção e de estruturação das agroindústrias passa pela identificação dos recursos físicos e humanos envolvidos nessas atividades agroindustriais a fim de compreender algumas questões, como: Quem são os sujeitos envolvidos nessa produção? Como os agricultores estão

organizados (individualmente ou coletivamente)? E como é definida a produção? Como acontece a gestão da produção e do mercado?

O processamento de alimentos, além de fazer parte da cultura histórica da agroindústria familiar, também pode ser considerado como uma intuição ou visão estratégica de reprodução social, seja para sobrevivência ou para agregação de valor. Para Triviños (1987, p. 51) “talvez uma das ideias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade”. Segundo Gil (2008), a concepção moderna de dialética fundamenta-se em Hegel que afirma que a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, onde as contradições se transcendem e dão origem a outras contradições que requerem solução.

Dessa forma, o método proposto permitiu orientar um olhar para o contexto da agroindústria informal. Contudo, considerando as limitações de uma pesquisa de mestrado, foram analisados alguns espaços que possibilitam interpretar e compreender a informalidade dos processos de agroindustrialização dos agricultores familiares e a repercussão para as suas estratégias de reprodução social. Assim, entende-se que os dados e informações levantados contribuem para a compreensão sobre como os componentes socioculturais e políticos do território influenciam para a informalidade dos processos de agroindustrialização do município de Santa Cruz do Sul/RS.

Esta pesquisa foi estruturada em quatro capítulos que inicia com a introdução como forma de apresentar a problemática e os objetivos do estudo, os referenciais teóricos e metodológicos, e noções apropriadas para orientar o desenvolvimento das análises para a produção de conhecimento.

O segundo capítulo aborda temas relacionados à modernização no campo, à conjuntura da produção de alimentos, suas contradições, e as relações de poder nos territórios, com foco na agricultura familiar, e suas implicações nas atividades de processamento informal de alimentos.

No terceiro capítulo são abordadas as dinâmicas das Agroindústrias Familiares no território de Santa Cruz do Sul/RS, a partir da pesquisa realizada, contemplando a caracterização das agroindústrias familiares informais e seus atributos socioeconômicos, seus processos e estratégias de comercialização, seus conflitos e perspectivas.

Por fim são apresentadas as considerações finais onde se buscou destacar pontos relevantes da pesquisa em que os dados coletados dialogam ou se articulam com as proposições da pesquisa.

A carência de textos, análises e reflexões sobre agroindústrias familiares informais não permite que esta dissertação apresente uma listagem copiosa de citações de autores sobre o tema específico. Não significa que esta pesquisa seja diferenciada e única; pouco tem sido produzido sobre a informalidade numa perspectiva de compreensão dos processos inerentes a esse tipo de opção por parte de agricultores familiares, assim como os limites e as contradições que se apresentam nesse cenário.

Obviamente esta pesquisa é também fruto de experiências vividas em distintas fases da formação acadêmica e profissional, a partir de leituras, aulas, capacitações específicas e escutas de autores e agricultores, para construir as ideias e as análises desta dissertação. Contudo, a maior “riqueza” que dá sustentação a esta pesquisa é a fala aberta e consciente dos agricultores entrevistados e das instituições que se dispuseram a dialogar sobre o tema.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Este capítulo aborda conceitos e caracterizações que fazem parte da reflexão desta pesquisa, buscando contribuir no entendimento do contexto da produção de alimentos, suas contradições, e as relações de poder que estão envolvidas em distintos cenários, com o olhar centrado na agricultura familiar e suas atividades de processamento informal de alimentos.

O Estado brasileiro teve um papel fundamental e decisivo na preparação das condições políticas, tecnológicas, econômicas e institucionais para favorecer a implantação e a modernização das atividades agropecuárias e consentir uma rápida ampliação da escala de produção e de industrialização. Neste cenário, a modernização da agricultura se desenvolveu de forma parcial em relação ao latifúndio, e por isso passou a ser identificada como modernização conservadora. Esse processo de modernização passou a ter algumas prioridades em termos de regiões, produtos, e atividades voltadas para o comércio internacional, bem como atividades vinculadas aos complexos agroindustriais de larga escala. Para a efetivação dessa modernização houve a necessidade de reestruturação de vários setores da sociedade, conforme aponta Santos (2003, p. 118):

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento dos momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional.

Para Almeida (1992), as exigências de concretização e reprodução em larga escala do “modelo de industrialização da agricultura” conduziram para uma drástica reestruturação e adaptação dos setores de produção de insumos, serviços e de transformação industrial, das instituições e dos mecanismos de crédito, das redes de comercialização e dos arcabouços dos mercados. As necessidades de adaptações atingiram também as instituições de ensino das Ciências Agrárias, especialmente por meio de convênios de cooperação entre grandes universidades brasileiras, americanas e instituições internacionais de pesquisa.

Para rematar o círculo das condições relevantes para viabilizar a modernização da agropecuária, o Estado definiu um amplo e complexo conjunto de aparelhos de intervenção amparados em leis, regulamentos, programas, políticas e estruturação de instituições que se voltaram para o favorecimento da expansão e consolidação de estruturas, processos e produtos padronizados no cenário técnico-científico, e a controlar as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social e técnica da produção agrícola. Desta forma, a reconstrução ou remodelação dos espaços passou a ter os recursos modernos como referência, como aponta Santos (2003, p. 47):

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equiparar o território, integra-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto maior o número de opções a atingir e a organizar. É o caso do Brasil.

Uma dessas remodelações dos espaços nacionais aconteceu na agricultura, a partir do pacote da modernização conservadora, com o envolvimento de vários setores do ensino, da pesquisa e da extensão rural. Ao mesmo tempo em que se acentuava a implementação do pacote tecnológico com a apropriação do espaço agrícola, e com o intuito de maximizar o rendimento e o lucro a partir de patrimônios genéticos, de animais e de cultivos que se adaptaram ao longo do tempo em situações ecológicas densamente distintas e da ocupação de espaços e situações que foram sendo remodeladas com as novas tecnologias, a prática da agricultura e da pecuária foi extrapolando as suas capacidades produtivas naturais com a artificialização do ambiente e a simplificação dos sistemas de produção. Para Santos (2003, p. 93), “[...] o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico”.

Nesse contexto, muitos sistemas de produção inerentes à agricultura familiar foram sendo desestruturados e parte dos recursos naturais dos quais dependiam foram se degradando. Em alguns casos foram alterando de proprietários e afetando, em parte, as economias para o autoconsumo e os saberes locais com perdas significativas da biodiversidade, e que dificilmente serão recuperadas. Mesmo com todos os limites, muitas famílias permanecem na resistência a esse processo de

modernização a partir de uma lógica menos capitalista - característica da agricultura familiar.

As estratégias dos sistemas habituais ou tradicionais de produção possuem orientação prioritária voltada para o autoconsumo, para as apropriadas práticas de convivência familiar e comunitária, para a autonomia e segurança alimentar, e com respeito ao ambiente, através da manutenção da produção diversificada como estratégia para a reprodução familiar e a permanência em seu território.

Do ponto de vista mercadológico, essas estratégias têm como referência as necessidades alimentares da sociedade com a produção de alimentos saudáveis e de outros produtos diversificados, prioritariamente para o mercado interno local, fortalecendo os circuitos curtos de produção e consumo. Segundo Schneider e Ferrari (2015), o tipo primário de cadeia curta acontece em relações face a face, como feiras livres, vendas a domicílio, casa do produtor, rotas temáticas; e outro tipo de cadeia curta está relacionado ao processamento em pequenas agroindústrias rurais familiares, identificados e reconhecidos como “produtos coloniais”.

Assim, o processamento de alimentos possui uma função relevante, tanto para o autoconsumo como para esses mercados locais, colaborando para certa autossuficiência a partir da possibilidade de ampliação da conservação dos alimentos. Goodman (2003) aponta que há uma tendência de contraposição ao atual modelo de produção e consumo em massa e às cadeias alimentares longas, típicas da economia globalizada. Esse movimento o autor caracteriza como “virada da qualidade”, especialmente em relação aos padrões alimentares da sociedade que passam a dar mais atenção à qualidade, à segurança, à distribuição e aos impactos ambientais dos sistemas convencionais de produção de alimentos.

Nesse sentido, é essencial o emprego de estratégias e tecnologias fundamentadas em tradições culturais da agricultura familiar que possibilitam a reprodução familiar, a agregação de valor aos produtos através do processamento, a preocupação com a qualidade biológica, a inserção de forma mais autônoma, organizada e compensadora (sem altas cargas tributárias) em mercados alternativos, e uma relação mais horizontal com os consumidores. Para Schneider e Ferrari (2015), apesar do fato de que o consumo e a produção de produtos de massa ainda consistam num padrão hegemônico, nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, já existem indicativos de uma crescente busca por

alimentos mais saudáveis e de qualidade distinta, resultante de uma nova demanda por parte dos consumidores.

Isto demonstra a relevância da agricultura familiar no cenário da produção de alimentos e a necessidade de analisar de forma mais detalhada as estratégias dos distintos tipos de agricultores familiares e suas perspectivas de futuro. Schneider e Ferrari (2015) comentam sobre essas estratégias empreendedoras como recuperação de um patrimônio histórico e cultural:

Pode-se entender este movimento dos agricultores por maior autonomia e construção de alternativas não apenas como ações de resistência e, menos ainda, de teimosia. Na verdade, trata-se de estratégias empreendedoras que se traduz em tentativas de capturar uma fatia maior do valor gerado nas principais cadeias de alimentos, assim como também implica na recuperação e revalorização de processos artesanais, de um “saber-fazer” vinculado ao patrimônio histórico e cultural (SCHNEIDER; FERRARI, 2015. p. 57).

Uma das estratégias que tem sido motivada é o investimento nas atividades de processamento de produtos, especialmente de alimentos. As atividades de processamento/agroindustrialização cresceram nas últimas três décadas e foram se organizando/consolidando de distintas formas. Uma dessas formas é o processamento informal que apesar de ser majoritário em boa parte dos municípios gaúchos ainda se mantém na invisibilidade em função de não cumprir o conjunto das exigências legais. É essa informalidade que esta pesquisa pretendeu suscitar e analisar no sentido da percepção e do entendimento pelos distintos atores que estão envolvidos nessas atividades, bem como refletir sobre as contradições e os conflitos que recorrem a partir da prática da informalidade.

2.1 Agroindústrias familiares informais: território da invisibilidade

A conformação do espaço rural brasileiro tem uma relevante influência da imigração europeia, especialmente durante o século XIX. Nesse período, uma das principais preocupações era com o armazenamento de alimentos e com a utilização de técnicas adequadas de conservação para suprir as necessidades em períodos em que as condições climáticas (frio, calor, intempéries) dificultassem a produção em volume e qualidade adequada para a necessidade das famílias.

Várias técnicas foram sendo desenvolvidas e utilizadas para ampliar o período de conservação dos alimentos. A carne de porco, depois de passar pelo

processo da fritura, era conservada na própria gordura retirada e utilizada para o preparo dos alimentos, assim como outros tipos de carne que também eram conservados com o uso do sal, do sol e/ou da fumaça. Também havia a preocupação em relação à conservação de frutas, hortaliças e tubérculos, principalmente em função das estações do ano e das condições climáticas. Assim, como a sazonalidade da produção restringia o consumo in natura, foram sendo desenvolvidas técnicas de secagem ou desidratação através da exposição solar ou de utilização de calor da lenha (fogão, fornos e estufas), para ampliar o período de aproveitamento dos alimentos sem grandes perdas em termos nutricionais. A moagem dos grãos e tubérculos também consistia numa técnica de conservação importante para a fabricação de alimentos, especialmente para as farinhas de trigo, milho, centeio e mandioca (aipim).

Dessa forma, pode-se verificar que permanece uma infinidade de processos e técnicas de processamento de alimentos, e que esses processos fazem parte da história, da cultura e da identidade de diferentes grupos étnicos, no Brasil e no mundo.

A prática da atividade informal nas atividades de processamento da agricultura familiar nem sempre reflete uma condição aventureira de pobreza. Trata-se de diferentes estratégias reprodutivas de famílias que apostam na informalidade como uma oportunidade adequada de produzir, processar e comercializar seus produtos de acordo com sua condição, sua realidade e seus objetivos de vida. Assim, esse tipo de economia informal, constituída por grupos familiares com interesses reservados, está presente de forma expressiva em praticamente todos os Estados e municípios do país, já está inserida na relação campo-cidade, e cumpre uma importante função social e econômica para as famílias que se utilizam dessa estratégia.

É um tipo de economia que possui um conjunto de artifícios e enredos, especialmente nas atividades comerciais, e que são conhecidas pelas pessoas que estão envolvidas, tanto os agricultores como os consumidores, principalmente pelas relações e laços que são construídos nesse reservado e complexo universo da informalidade. Essas particularidades das atividades informais não possuem uma avaliação legal (jurídica) na sociedade, de certa forma são aceitas naturalmente porque se trata de alimentos diferenciados. Contudo, a informalidade nesse tipo de atividade, que se poderia chamar de economia social, tem ficado numa condição de

invisibilidade para as instituições. Pela diversidade das atividades informais e por todas as contradições existentes é notório que há um conhecimento ainda parcial e insuficiente do chamado setor informal, especialmente para a agricultura familiar.

Historicamente a agricultura familiar tem sido marcada por silêncios, ausências, desprezos e vazios que permeiam e mantêm sua respectiva invisibilidade social e política, cujo efeito mais nefasto talvez seja o emprego dessa mesma invisibilidade como recurso para a realização das ações dominadoras do Estado nacional, ou mesmo a falta de ações para este setor tão importante para a produção de alimentos. Assim como a falta de consideração da importância das múltiplas alteridades, dos distintos tipos de agricultores familiares e de seus modos de vida e de resistência, com suas tradições e práticas sociais não predatórias, em harmonia com o ambiente em que habitam.

Do ponto de vista social, a invisibilidade se refere a situações em que determinados atores se encontram imperceptíveis nas relações sociais – não são vistos ou são ignorados em sua existência social. Enquanto esses atores permanecerem invisíveis no cenário político, dificilmente serão considerados nas prioridades do poder público.

Este é o argumento que amiúde tem sido utilizado para colocar as agroindústrias numa situação de “pressão para a formalidade”. A partir da falta de reconhecimento da diversidade e particularidade das práticas culturais existentes no processamento informal praticado pela agricultura familiar e a invisibilidade social e política imposta a esses agricultores insurge o discurso do desenvolvimento econômico como solução para os limites que supostamente dificultam o desenvolvimento do território.

Dado o caráter de sua relativa invisibilidade social e política, como reconhecimento da história e da vida desses agricultores familiares que mantêm suas atividades de processamento de alimentos na informalidade, constata-se que simplesmente não constam nos registros oficiais das instituições como processadores de alimentos. De modo que são raras as indagações a esses agricultores no sentido de compreender, a partir do que eles têm a expor sobre a dinâmica sociocultural e econômica das suas comunidades, os seus limites, as suas contradições e os seus referenciais que orientam o conhecimento sobre o território em que vivem ativamente, bem como as suas relações marcadas pela invisibilidade e vulnerabilidade.

É preciso ressaltar que essa própria alteridade, diversidade e singularidade sociocultural da agricultura familiar também faz parte da riqueza do território e se apresenta como um forte potencial de referência e de resiliência para situações de crises dos modelos convencionais de produção agropecuária, mesmo que muitas vezes seja desconsiderada.

Apesar de a informalidade fazer parte da história da sociedade, foi em meados de 1970 que o termo *setor informal* passou a ser visualizado de forma mais analítica. Para Theodoro (2000) a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é que passou a tratar o conceito de setor informal como um novo instrumento explicativo para uma prática secular que consistia em atividades econômicas de baixa produtividade e que se desenvolviam sem atender os preceitos legais, e ocupavam espaços marginais do mercado.

Na agricultura, a prática da informalidade possui uma gama de distintas e complexas experiências que foram se constituindo empiricamente à margem dos processos formais das relações entre campo-cidade.

Essas técnicas foram sendo desenvolvidas pelas comunidades e constituem um legado de conhecimento histórico, identificado por muitos autores como o saber-fazer, que tem sido transmitido e aprimorado por várias gerações. Brandão (2015) identifica esse saber-fazer como conhecimento tradicional, e que se constitui num amplo indicador do nível de evolução cultural do homem com o ambiente, e que a geração de conhecimento acontece através dessa interação com base em processos sucessivos e dinâmicos, como um dos aspectos da evolução cultural que se manifesta de várias formas, como nas crenças, nos costumes, nas atividades práticas e artesanais, e nos hábitos alimentares que também dão significância para a segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades.

Nas décadas de 1970 e 80 principia um debate protagonizado por várias organizações da sociedade civil, igrejas e movimentos sociais populares, na tentativa de resgatar e de revalorizar tecnologias alternativas – chamadas à época – e de saberes populares sobre a produção primária e o processamento de produtos da agricultura familiar. O exercício da inteligência fecunda de agricultores e agricultoras familiares propiciou o espaço para a experimentação de variadas alternativas organizacionais e técnicas, como as casas de farinha, as roças coletivas, os bancos de sementes, a adubação orgânica, as plantas medicinais, os mutirões e outras modalidades de associativismo em atividades comerciais que são

alguns exemplos dessas iniciativas. Assistia-se à (re)emergência de um amplo processo de organização social voltado para a construção de alternativas aos padrões ambientalmente predatórios e socialmente excludentes de ocupação e uso do território implementados desde os nossos primórdios coloniais, e acentuados pela modernização conservadora da agricultura.

A partir destas décadas cresce e se consolida a organização dos agricultores familiares em torno da produção e oferta de produtos processados em diversas modalidades de venda direta aos consumidores, especialmente nas feiras livres municipais. Estas iniciativas já se apresentavam como reação a um modelo perverso e como busca de novos caminhos, como aborda Brandão (2015, p. 16):

As atuais crises que a sociedade humana enfrenta nos coloca, obrigatoriamente, no dever de resgatar, compreender e aprender com o conhecimento tradicional e os seus fundamentos, pois representam grande oportunidade de colaborar na busca de caminhos novos e mais seguros para a sobrevivência da humanidade.

Nesse sentido, a agroindústria informal possui uma relação consistente com o conhecimento tradicional e seus fundamentos - o saber-fazer - e traz à tona a possibilidade e a necessidade de se buscar um diálogo de igual para igual, entre os atores sociais envolvidos, no sentido da procura de informações e conhecimentos que possam auxiliar na compreensão da complexidade desses sistemas de saberes e da construção de alternativas de soluções plausíveis e justas que possam viabilizar a continuidade dessas atividades informais, e talvez reconhecidas a partir de um novo arcabouço legal.

O recorte municipal de Santa Cruz do Sul/RS, no contexto desta pesquisa, caracteriza-se como um território, porque apresenta enredamentos permeados por relações de poder erigidas ao longo do tempo, e que se manifestam com efeitos nas atividades cotidianas de distintos sujeitos e grupos sociais que se relacionam e se manifestam no território. Para SANTOS (2004), o território é a expressão daquilo que é criado pelo homem:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2004, p. 47).

A análise de agroindústrias informais do território compreendido pelo município de Santa Cruz do Sul é a busca pelo entendimento sobre como esse território usado se manifesta na identidade e na vida desses agricultores que optam pela informalidade de suas atividades rurais de processamento de alimentos, a partir de regramentos criados por necessidades ou por interesses que não contemplam algumas realidades, especialmente de grupos sociais que não estão inseridos convencionalmente na economia local.

Para SANTOS (2000, p.49), “no território, a finança global instala-se como a regra das regras, um conjunto de normas que escorre, imperioso, sobre a totalidade do edifício social, ignorando as estruturas vigentes, para melhor poder contrariá-las, impondo outras estruturas”. Enquanto para Cazella (2006) as disparidades sociais e políticas que estão na gênese do pensamento sobre o desenvolvimento territorial sustentável colaboram no sentido de esclarecer as exclusões, as contradições e os conflitos que lhe são próprios, apesar de que o núcleo duro dessa concepção persiste em dar valor aos aspectos práticos e positivos da vida no território, como a cooperação solidária e o sinergismo praticado entre os atores sociais.

A análise da informalidade das agroindústrias da agricultura familiar remete a uma situação de invisibilidade de um grupo social que está inserido e é atuante no território, mas que contraditoriamente não é “reconhecido” por não se submeter a uma legislação que não lhe é conveniente. Para Weisheimer (2013), a invisibilidade, do ponto de vista social, refere-se a circunstâncias em que determinados sujeitos se encontram imperceptíveis ou invisíveis nas relações sociais de seu território, como uma ação social que sugere não ver o outro, a sua existência social e o que se relaciona a essa existência.

Portanto, a invisibilidade das agroindústrias informais possui interesses e compreensões contraditórias, porque num determinado momento essas agroindústrias foram apoiadas e incentivadas como forma de fortalecer a agricultura familiar diversificada e a produção de alimentos no território, em outro, passaram a ser discriminadas por não atenderem os preceitos legais para esse setor. Por décadas o comércio dessas agroindústrias informais se utiliza de estruturas públicas e possuem uma importância sociocultural para distintos atores do território, em especial os consumidores. Assim, fica evidente que há um impasse para ser equacionado - a formalização -, e esse impasse se desdobra em vários elementos e contradições que foram sendo analisadas a partir da pesquisa de campo.

2.2 A Agroindústria Familiar: uma estratégia de resistência

Com frequência, os agricultores familiares recorrem a práticas de processamento de produtos a fim de agregar valor à sua produção em pequenas agroindústrias familiares. Segundo a base de dados do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), coordenado e operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, em 2013 estavam cadastradas 1.439 agroindústrias familiares no RS (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Essa tipologia de agroindústria pode ser localizada em qualquer região do Estado, mas está concentrada nas regiões com maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar. Mais de 60% do pessoal ocupado em agroindústrias familiares do RS estão situados nas regiões dos Coredes Vale do Rio Pardo, Sul, Serra, Vale do Taquari, Fronteira Noroeste, Missões, Norte, Médio Alto Uruguai, Celeiro e Central (FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK; C., 2016).

Neste contexto, encontram-se as agroindústrias familiares como sendo uma das formas de organização em família ou em grupo familiar, normalmente localizada na comunidade onde produz para a sua subsistência, e onde processa parte de sua produção de origem vegetal ou animal, utilizada como valor de troca na comunidade ou em distintas formas de comercialização.

O que se percebe é que os sistemas de produção familiares possuem a estratégia de autoconsumo como forma de manter certo grau de autonomia. Com as facilidades e disponibilidades de novas tecnologias, e conseqüentemente com o aumento dos custos de manutenção das famílias, as estratégias de produção e processamento para os mercados locais passaram a ter maior relevância. Assim, as agroindústrias foram se constituindo para atender alguns mercados locais e proporcionar maior renda, para também possibilitar o acesso a novas tecnologias e comodidades para as famílias.

Para Pelegrini e Gazolla, (2009), essas unidades agroindustriais possuem forte relevância para a vida das comunidades do ponto de vista produtivo, de mercado, da permanência do homem no campo, da geração de renda, e da diversificação produtiva.

Gazolla (2009) comenta sobre a carência de motivação para a aproximação que as organizações de agricultores têm em relação às instituições formais regionais, considerando que muitas dessas organizações possuem preferência em

se manter com suas regras informais, enquanto que as instituições formais querem adaptar e integrar essas organizações aos padrões das regras formais existentes na produção de alimentos agroindustriais.

Assim, estabelece-se uma contradição que pode levar a disputas sociais em torno dos rumos para o desenvolvimento desses tipos de agroindustriais, que é de difícil resolução. Desta forma, essa prática persiste mesmo com a presença de entraves, e se apresenta como uma alternativa e um caminho a ser percorrido pelos agricultores, em especial aqueles de base familiar, como possibilidade concreta de conquistar melhores condições econômicas e sociais para suas famílias, e como possibilidade de estender a sua forma de produzir e sua permanência no espaço rural. Wilkinson e Mior (1999) chamam a atenção ao expressivo significado do setor informal nas cadeias de consumo e os programas que contribuem para o processamento de alimentos das agroindústrias familiares:

Ao mesmo tempo, sabemos que o setor informal ocupa um espaço significativo em várias cadeias de consumo popular – 40% no leite, 50% na carne bovina, 10-20% nas carnes brancas – e parece ter aumentado a sua participação no período de acelerada demanda pós-Plano Real. Esta dupla realidade – a menor importância do modelo de integração e o peso do setor informal (podemos acrescentar também a crise do modelo tradicional de cooperativismo) – dá sentido, por exemplo, a nova política Pronaf Agroindústria, Prove ou ainda o programa de agroindustrialização da Concrab, que norteiam por estratégias autônomas de agroindustrialização por parte da produção familiar (WILKINSON; MIOR. 1999, p. 31).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem contribuído de forma significativa para alavancar empreendimentos no espaço rural, especialmente com o Pronaf agroindústria.

O PRONAF foi lançado em 1995 pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura com o objetivo geral de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares. O programa tem as seguintes linhas de atuação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios; financiamento da agricultura familiar; capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

Nesta pesquisa as agroindústrias que não estão totalmente de acordo com os preceitos legais para o setor são identificadas como informais. Sabe-se que são

utilizados outros termos para caracterizar essas agroindústrias, como ilegais, clandestinas, entre outros. Para Wilkinson e Mior (1999), há que se fazer uma distinção entre o informal e o ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos. Trata-se de uma atividade cujos processos de produção não estão totalmente de acordo com os padrões vigentes. Isto pode se referir às relações de trabalho (sem carteira, trabalho infantil), às instalações (sem alvará) ou às normas técnicas de produção (não adequação ao regulamento industrial e sanitário). No caso de ilegalidade os órgãos de controle são outros, como as polícias estadual/federal e a receita estadual/federal.

Quando se trata de informalidade agroindustrial, existem os organismos públicos competentes, nas diferentes esferas, que são responsáveis pela fiscalização e enquadramento dos empreendimentos. O setor informal, portanto, é definido fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado. Ao mesmo tempo, o termo pode se estender a atividades que não reconhecem normas e práticas adotadas por grupos organizados da sociedade civil (grêmios, associações de classe etc.). (WILKINSON; MIOR 1999, p.32)

Desta maneira, as estratégias para as regiões deveriam passar por uma reavaliação e reformulação, no sentido de colocar o agricultor familiar, com todas as suas formas, tipos e características de sobrevivência e resiliência, como instrumento estratégico importante para o fortalecimento socioeconômico dos territórios.

A produção de matéria prima associada ao beneficiamento e a mercados regionais apresenta-se como uma dessas alternativas, e está estruturada de várias formas compreendidas entre a formalidade e a informalidade. Compreender a informalidade dessas atividades, a partir das limitações e contradições existentes entre os agricultores, organizações e instituições formais, torna-se relevante no sentido de entender as tendências e possibilidades futuras de organização e de resistência da agricultura familiar, numa perspectiva de desenvolvimento regional.

No Vale do Rio Pardo/RS, a produção de tabaco é preponderante e possui uma organização de várias décadas, de toda a cadeia produtiva. Contudo, nesta região produtora de tabaco, as discussões e as elaborações sobre alternativas de diversificação da produção já duram alguns anos. Nas últimas três décadas os debates para promover a diversificação na agricultura familiar foram assumidos por várias entidades, inclusive do setor fumageiro que priorizou fomentar estratégias de diversificação produtiva e comercial entre jovens que vivem no meio rural. No entanto, as contradições sempre estiveram presentes em função da multiplicidade

de atores e de interesses para construir uma unidade no sentido de conciliar diálogos e ações concretas baseadas em diagnósticos da realidade para promover, de fato, o desenvolvimento.

2.3 Conflitos entre bens e saberes culturais e a legislação sanitária para o processamento de alimentos

A busca por alimentos das agroindústrias familiares aponta para uma intenção ou vontade do consumidor em querer consumir alimentos diferenciados ou tradicionais. Nesse aspecto podemos identificar uma contradição entre a informalidade e a padronização de produtos apregoada pela indústria formal.

A formalidade se baseia em regra imposta pela civilidade, pelas conformidades e conveniências, como uma intervenção imperativa para o cumprimento de certos atos jurídicos, técnicos, tecnológicos, administrativos, ambientais, etc. Para cada condição de formalidade, existem ou deveriam existir instrumentos para elevar ou abrandar o grau de formalidade. Uma atividade pode ser mais ou menos formal, dependendo da adesão às regras, metodologias e a outros tipos de estruturas, porém, as pessoas nem sempre as seguem ou se adaptam às normativas por uma série de motivos que se pode observar nas reflexões desta pesquisa. E mesmo porque nem sempre a informalidade é uma negação aos preceitos legais, em muitos casos se trata do não atendimento ao conjunto de todas as normas.

Assim, a formalidade significa que a interação tem uma configuração definida, caracterizada por uma maneira, um protocolo, um estilo, uma norma, um acordo. A interação é espontânea e as pessoas nem sempre dão importância ou não colocam essa interação sob um juízo de valor - se estão fazendo algo certo ou errado. No caso da agroindústria familiar a formalidade pode ou deve ser analisada sob um prisma diferente por se tratar de uma atividade que possui uma participação direta na produção de matéria prima e no processamento dos alimentos, diferentemente de muitos outros casos de informalidade.

Uma das principais dúvidas das pessoas que estão começando a empreender, ou que já estão em fase de produção e processamento de alimentos, refere-se à formalidade e a informalidade da atividade- o dilema em função da

viabilidade de qualquer investimento. O que vale mais a pena? A resposta a essa pergunta parece ser simples porque, afinal, é óbvio que fazer tudo de acordo com a legislação vigente é a escolha adequada e de menor risco. Parece que esse tipo de avaliação vai mais além da questão meramente econômica de implantação de um empreendimento. O custo de implantação é um fator relevante, mas o custo de manutenção, o processo de fiscalização e o pagamento de encargos são fatores acentuados para a tomada de decisão em relação a realização de um investimento para a implantação de uma agroindústria.

O setor informal possui uma gama de definições, em que alguns autores têm dado ênfase e avaliação negativa, enquanto outros tratam como uma reação à burocracia estatal, como Wilkinson e Mior (1999, p. 32):

No mundo acadêmico e nos organismos internacionais existem várias definições do setor informal como também avaliações positivas e negativas do seu significado. Num extremo, ele pode ser identificado com a pobreza e / ou a sonegação, enquanto, noutro, vários autores veem o setor informal como uma reação criativa à burocracia estatal e à inadequação na provisão de serviços tanto públicos como privados. [...]O setor informal, portanto, é definido fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado. Ao mesmo tempo, o termo pode se estender a atividades que não reconhecem normas e práticas adotadas por grupos organizados da sociedade civil (grêmios, associações de classe etc.). Neste caso, sanções sociais podem substituir a falta de instrumentos legais de repressão.

Para Wilkinson e Mior (1999), a definição de setor informal diz respeito a uma atividade que não utiliza as normas e as regulamentações estabelecidas para o setor que opera. Da mesma forma, os autores abordam sobre a diversidade de características dos empreendimentos rurais familiares, e também sobre as distintas denominações que são tratadas pelos autores, em sua maioria, como distinções terminológicas ou como de conteúdo.

O tema da agroindústria tem sido retomado nas últimas décadas e tem ganhado força pela importância que passou a representar no cenário da agricultura familiar, e nas estratégias de reprodução das famílias, em distintos territórios. Para Wesz Junior (2009), há certa discordância entre os autores sobre a denominação desse tipo de atividade, quando passam a serem utilizados vários termos para caracterizá-la como: agroindústria artesanal, agroindústria de pequeno porte, agroindústria familiar, pequena indústria rural, agroindústria rural, unidades de beneficiamento, entre outros. Esses autores consideram que essas denominações

se distinguem muito mais pela terminologia do que pelas características e semelhanças culturais e sociais que possuem, nos mais variados territórios.

No Rio Grande do Sul, assim como em outros Estados brasileiros, os agricultores familiares se esforçam na busca de alternativas para viabilizar a atividade rural e se manter no meio rural. “A agroindustrialização da produção realizada pelos agricultores familiares é uma importante alternativa de geração de renda no meio rural.[...] Neste tipo de empreendimento, os agricultores são os protagonistas do processo, passando a atuar em toda a cadeia produtiva”. (SDR, 2017, p. 3). O Estado do Rio Grande do Sul (Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR), após vários debates e diagnósticos, lançou em 2012 o Programa de Agroindústria Familiar. Contudo, ainda permanecem algumas lacunas legais e conceituais, do ponto de vista prático, para fortalecer e ampliar esse programa como estratégia de desenvolvimento econômico, ambiental, cultural e social das comunidades rurais; e ainda como estratégia de produção de alimentos de qualidade.

Por tais lacunas entende-se ser importante investigar as condições concretas e contextuais que influenciam os agricultores familiares que vem “apostando” e se mantendo na informalidade dos processos agroindustriais.

Para entender e analisar algumas relações existentes no campo da agricultura familiar faz-se necessário observar alguns elementos que compõem os meandros da informalidade, a partir das organizações e instituições. Estes elementos são as normas ou as regras informais ou os padrões de condutas, segundo os quais a agricultura familiar ou a organização em grupos constrói as suas relações no território. As dinâmicas informais nas atividades de processamento de alimentos na agricultura familiar são estabelecidas a partir de atividades históricas e culturais, sem levar em conta a formalidade existente para essas atividades, ou por discordância ou pela falta de interesse ou necessidade, ou por resistência - não se encaixam no sistema capitalista de acumulação, porque se trata também de relações de solidariedade numa dimensão horizontal. Contudo, segundo KARNOPP (2014), a dinâmica territorial possui influência da dimensão vertical e se manifesta a partir das suas relações de poder econômico.

[...] a dinâmica territorial possui duas dimensões – vertical e horizontal – procurou-se evidenciar que as verticalidades são forças que prevalecem no território da região do Vale do Rio Pardo. Isto significa que o uso econômico é mais importante que o uso social do território, ou seja, os interesses

econômicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais da região. As verticalidades não consideram o interesse coletivo, não dão ênfase às interdependências e redes de solidariedade de pessoas e grupos, organizações de base local (KARNOPP, 2014, p. 293).

As agroindústrias informais representam uma situação típica de dinâmica territorial com dimensão horizontal referenciadas em organizações de base local. Essas relações familiares e comunitárias não possuem a questão econômica como único elemento de interesse. Trata-se de agricultores familiares independentes que não estão inseridos em cadeias integradas de processamento e comercialização. A formalização de suas atividades não se apresenta como um atrativo ou como uma alternativa de viabilidade econômica, ao contrário, em muitos casos a formalização é considerada como afronto a um modo de vida e/ou um risco para inviabilizar a atividade.

2.4 Preceitos legais para as agroindústrias familiares

A transformação ou o processamento de produtos realizado pelos agricultores familiares faz parte da cultura mundial, especialmente como estratégia de armazenamento e de aproveitamento dos alimentos por períodos mais prolongados, e ainda como possibilidade de agregação de valor através da comercialização da produção excedente. Para Schneider (2010, p. 121), a transformação nas unidades produtivas está relacionada ao conjunto de estratégias que interferem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados.

Não obstante, o que faz com que as unidades produtivas se transformem em um ou outro modo ou direção é o conjunto de estratégias, ações e reações que os membros que as integram forem capazes de articular e colocar em prática. Essas estratégias relacionam-se às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar, e mesmo ao universo de relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados.

Essas práticas culturais e modos de produção da agricultura familiar têm sido desenvolvidos através de algumas normas informais constituídas a partir do conhecimento empírico, construído ao longo da história da humanidade, e das relações de respeito e de solidariedade. São estratégias de reprodução familiar que vão se moldando de acordo com as capacidades de equilíbrio entre autonomia e

dependência externa. Nesse sentido, o processamento de alimentos em pequenas agroindústrias tem se tornado uma importante estratégia para a agricultura familiar. Segundo Gazolla (2009), as comunidades trazem esses costumes como herança de suas atividades, tendo como referência um conjunto de valores e princípios vivenciados e transmitidos socialmente, numa perspectiva em que esses contratos informais permitem compreender as agroindústrias familiares do ponto de vista de suas próprias estratégias de reprodução social, que não passam pela formalidade jurídica e legislativa em muitos casos no Brasil, como vários estudos têm demonstrado.

Para Gazolla (2009), os pequenos empreendimentos agroindustriais têm uma importância crescente em algumas regiões onde predomina a agricultura familiar. Essa importância se observa na produção de alimentos, na diversificação da economia local, de constituição de novos mercados para os agricultores e de preservação das relações sociais no rural. Contudo, os seus processos de reprodução e de sustentação social são permeados por várias barreiras e carências que atrasam ou atrapalham o seu pleno desenvolvimento rural. Esses problemas, com características variadas e peculiares, possuem interconexões com as instituições, as organizações sociais rurais dos próprios agricultores e com o Estado.

Para compreender os processos de permanência e de reprodução social das agroindústrias familiares faz-se necessário o entendimento do conceito de contratualização, ou seja, são formas de obrigação que não têm como referência os modelos tradicionais, baseiam-se mais na relação de confiança entre agricultores e consumidores. Sobre esses contratos Gazolla (2009, p. 178) traz uma reflexão no campo da formalidade e informalidade:

Os contratos podem ser entendidos como instrumentos formais e informais de relacionamento entre agentes e organizações, além de serem meios de efetivação de garantias nas trocas econômicas. [...] Como um mecanismo informal, os contratos permitem entender os processos de reprodução dos agricultores, as relações sociais não formalizadas e as suas trocas econômicas, ou seja, os relacionamentos que acontecem “as margens” do sistema jurídico e legal constituído.

Assim, essas regras ou contratos fazem parte da herança das famílias e da vida nas comunidades, tendo como referência um conjunto de valores e de princípios vivenciados e transmitidos socialmente. Para Gazolla (2009), esses contratos informais possibilitam a compreensão das agroindústrias familiares sob

suas próprias estratégias de reprodução social, e que não se utilizam da formalidade jurídica e legislativa.

Muitos desses empreendimentos agroindustriais familiares funcionam com base no que se poderia chamar de contratos de compromisso, ou seja, uma situação social em que a produção, processamento dos alimentos, o acesso ao mercado e as relações sociais, principalmente com os consumidores assumem formas de relacionamento que não passam pelos padrões tradicionais (logro, exploração, oportunismo, etc.). Isso deriva das relações de confiança entre agentes contratualizados informalmente e da proximidade social entre os atores: os agricultores e os consumidores dos seus produtos. Assim, há um contrato de compromisso entre esses, em que o agricultor é reconhecido pelos consumidores como “confiável”, “honesto” e “ético”. (GAZOLLA, 2009, p.179).

Nas últimas décadas, especialmente após os anos de 1990, estas atividades de processamento de produtos passaram a ter uma importância econômica maior para as famílias e também para as economias locais, especialmente pelo tamanho e pela forma descentralizada como se organiza. Segundo Kalnin (2004), foi a partir dos anos 1990 que os projetos de promoção da agricultura familiar passaram a apostar na implantação de agroindústrias como possibilidade de alternativa de renda e de emprego, e melhoria das condições de vida dos agricultores, e também para amenizar a crise e a migração para os centros urbanos.

Mior (2005) considera como um objetivo importante para agricultura familiar a produção de valor de troca que acontece nas atividades de comercialização, e como uma oportunidade nova de gestão social e econômica para as propriedades familiares. Enquanto que para Hunt (1981), o valor de troca é expresso pela quantidade de mercadoria necessária para obter a mercadoria desejada. O dinheiro, nesse caso, é uma mercadoria especial, um instrumento que diferencia as mercadorias no geral.

Para Gazolla (2009), os agricultores veem os consumidores como potenciais “clientes”, como atores sociais que devem ser conquistados e que se deve manter uma relação personificada em um pacto informal, como uma estratégia de segurança de demanda. Nesse caso é a assiduidade de relacionamento repetida no tempo e no espaço que fomenta a relação de confiança entre os atores e faz com que esses consolidem contratos consistentes entre si, como num circuito de relacionamentos em que cada membro é importante para a economia de recursos e para a redução dos custos de transação.

Nesse contexto, as agroindústrias familiares têm encontrado um conjunto de barreiras que passam pela produção, acesso a mercados, organização, e legislações sanitária, ambiental e fiscal, com todas as suas exigências (estruturas, documentos, equipamentos, embalagens, tratamentos, entre outros). A pesquisa Caracterização e Análise das Agroindústrias Familiares na Região do Corede Médio Alto Uruguai (CAAF/CODEMAU, 2006) diagnosticou que 72,64% das agroindústrias pesquisadas na região norte do Estado não estão legalizadas frente aos diferentes níveis do Estado (GAZOLLA, 2009, p. 168).

O Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul foi criado pelo Decreto Lei nº 49.341 de 5 de julho de 2012, tendo como objetivos gerais a organização dos agricultores familiares e públicos tradicionais; a valorização do trabalho coletivo, a promoção e o fomento; a implantação e a legalização de agroindústrias familiares e agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal, com vista ao desenvolvimento rural sustentável; e a promoção da segurança alimentar e nutricional da população, bem como o incremento à geração de trabalho e renda.

Para o Estado do Rio Grande do Sul considera-se (Lei nº 13.921/2012): agroindústria familiar é o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas.

Primando pela segurança, mas buscando a simplificação e a eliminação de cláusulas legais que criavam dificuldades, porque a lei era arrazoada para as grandes empresas, foram surgindo os Serviços de Inspeção Municipais (SIM), os Manuais de boas práticas, e algumas legislações simplificadas. Essas tentativas de simplificação de registro das agroindústrias não têm sido suficientes para ampliar significativamente o percentual de formalização das agroindústrias familiares.

Atualmente, segundo informações da Emater, o número de agroindústrias familiares que estão cadastradas no Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul ultrapassa a 3.500. Contudo, pouco mais de 1.500 dessas agroindústrias estão formalizadas. Isto demonstra a importância de se analisar este cenário, os seus significados, as suas contradições e motivações.

2.5 Políticas públicas para a agricultura familiar e os Sistemas de Inspeção Sanitária

A Agricultura familiar é uma categoria social que tem uma importância socioeconômica relevante para a sociedade, especialmente para a produção de alimentos. Por isto, possui uma relação direta com o tema das políticas públicas de Estado e de governo, que normalmente são criadas com o objetivo de fortalecer e desenvolver esse setor. Trata-se de um tema bastante complexo em função do emaranhado e da dinâmica suscetível em que as políticas públicas estão inseridas. Para se apropriar deste tema é importante buscar a compreensão de alguns conceitos e procedimentos que dão sustentação a esse campo do conhecimento, e que possui proximidade com o cotidiano de cada cidadão.

A utilização do termo política pública não é recente, e suas compreensões foram se alterando ao longo dos anos e foram ampliando os estudos e pesquisas nessa área em função da complexidade não apenas na elaboração, mas também na operacionalização de políticas públicas. Segundo Souza (2006), a política pública enquanto campo de conhecimento e disciplina acadêmica surge nos EUA, rompendo ou alterando as etapas adotadas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que eram voltadas mais para a análise sobre o Estado e suas instituições do que para produção dos governos. Dessa forma, a área de política pública emerge na Europa como um incremento dos trabalhos referenciados em teorias explicativas sobre a função do Estado e do governo, como produtor de políticas públicas. Enquanto nos EUA a área da política pública aparece na academia sem estabelecer analogias com as referências teóricas sobre o papel do Estado, colocando sua ênfase nos estudos sobre a atuação dos governos.

Para falar em políticas públicas é importante buscar um entendimento do conceito de políticas públicas. Para Souza (2006), as políticas públicas versam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de deliberações políticas, e do processo de construção e atuação dessas políticas. Contudo, ressalta que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública.

Entre os fundadores da área de políticas públicas, Souza (2006), destaca H. Laswell que nos anos 1930 introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) numa tentativa de harmonizar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, e para facilitar diálogos entre cientistas

sociais, governos e grupos de interesse. Enquanto Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), considerando que a racionalidade dos decisores é sempre limitada em função de informações incompletas ou interesses pessoais; coloca ainda que a criação de estruturas (regras e incentivos) que balizem o comportamento dos atores pode maximizar a racionalidade.

A política pública se constitui na sociedade a partir das relações entre os atores sociais e as carências que vão se apresentando de forma dinâmica, e que necessitam de atenção e busca de soluções. Para Secchi (2014), a política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. Dessa forma, o autor se acerca sobre a abordagem multicêntrica das políticas públicas, em função dos distintos fenômenos e variações territoriais na atuação do Estado.

[...] a abordagem multicêntrica [...] porque adota um enfoque mais interpretativo e, por consequência, menos positivista, do que seja a política pública [...] segundo, porque evitamos uma pré-análise de personalidade jurídica de uma organização antes de enquadrar suas políticas como sendo públicas [...] terceiro, porque essa abordagem tem implicação em um espectro grande de fenômenos [...] quarto, porque o papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país (SECCHI, 2014, p. 3).

Assim, o debate sobre política pública se reveste de muita complexidade em função da abrangência de conceitos e interpretações. Segundo Secchi (2014), há mais de cem conceitos de política pública, mas para entender melhor sobre esses conceitos há que se distinguir entre problema público e a política pública. Problema público é uma carência ou excesso que existe na sociedade, de qualquer natureza, e que necessita de intervenção. Enquanto a política pública é a tentativa de interferência para mitigação de um problema público, a partir das mais variadas possibilidades ou alternativas para atacar o problema a fim de que seja amenizado ou solucionado.

Trata-se de uma diretriz pública voltada para a resolução de um problema público, com dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Para Secchi (2014), o problema se caracteriza pela discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Ou seja, “a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública”. Considera ainda que “o

processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) também é conhecido como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*)”.

Assim sendo, as sete fases do processo apontadas são: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção (SECCHI, 2014, p. 33).

Na verdade, há hoje uma Babel de abordagens, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam dar inteligibilidade à diversificação dos processos de formação e gestão das políticas públicas em um mundo cada vez mais caracterizado pela interdependência assimétrica, pela incerteza e pela complexidade das questões que demandam regulação. (FARIA, 2003, p. 22).

Essa diversidade de entendimentos e interpretações dos processos de políticas públicas tem relação com a complexidade e particularidades das experiências em curso na sociedade. Segundo Sabourin (2017), temos que considerar que no Brasil já temos em torno de vinte anos de políticas públicas específicas para a categoria da agricultura familiar.

[...] A abordagem sócio-histórica das políticas públicas postula a inserção do político no social. Trata se também de contextualizar socialmente as políticas, de tentar escapar de uma visão autocentrada no Estado, tomando por objeto de pesquisa os processos globais, regionais ou até culturais (SABOURIN, 2017, p. 265).

Assim sendo, a finalidade dessa abordagem sobre política pública justifica-se para contribuir na reflexão sobre a agricultura familiar, o processamento de alimentos, e de como tem sido realizado o processo sociocultural e político de implementação da legislação e dos sistemas de fiscalização e inspeção sanitária.

Mesmo que o Estado do Rio Grande do Sul tenha o Programa de Agroindústria Familiar (PEAF), ainda permanecem algumas lacunas legais e conceituais do ponto de vista prático, para fortalecer e ampliar esse programa como estratégia de desenvolvimento econômico, ambiental, cultural e social das comunidades rurais; e ainda como estratégia de produção de alimentos com qualidade.

A partir do PEAF se constitui um processo de capacitação de técnicos e agricultores para a implementação do Programa, tomando como referência as novas regras. Para a compreensão desse processo é relevante o entendimento dos sistemas de inspeção, seus instrumentos de regulação e as esferas de competência.

A regulamentação dos sistemas brasileiros de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal tem como referência legal um conjunto de leis, decretos, portarias e instruções normativas, e que estabelecem a referência legal de normatização da ação da inspeção sanitária. No caso da agroindustrialização realizada por agricultores familiares, essas normas se apresentam também como um obstáculo para o desenvolvimento dessas agroindústrias, como aponta Guimarães (2001), ao considerar que as normativas sanitárias apresentam uma série de empecilhos, e que se pode notar pelo elevado percentual de informalidade desse setor.

A agroindústria familiar tem se destacado como uma relevante opção de complementariedade com a agregação de valor aos produtos processados e tem se apresentado como uma adequada alternativa de reorganização dos sistemas de produção socioeconômico da agricultura familiar, dinamizando a economia local e regional, gerando novos empregos e contribuindo na redução das desigualdades sociais.

Apesar das várias tentativas para simplificar ou suprimir as cláusulas legais que instituíam dificuldades, vários limites permanecem e são apontados pelos agricultores no decorrer desta pesquisa. Assim, os avanços na legislação foram insuficientes, em função do campo de disputa entre os atores que estão envolvidos nos processos agroindustriais. Esse tipo de situação nos remete às reflexões a respeito do conceito de campo, ambiente de disputas de poder entre grupos, em que Bourdieu reconhece a tensão constante entre os dominantes e os dominados. E nesse campo de disputa, as regras são utilizadas para impor uma “conduta adequada”, em função do saber científico constituído.

O *habitus* científico é uma regra feita homem ou, melhor, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada (BOURDIEU, 2003, p. 23).

Para Bourdieu (1989), essa conduta aparentemente adequada e normal é um campo de disputa, por onde o dominante se ampara na legislação, e o dominado reage no sentido de criar outras normas ou alternativas que estejam de acordo com a realidade, e permitam, pelo menos, a coexistência. Setton (2002, p. 64) considera,

com base nos conceitos de campo de Bourdieu, que “as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica, como um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder”.

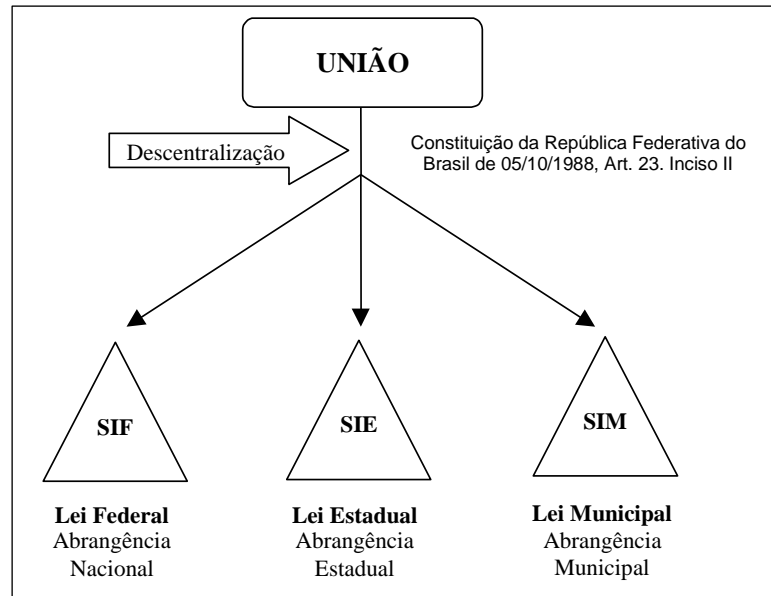
Contudo, no caso das agroindústrias familiares informais, essas disputas, por vezes, permanecem ocultas e os debates se encaminham no sentido de criar sistemas que possam teoricamente facilitar os registros das agroindústrias e ampliar as possibilidades de mercado.

Duas conquistas resultantes, também desses debates entre vários setores ligados à agricultura familiar, foram à criação e implantação do SUASA (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal), a partir de 2006, e no Rio Grande do Sul em 2011, com a aprovação da Lei de criação do SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte), regulamentada em 2012. Estes dois sistemas, SUASA e SUSAF, estabelecem a base legal para os municípios que queiram implantar a equivalência sanitária dos serviços de inspeção municipal, possibilitando a comercialização dos produtos para além das fronteiras municipais.

Segundo Prezotto (2013), temos dois sistemas de inspeção que estão em vigência no país. Até 2006, o sistema convencional tinha abrangência e responsabilidades para as esferas federal, estadual e municipal, desmembrando-se em três distintos tipos de inspeção: Sistema de Inspeção Federal (SIF), Sistema de Inspeção Estadual (SIE), e Sistema de Inspeção Municipal (SIM).

Dessa forma, o processo de descentralização com autonomia legislativa previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 propiciou a implantação de três serviços de inspeção, com a característica de serem independentes, autônomos, e não compartilhados. A Figura 3 abaixo mostra os serviços e suas respectivas competências para a realização da inspeção sanitária.

Figura 3 - Serviços de inspeção e suas abrangências



Fonte: Emater-RS, Renato Cougo (2015)

O Sistema de Inspeção Municipal (SIM) dá amparo às agroindústrias familiares e de pequeno porte, desde que os produtos beneficiados sejam comercializados nos limites geográficos do município de origem. Trata-se de um deslocamento de poder do governo federal para as áreas subnacionais, e nesse caso para os municípios. Por um lado este Sistema confere mais autonomia aos municípios, por outro, apresenta uma situação que “engessa” o comércio, colocando limites para a ampliação do mercado. Então, o principal limite do Sistema de Inspeção Municipal é que uma agroindústria cadastrada neste Sistema só consegue comercializar seus produtos no espaço geográfico do seu município, limitando o comércio para outros mercados regionais.

A Legislação Sanitária que vigora para as atividades agroindustriais familiares e de pequeno porte passou por várias adequações com a resolução de alguns entraves técnicos e a facilitação de alguns processos. Contudo, o excesso de burocracia e a imposição das exigências legais têm contribuído para a exclusão de uma parcela significativa de agricultores que se envolve em atividades agroindustriais, e que não consegue atender a esse conjunto de exigências em função de vários motivos, entre os quais estão a falta de recursos e a baixa escala de produção, ou ainda, por uma opção de resistência e de manutenção de um sistema de processamento que tem a ver com a cultura sistêmica da agricultura

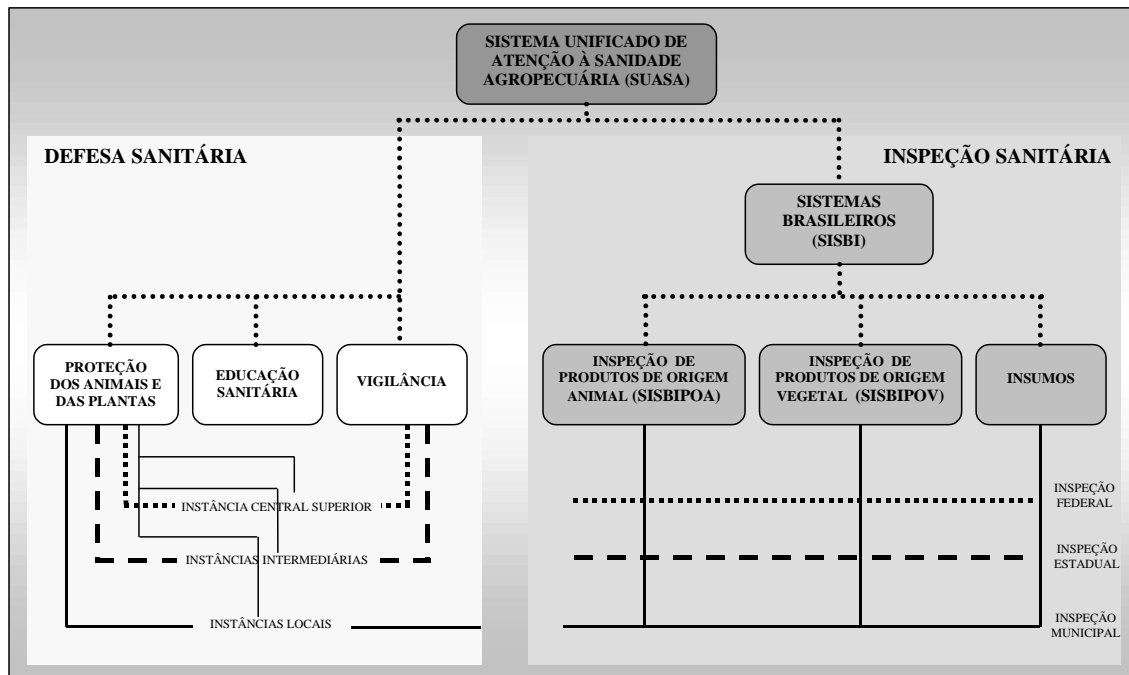
familiar. Assim sendo, parte das atividades responsáveis pela produção de alimentos processados continua sendo inviabilizada, e nesse contexto que se encontra e se mantém a informalidade das agroindústrias familiares, com suas características e peculiaridades.

O SUASA passou a ter sua vinculação com a Secretaria Estadual de Agricultura e com o Ministério da Agricultura, onde o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) passou a se constituir como o Sistema de Inspeção.

O que se apresenta como novidade e vantagem a partir dessa reestruturação é a possibilidade para a agroindústria familiar que possui o cadastro no SIM poder comercializar seus produtos a nível estadual e federal, desde que tenha a equivalência e atenda aos requisitos legalmente estabelecidos.

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) é o sistema de inspeção, organizado de forma unificada, descentralizada e integrada entre a União, através do Ministério da Agricultura, que coordena o sistema, como Instância Central e Superior, os estados e Distrito Federal, como Instância Intermediária, os municípios, como Instância Local, através de adesão voluntária. O objetivo deste sistema é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo. Para dar conta dessa complexidade o SUASA está estruturado em quatro subsistemas brasileiros de inspeção e fiscalização: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV), Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários. O SISBI-POA tem por objetivo a harmonização e a padronização dos procedimentos de inspeção dos produtos de origem animal. Portanto, sempre que for citado o SISBI-POA, está se referindo à parte do SUASA que cuida da inspeção dos produtos de origem animal.

Figura 4 – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária



Fonte: Emater/RS: Renato Cougo (2015).

A legislação que constituiu e regulamentou o SUASA tem como base a Lei Agrícola (nº 8.171/1991), alterada pela Lei nº 9.712/1998, nos artigos 27, 28 e 29, que criou o SUASA. No entanto, foi o Decreto nº 5.741/2006, que regulamentou o seu funcionamento. Os procedimentos para adesão dos entes federados foram definidos somente em 2011, através da IN nº 36/2011 do MAPA, além do decreto nº 8445, de 06 de maio de 2015, que altera o art. 151 e 153 do Decreto nº 5.741 de 2006, e estabelecem quais são os requisitos para equivalência entre os serviços de inspeção. Após a adesão dos entes federados ao SUASA, todo o trabalho relacionado com serviço de inspeção passa a ser regido pela própria legislação. Significa que é o próprio Estado ou Município que define os critérios e procedimentos de inspeção e aprovação de plantas de agroindústrias, a menos que não fira os princípios legais do SUASA.

Na sequência, passam a serem realizadas as auditorias previstas para avaliação sobre a forma como estão os procedimentos. A inspeção é específica para avaliar a qualidade higiênico-sanitária e a inocuidade alimentar. A concessão de equivalência concedida após a comprovação da eficácia da inspeção local está prevista no Art. 15 da IN nº 36/2011. Enquanto, o Art. 16 apresenta a necessidade legal das auditorias periódicas para constatação da fiscalização e manutenção da

qualidade ao longo do tempo. Essas auditorias passam a ser realizadas em todas as esferas responsáveis pelo SUASA.

Com base nos dados do MAPA apenas quatro estados e o Distrito Federal haviam solicitados os seus credenciamentos ao sistema. Dados mais recentes do MAPA apontam que atualmente são doze Estados e mais o Distrito Federal que possuem o cadastro no Sistema.

Conforme informações da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), em 2016 o Rio Grande do Sul já estava credenciado no Sistema e contava com a participação de seis municípios: Alegrete, Erechim, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, São Pedro do Butiá e Santana do Livramento. Atualmente são 13 municípios do estado que já estão credenciados no Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI), e que faz parte do SUASA.

Para a agroindústria familiar, a adesão dos municípios ao Sistema pode ser relevante porque possibilita a expansão da participação de agroindústrias no mercado, especialmente as pequenas agroindústrias.

A adesão ao SUASA é de forma voluntária. Contudo, alguns fatores como a falta de estrutura, de recursos humanos e procedimentos pré-estabelecidos figuram entre os principais limitantes para o fortalecimento e ampliação do SUASA.

Outro limitante é a implantação do SIM. Os municípios possuem dificuldades de várias ordens para “banca” esse sistema. Enquanto não houver organização dos municípios para atender as exigências mínimas estabelecidas, a abrangência e a consolidação do SUASA estarão comprometidas.

O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF) é uma iniciativa do Estado do Rio Grande do Sul. A implantação do SUSAF, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 49340 de 05 de julho de 2012, permite aos estabelecimentos registrados no SIM, e que estejam engajados neste Sistema, o comércio em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, o que só caberia àqueles registrados na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) por meio do Serviço Estadual de Inspeção. Para que os municípios obtenham, de forma voluntária a adesão a este Sistema, é necessária a comprovação da equivalência junto à SEAPA dos seus processos e procedimentos de inspeção e fiscalização. A partir de 2013, os procedimentos para o reconhecimento da equivalência ao SUSAF/RS foram instituídos pela IN nº 02, de 10 de fevereiro de 2013 – SEAPA (RIO GRANDE DO SUL, 2013). As condições de

infraestrutura administrativa para o alcance de equivalência estão no Art. 10 da IN 02/2013:

Art. 10. Os requisitos relacionados com a infraestrutura administrativa para obtenção da equivalência do Serviço de Inspeção Municipal serão avaliados mediante as seguintes condições: I - recursos humanos: médico(s) veterinário(s) oficial(is) e auxiliar(es) de inspeção capacitados, em número compatível com as atividades de inspeção naqueles estabelecimentos que fizerem parte do SUSAF/RS, lotados no Serviço de Inspeção, que não tenham conflitos de interesses e possuam poderes legais para realizar as inspeções e fiscalizações com imparcialidade e independência; II - para o cálculo do número de funcionários, médico veterinário, auxiliar de inspeção e administrativo, deverão ser utilizados como critério o volume de produção e a necessidade presencial da inspeção oficial no estabelecimento; III - estrutura física: materiais de apoio administrativo, mobiliário, equipamentos de informática e demais equipamentos necessários que garantam efetivo suporte tecnológico e administrativo para as atividades da inspeção; IV - banco de dados sobre o cadastro dos estabelecimentos, rótulos e projetos aprovados, dados de produção, dados de abate, mantendo um sistema de informação atualizado; e V - infraestrutura para desenvolvimento dos trabalhos como veículos oficiais em número e condições adequadas, respeitando as particularidades de cada Município e Serviço de Inspeção, para exercício das atividades de inspeção (IN 02, 2013).

Segundo o Art. 10, é necessário que os Serviços de Inspeção Municipais possuam médicos veterinários e auxiliares de inspeção capacitados e em número compatível. Este é um dos problemas para a adesão ao SUSAF, considerando a situação financeira precária da maioria dos municípios gaúchos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário aportou o valor de dois milhões de reais para a compra de veículos, computadores e outros equipamentos para serem repassados aos municípios que obtiverem equivalência sanitária ao SISBI ou SUSAF

Atualmente já passa de 30 municípios do Estado com adesão ao SUSAF, e mais de 60 agroindústrias, segundo informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAPA). Possivelmente esse baixo número de adesão dos municípios se justifique também pela falta de condições concretas para atender as exigências para a equivalência entre os sistemas, especialmente no que se refere a estruturas físicas e recursos humanos.

Pode-se dizer que o SUSAF é um sistema que possui algumas particularidades no que se refere a sua proposição, formulação e implementação, a partir de um formato construção de uma política pública com efetiva participação social, em todo o seu processo. O que se pode verificar a partir da estrutura básica de construção de políticas públicas.

Dessa forma, a proposição do SUFAF como uma política pública de âmbito estadual tem sua origem a partir de um problema socioeconômico, manifestado por agricultores de vários municípios, a partir da implantação do SIM, considerando que este sistema restringe a comercialização de produtos processados para além dos limites geográficos do município. Assim sendo, pode-se considerar que houve a identificação do problema, e a busca de solução envolveu a sociedade civil como demandante, o poder legislativo como intermediário para a elaboração da política pública, o poder executivo Estadual, através da SEAPI - responsável pelo processo de fiscalização, orientação, auditorias e vistorias, e o poder executivo Federal (MAPA), como poder regulador em âmbito Federal.

A demanda inicial do SUSAF foi levada à assembleia legislativa que passou a mobilizar os movimentos e organizações sociais do campo, envolvendo o governo do estado, o governo federal e a federação dos municípios. Para ampliar e aprofundar o debate foram realizadas uma série de reuniões, audiências públicas e seminários, em diversas regiões do estado, para buscar uma forma adequada para facilitar alguns processos de registro e implantação de agroindústrias, e possibilitar a comercialização dos produtos processados além dos limites geográficos do município.

Nesse sentido, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou por unanimidade a proposta do Sistema, em novembro de 2011, e o governador do Estado sancionou a Lei nº 13.825 que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF/RS). Então, a unificação dos Sistemas de Inspeção passou a ser viabilizada legalmente. A partir desta unificação, as agroindústrias que alcançarem a aprovação pelo Serviço de Inspeção Municipal, com a adesão ao SUSAF-RS, podem comercializar no domínio territorial do Estado do Rio Grande do Sul.

Pela LEI Nº13.825/2011 são consideradas agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal os estabelecimentos com pequena escala de produção dirigidos diretamente por agricultor(es) familiar(es) com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, cuja a produção abarque desde o preparo da matéria prima até o acabamento do produto, e seja realizada com o trabalho predominantemente manual e que acrescente aos produtos características peculiares relacionadas ao local de origem. E são consideradas agroindústrias familiares de pequeno porte os estabelecimentos de propriedade ou posse de agricultores familiares, definidas pelo artigo 3º da Lei Federal nº 11.326/2006, de forma individual ou coletiva, dispendo de instalações mínimas e destinadas ao abate, ao processamento e à

industrialização de produto de origem animal, conforme critérios definidos em regulamento.

A implementação de uma política pública é considerada como uma das etapas mais crítica e delicada, pelo fato de que é nessa fase que as vulnerabilidades e as insuficiências da política se manifestam, e é nessa fase que se coloca em prova o potencial da política e a capacidade dos gestores. Contudo, torna-se relevante a observação na trajetória das etapas de uma política pública e suas relações com os atores sociais e instituições, considerando que os resultados normalmente são imprevisíveis, porque fazem parte de um processo interativo de elaboração, execução e reformulação (alteração de rumo ou estratégias). Para Lima e D'Ascenzi (2013, p. 102), “o processo de formulação seria permeado pela lógica da atividade política, ao passo que a implementação estaria no âmbito da prática administrativa”. Ou seja, a implementação possui uma relação direta com a execução de atividades, com distintos atores e cenários.

Segundo Lima e D'Ascenzi (2013), a literatura sobre implementação de políticas públicas apresenta duas abordagens hegemônicas. A primeira adota como centralidade de análise o processo de formulação da política pública, e as variáveis destacadas se referem às regras que a estruturam, enquanto, a segunda abordagem destaca informações dos contextos de ação nos quais a política será implementada, e adota como variáveis as condições dos ambientes locais e as burocracias implementadoras, ou seja, referencia-se na suposição de que a implementação modifica a formulação.

Limitar, regular e controlar a discricionariedade dos implementadores são questões centrais. Regras claras, compreensíveis e específicas visam a permitir a difusão do plano e minimizar a discricionariedade, consideradas uma distorção da autoridade governamental. (LIMA E D'ASCENZI, 2013, p. 103)

Considerando os apontamentos de Lima e D'Ascenzi (2013), pode-se considerar que um dos principais limites na implementação do SUSAF possui relação com certo grau de resistência dos implementadores, a partir do seu aparato administrativo responsável.

Assim, fatores como disponibilidade e qualidade dos recursos humanos e materiais, estrutura e a dinâmica das regras organizacionais (formais e informais), fluxo e disponibilização de informações influenciam a forma como se dará a apropriação e implementação do plano nos espaços locais. (LIMA E D'ASCENZI, 2013, p. 106).

A partir da suposta definição do problema, tendo como referência uma legislação existente, e da ampla mobilização para buscar alternativas, percebe-se que houve uma coalizão composta por uma "diversidade de atores" do Estado e da sociedade civil, e que resultou na aprovação de um projeto de lei, por unanimidade na assembleia legislativa do estado do RS, e com apoio popular. Houve então, uma composição que perpassou as fronteiras tradicionais entre Estado e sociedade.

Mesmo assim, o processo de formulação, e, especialmente de implementação dessa política pública (SUSAF), continua sendo um processo dinâmico de disputas envolvendo os atores participantes, seus interesses e articulações, com disputas em que o "uso" das estruturas burocráticas, as distintas interpretações, e o conhecimento especializado têm influenciado de forma significativa o baixo grau de adesão dos municípios gaúchos. Esse grau de resistência visivelmente adotado pelos implementadores tem consequências que se manifestam e limitam o desenvolvimento desse setor em todo o território estadual. Para Marques (2006), essas estruturas compõem uma densa e complexa trama relacional interna ao Estado que emoldura a dinâmica política e influencia fortemente a formulação e a implementação das políticas públicas.

As disputas da fase de implementação continuam e, atualmente, há novas propostas de alteração da lei, que entra para novos *rounds* com intensas disputas de interesses. De certa forma, a implementação do SUSAF, mesmo com todas as dificuldades e disputas existentes, deve seguir avançando até um ponto em que se torne possível realizar as etapas de avaliação que permitem orientar os tomadores de decisão. Ramos e Schabbach (2012) destacam que a avaliação se assenta na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, uma avaliação tão sistemática e objetiva quanto possível, efetuada por avaliadores internos ou externos. Ao considerar elementos valorativos e de julgamento, a avaliação considera aspectos qualitativos, não se confundindo com o mero acompanhamento das ações governamentais.

A avaliação das políticas sociais é concebida como um processo norteado para julgar a valoração e os merecimentos de iniciativas políticas governamentais, cujos resultados são capazes de expressar tanto os conflitos e contradições, quanto às conciliações sociais desenvolvidas em diferentes contextos e entre distintos atores.

As agroindústrias familiares rurais informais se apresentam como uma situação de conflito e de contradição em relação aos programas e políticas públicas que não atendem essa condição específica de processamento de alimentos, e por isto permanecem na condição de informalidade.

Estes sistemas baseados em programas e políticas públicas são de certa forma legitimados na sociedade porque cumprem os ritos legais. Contudo, esses sistemas colocam o cidadão, e neste caso a agricultor familiar, numa situação de conflito porque precisa decidir sobre o rumo do seu empreendimento – formalizar ou não. Para Setton (2002), muitas das decisões individuais se balizam por critérios que foram decididos e organizados em ambientes distantes, onde os conhecimentos técnicos e específicos de várias dimensões são tomados como referência para as ações, opções e práticas. O comportamento passa a ser balizado em informações e dados com origem em discussões nas quais o conjunto de atores envolvidos não participa. São colocados em um nível técnico de elaboração em que, como leigos, parte desses atores não teria condições concretas de participar, contribuir e ou influenciar nas decisões. As opções que restam são assumir e respeitar a legitimidade que esses sistemas adquirem na sociedade, ou a resistência para manter a forma de vida mais de acordo com a sua realidade. Dessa forma, os sistemas se apresentam como modelos científicos “legitimados pela sociedade”, sem apresentar uma alternativa de coexistência para situações que não estão contempladas nesses modelos tradicionais. Assim, a informalidade passa ser “invisível” aos olhos das instituições que possuem a função de operacionalizar os sistemas e, contraditoriamente, são reconhecidas e respaldadas pelos consumidores que buscam esses produtos diferenciados, ou seja, a coexistência existe no campo prático da informalidade. Para Setton (2002, p. 69), “a coexistência pode se configurar em um campo híbrido e diversificado de códigos e arquétipos identitários, consolidando-se num processo de socialização moderna baseado em variados padrões de referência”.

O Estado opera vários tipos de intervenções nos processos socioculturais e nas formas organizativas da sociedade, em distintos espaços, e quase sempre essas intervenções são orientadas numa perspectiva de homogeneização e de padronização. Não é muito diferente a intervenção do Estado no caso das agroindústrias familiares informais, a busca pela homogeneização e padronização tende a uma desconstrução de processos históricos e culturais da agricultura

familiar. Essas intervenções tendem a afetar a forma de viver, de se relacionar, os costumes, os hábitos e as capacidades adquiridas das pessoas, mas dificilmente mudam as pessoas, porque a negação ou o descrédito tende a gerar formas de resistência.

As políticas públicas e os programas têm considerado os processos culturais de processamento informal de alimentos como transitórios, e apontam novos aparatos legais, como os sistemas de registro e inspeção, como solução para “harmonizar” os processos e estruturas que não estão de acordo com os preceitos legais. Significa tirar da ilegalidade ou da clandestinidade, como apontam alguns atores, representantes de intuições públicas e privadas, ou retirar essas experiências da invisibilidade.

As contradições existentes sobre a qualidade dos alimentos não estão restritas a poucos territórios, ou seja, esta temática tem se tornado pauta relevante para muitas organizações internacionais.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização Pan-americana de Saúde (OPAS/OMS) estão intensamente envolvidas no debate sobre a segurança alimentar e nutricional, e neste sentido têm promovido alguns eventos, como o Simpósio Regional sobre Sistemas Alimentares Sustentáveis para a Alimentação Saudável que aconteceu em 2017 em El Salvador, com o objetivo de reunir os países para promoção de estratégias para alcançar sistemas alimentares sustentáveis, justos e inclusivos que garantam o direito à alimentação adequada e para acabar com todas as formas de má nutrição, contribuindo assim para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na América Latina e no Caribe (FAO, 2017).

A abrangência e a importância desse tema também desperta interesse para os organismos internacionais. O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), José Graziano, alerta que a fome, a obesidade e outras formas de má nutrição seguirão aumentando se não houver uma mudança profunda nos sistemas alimentares. Graziano destaca também que a razão dos dois problemas é o fato de que os sistemas alimentares não estão fornecendo dietas saudáveis: “os sistemas alimentares que temos não funcionam, estão projetados para outra coisa, que não é para garantir uma boa alimentação. O desafio é redesenhá-los.” Alguns dados indicam para a deterioração dos sistemas alimentares, como aponta Paula (2018, p. 8):

A deterioração das condições de abastecimento alimentar passou a ocorrer tanto do ponto de vista da redução do poder de compra e insuficiência de oferta, quanto pela maior ingestão de produtos industrializados, cujo efeito mais dramático se manifesta no número de pessoas obesas ou com sobrepeso, o qual, tendo já dobrado entre 1980 e 2014, deve atingir mais 2,7 bilhões de pessoas em 2025, um terço da população mundial, segundo informa a World Obesity Federation.

Isto demonstra que os sistemas alimentares convencionais, baseados na padronização dos alimentos, não estão respondendo para uma alimentação adequada e saudável para a população mundial.

Nesse sentido, a agricultura familiar centrada na produção e processamento de alimentos está em consonância com vários dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se relacionam com os temas da fome, água, energia, emprego, sustentabilidade, clima, entre outros. No entanto, não há uma compreensão da diversidade que representa este setor, e tão pouco se tem políticas públicas adequadas, construídas de acordo com a realidade das famílias e dos territórios. A tendência da padronização dos alimentos, além de comprometer essa diversidade, também aponta para certa seletividade e esvaziamento do espaço rural.

Para Paula (2018), a questão alimentar está na própria essência do sistema alimentar, e para se buscar saídas é necessário romper com alguns padrões e promover transformações estruturais apropriadas no sentido de reorientar as tendências em curso e confrontar com os interesses dominantes; não se pode esperar dos agentes hegemônicos mudanças que promovam o sistema em harmonia com a segurança alimentar e nutricional.

Um dos grandes desafios desse debate é analisar e refletir sobre as contradições existentes. A partir dessas contradições (re)planejar sistemas regionais de alimentação saudável, de produção e processamento, que possam promover qualidade de vida numa perspectiva territorial, em que cada território possa trabalhar e desenvolver a sua vocação e o seu potencial produtivo e organizativo. As práticas alimentares, que seguirem uma tendência de suprir a função biológica, cada vez mais, tendem a recuperar outras funções que tem a ver com a sociabilidade e com aspectos mais amplos de vida com qualidade. De acordo com Paula (2018), é necessário buscar e expor perspectivas que insurgem da sociedade civil e de instituições envolvidas na construção de uma via alternativa que se concretize numa

agenda palpável e viável de segurança alimentar desafiadora e capaz de abrandar os efeitos nocivos da ordem hegemônica alimentar atual.

Tudo indica que o caminho que a sociedade, representada pela ordem hegemônica, tem adotado para os sistemas alimentares não está respondendo ou não está adequado para uma perspectiva futura de sustentabilidade social, ambiental e cultural. “Nosso referencial para uma reforma dos sistemas alimentares deve ser a sustentabilidade, em toda a sua multidimensionalidade” (PAULA, 2018, p. 32).

Os indicativos apontados pelos organismos internacionais reforçam que a insegurança alimentar é reflexo da essência do capitalismo neoliberal, em que a regulação realizada pelo Estado passou a ser comandada pela dinâmica do mercado, com discursos pífidos de promoção da qualidade e de redução de custos - eficiência econômica. Assim, a alteração do padrão de consumo de alimentos altera uma lógica sociocultural, e a preocupação passa a ser também com o excesso, além das carências nutricionais. Para Rocha (2018), a situação necessita de uma análise abrangente dos sistemas alimentares, com ênfase nas relações de poder:

Esses problemas estão profundamente interligados e uma análise holística é necessária. Tal análise assume que os problemas em sistemas alimentares – desde acesso à terra, sobrepeso e obesidade – são componentes de problemas sistêmicos subjacentes à forma como os alimentos são produzidos, processados, distribuídos, e consumidos em todo o mundo [...]. A ênfase deve ser sobre a economia política dos sistemas alimentares e, particularmente, sobre as relações de poder que funcionam através desses sistemas (ROCHA, 2018. p. 25)

O foco desta pesquisa buscou elementos teóricos sobre a temática da alimentação, com base nos paradigmas de produção, processamento e consumo, para subsidiar a reflexão sobre as contradições existentes nos modelos em curso na sociedade e situações empíricas referenciadas em práticas concretas vivenciadas por agricultores familiares do território de Santa Cruz do Sul/RS. Nessa perspectiva, o próximo capítulo apresenta uma análise sobre a dinâmica das agroindústrias informais no contexto do município de Santa Cruz do Sul/RS, a partir de diálogos estabelecidos diretamente com os agricultores familiares que optam em permanecer na informalidade, e em conversas que foram realizadas com entidades e instituições que prestam assessoria ou que possuem relação com este tema.

3 DINÂMICAS INFORMAIS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO TERRITÓRIO DE SANTA CRUZ DO SUL

A opção empírica para esta pesquisa foi o município de Santa Cruz do Sul que faz parte da divisão regional do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), Vale do Rio Pardo, que se localiza na região Centro Oriental do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, composta por 23 municípios. A população total do COREDE do Vale do Rio Pardo é composta por 418.141 habitantes segundo os dados do IBGE de 2010. Região denominada Vale do Rio Pardo compreende os seguintes municípios Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio e Vera Cruz.

O município de Santa Cruz do sul está localizado a 155 km de Porto Alegre e a 142 km de Santa Maria, no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo dados do IBGE (2017), a área de unidade territorial do município de Santa Cruz do Sul é de 733,409 km². A população do último censo (2010) era de 118.374 pessoas, com uma densidade demográfica de 161,40 hab./km². A estimativa da população para o ano de 2019 é de 130.416 pessoas.

O município é dividido em nove distritos: a Sede Municipal, Boa Vista, Monte Alverne, São Martinho, Saraiva, São José da Reserva, Rio Pardinho, Alto Paredão, e Área Anexada.

As propriedades rurais familiares se constituem em espaços de produção independentes, com a característica de aglomeração territorial, em função das comunidades rurais situadas em distintas realidades e situações socioculturais e econômicas do território.

No caso de Santa Cruz do Sul/RS, essas propriedades da agricultura familiar estão organizadas basicamente em dois tipos de sistemas produtivos, um sistema que possui como base da economia a produção de tabaco, e um sistema que se caracteriza pela diversificação produtiva e que possui parte da sua produção voltada para os mercados locais, especialmente a comercialização nas feiras rurais. Parte significativa destes sistemas diversificados realizam atividades de processamento de

alimentos nas propriedades. Destes, cerca de 60% se encontram na informalidade, conforme informações da Secretaria Municipal da Agricultura e Emater.

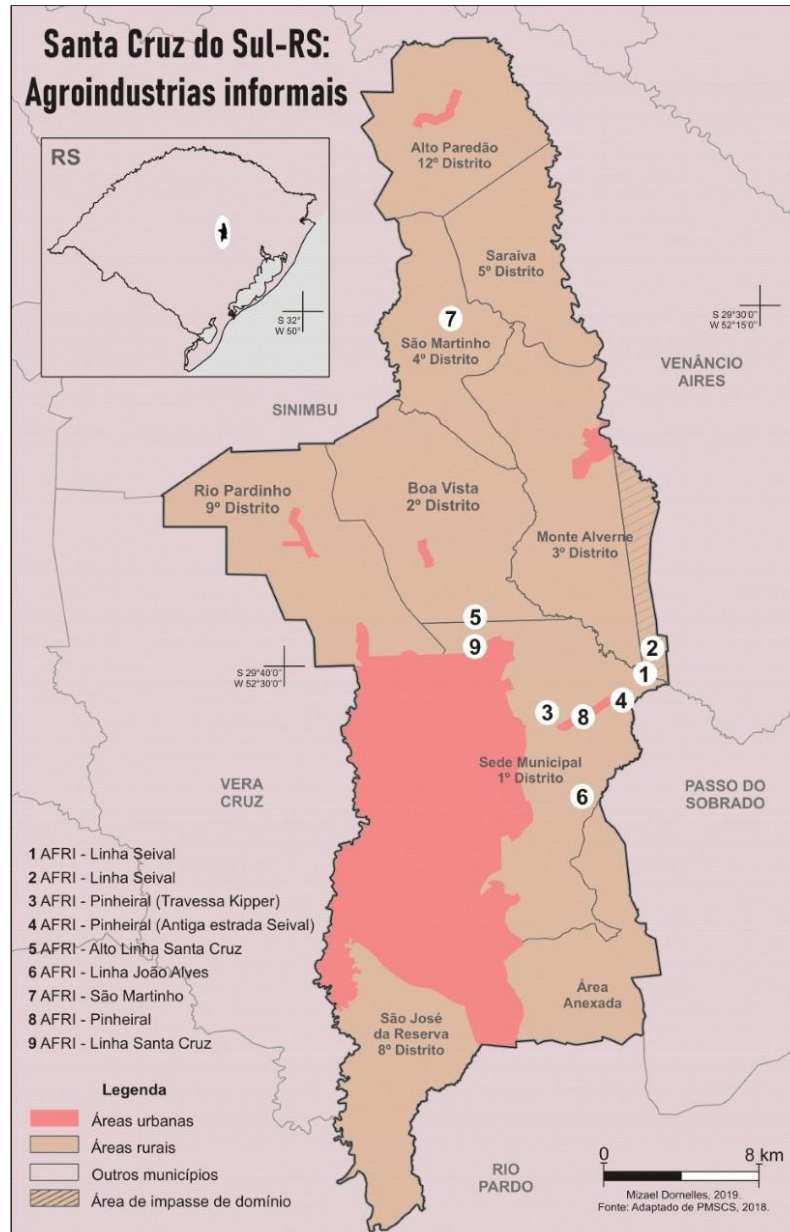
De acordo com informações da Secretaria de Agricultura, o município conta com 06 agroindústrias e 02 associações formalizadas que comercializam seus produtos nas feiras do município. Além dessas, há mais 07 agroindústrias certificadas no município que não comercializam seus produtos nas feiras. Atualmente, o município conta com aproximadamente 22 agroindústrias não formalizadas que comercializam nas feiras, e mais 04 que não comercializam nas feiras. Com essas informações, considerando apenas as agroindústrias e associações que possuem algum tipo de vínculo (assistência técnica, assessoria, feiras, ...) com o município, percebe-se que de um total de 41 agroindústrias mais da metade não estão formalizadas.

Os proprietários das agroindústrias familiares entrevistados estão na condição de gestores informais, segundo os parâmetros da legislação das agroindústrias em vigência, e foram escolhidos de forma aleatória para a realização das entrevistas.

Constata-se que há certa concentração das agroindústrias nos distritos mais próximos do perímetro urbano do município. As AFRIs que fazem parte desta pesquisa estão localizadas em quatro dos nove distritos do município, sendo estes a Sede Municipal, Boa Vista, Monte Alverne e São Martinho. As AFRIs seguem esta lógica de localização, possivelmente pela facilidade e custos de deslocamento para levar os produtos para as feiras rurais.

Para preservar a identidade serão utilizadas as siglas **ARFI** e **E** numeradas, para identificar os agricultores e os representantes das instituições entrevistadas, respectivamente.

Figura 5 - Identificação das agroindústrias informais pesquisadas



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, 2015. Elaboração/adaptação: WEBER (2019).

A informalidade do processamento de alimentos será analisada no decorrer deste capítulo, tendo como referência o resultado e a análise das entrevistas realizadas com os agricultores familiares que praticam o processamento informal de alimentos.

A feira rural é um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, de socialização, de identidade regional e cultural, e também de integração e aprendizagem. Este tipo de espaço propicia aos agricultores familiares um relacionamento com outros sujeitos sociais, especialmente os consumidores urbanos.

Figura 6 – Feira Rural de Santa Cruz do Sul (centro)



Fonte: WEBER (2019).

Para além dos aspectos puramente econômicos, esses tipos de experiências representam um exercício de gestão autônoma dos agricultores familiares, com várias significações, e com participação na movimentação da economia local para atender necessidades multidirecionais, e contribuir com o seu potencial para o fortalecimento e o desenvolvimento do território. Para Schumpeter (1997), o significado do processo econômico como o funcionamento de seu mecanismo ou organismo em um dado estágio de desenvolvimento pode ter distintos motivos e significados:

A atividade econômica pode ter qualquer motivo, até mesmo espiritual, mas seu significado é sempre a satisfação de necessidades. Daí a importância fundamental desses conceitos e proposições que derivamos do fato das necessidades, sendo o primeiro deles o conceito de utilidade e seu derivado, o de utilidade marginal, ou, para usar um termo mais moderno, o “coeficiente de escolha” (SCHUMPETER, 1997. p. 29).

Desta forma, a satisfação de necessidades nesse tipo de atividade econômica transcende os aspectos meramente mercadológicos. Os aspectos socioculturais deste espaço se manifestam a partir das relações de pertencimento e de protagonismo estabelecidas neste espaço, e cumprem um importante papel de satisfação de necessidades multidirecionais. Assim, a feira rural gera trabalho e

renda no campo, dinamiza a economia local e contribui com a soberania e segurança alimentar, além de ser espaço distinto de organização e participação social.

A aproximação com essas agroindústrias aconteceu a partir da definição do projeto de pesquisa. O primeiro passo foi a observação das atividades nas feiras rurais – visitas informais - para entender a dinâmica existente entre os agricultores familiares e os consumidores, mesmo que o objeto de análise desta pesquisa não esteja focado diretamente nos consumidores.

O segundo passo foi a aproximação com os feirantes através de conversas informais sobre a dinâmica da feira e dos produtos processados, sem nenhum tipo de apontamento ou gravação. Esta foi a fase mais delicada em função de que a temática da informalidade cria certa situação de desconforto, e para isso foi fundamental a explicitação de que não havia nenhum tipo de ação fiscalizatória e de identificação dos atores. O apoio de dois agricultores feirantes - já conhecidos - foi fundamental para estabelecer certo vínculo e uma relação de confiança para a aproximação com os demais agricultores.

O terceiro passo foi a identificação das agroindústrias informais, com a ajuda de um dos feirantes, sem qualquer critério de escolha, mas com o auxílio de uma listagem que identificava as agroindústrias informais. Os agendamentos das entrevistas foram acontecendo de forma aleatória com os agricultores da feira, de acordo com as possibilidades e disponibilidades de tempo definidas pelos agricultores, através de visitas nas propriedades rurais. Duas entrevistas foram realizadas no espaço da feira, por conveniência dos agricultores, em horários que antecediam o início do funcionamento da mesma.

O quarto passo foi a realização das conversas com os representantes das agroindústrias e das instituições (Ascar / Emater e prefeitura municipal), através de um roteiro de temas elaborados previamente, com questões fechadas para conhecer melhor a realidade, e outras questões abertas, a fim de captar os limites, as contradições e também os motivos que justificam a permanência dessas agroindústrias na informalidade. Para Minayo (2002, p.22), “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

As duas primeiras entrevistas serviram também para avaliar o roteiro (piloto) de questões previamente definidas para orientar as entrevistas. Assim, buscou-se retratar as características das AFRIs, suas particularidades e conflitos no âmbito do território.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um gravador de voz, e um diário de campo para fazer anotações complementares de aspectos relevantes da entrevista. As gravações das entrevistas tiveram o consentimento dos agricultores, com a entrega de um documento de apresentação firmado pelo coordenador do Programa de Pós-graduação.

Em relação às entidades privadas e instituições públicas o critério de escolha foi de priorizar aquelas que possuem maior aproximação com os agricultores em suas propriedades, e uma relação mais direta com as atividades das feiras rurais do município.

Os dados coletados foram sistematizados e organizados como dados brutos. A sistematização dos dados e a análise foram realizadas através dos “insumos” disponíveis: transcrição de gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados. Inicialmente foi realizada uma verificação crítica dos dados levantados, segundo Lakatos e Marconi (2003) demonstra que o exame minucioso dos dados é fundamental para detectar possíveis erros ou falhas, ou informações distorcidas que possam comprometer o resultado da pesquisa; a seleção ajuda na identificação de deficiência ou excesso de informação. Para Gomes (2002), as articulações entre os dados coletados e os referenciais teóricos possuem o intuito de buscar respostas para as questões apresentadas na pesquisa, baseadas em seus objetivos.

As entrevistas foram realizadas de forma muito tranquila. O prazer pela atividade ficou evidente nas falas das pessoas, assim como as ênfases expressadas nas contradições existentes em relação a informalidade e a sua invisibilidade, no contexto do território. Contudo, não há intencionalidade em identificar “culpados” nesse processo, a busca maior é em relação às alegações confusas e contraditórias que levam as instituições a “pressionar” as AFRIs para formalização.

3.1 Caracterização das agroindústrias familiares informais

Metodologicamente esta pesquisa é de natureza qualitativa. Assim sendo, as referências para subsidiar a análise foram as entrevistas, as conversações e a

observação como instrumentos de coleta de dados, tendo por grupo de entrevistados os feirantes, a representação da instituição pública (secretaria municipal da Agricultura – E2), e a entidade privada de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (Emater/ ASCAR – E1). Para Minayo (2002, p.21-22) “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Na sequência serão apresentados os dados da pesquisa e suas respectivas análises. Para Gomes (2002), a pesquisa social possui algumas finalidades para a fase de análise dos dados, como: “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte” (GOMES, 2002. p. 69).

Em geral, as agroindústrias familiares rurais informais que participaram desta pesquisa não possuem um nome próprio que as identifique. Normalmente os produtos das agroindústrias são associados ao nome da proprietária ou proprietário.

Nas agroindústrias visitadas as entrevistas revelaram que a responsabilidade de “dirigir” (gestão) a agroindústria é compartilhada entre membros da família, marido, esposa, filhos solteiros e filhos casados, demonstrando que há forte influência da família no processo de manutenção dessas agroindústrias e que a gestão é realizada de forma compartilhada. Essas características são confirmadas por MIOR (2005), ao afirmar que a agroindústria familiar rural é uma configuração de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, buscando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Para Pelegrini e Gazolla (2008, p. 9), “além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade”.

Assim, pode-se dizer que a prática dessas atividades reforça a ideia de que as agroindústrias familiares informais possuem a gestão compartilhada porque estão inseridas no sistema de produção, de fato não são atividades descoladas do todo, e por isto, muitas vezes, não se adequam para atender as exigências da legislação. Pode-se dizer que esta situação se apresenta como uma contradição relevante para

compatibilizar as exigências da legislação para esse setor, com a realidade de muitas propriedades de agricultores familiares que possuem uma produção e gestão sistêmicas. Para Lamarche (1988), a diversificação produtiva é muito importante para os agricultores, seus sistemas diversificados e processos graduais de intensificação de práticas agrícolas possuem maior compatibilidade com a agricultura familiar, em função de suas lógicas sistêmicas de produção.

Como uma constatação, mas que não é aprofundada nesta pesquisa, nas agroindústrias entrevistadas há a participação efetiva das mulheres e jovens, sendo que em alguns casos o envolvimento e dedicação são preponderantemente das mulheres.

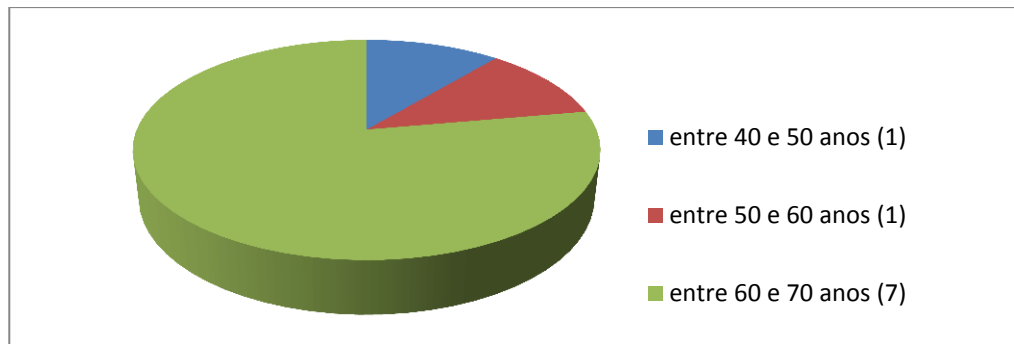
Segundo o Censo Agropecuário Brasileiro de 2017, cujos resultados definitivos foram divulgados no mês de outubro de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi realizada uma radiografia da zona rural brasileira. Um dos dados revelados é que a participação de mulheres na direção de estabelecimentos agropecuários aumentou, no período de 2006 a 2017, São 946 mil mulheres que trabalham em atividades agropecuárias. O número representa 19% do total de 5 milhões de produtores rurais, superando os 13% registrados em 2006. Outra informação importante é o protagonismo das mulheres rurais na direção compartilhada. A conclusão foi que 817 mil mulheres participam da direção do estabelecimento rural, de forma compartilhada com o cônjuge. São mais de 1 milhão de unidades compartilhadas pelo casal, o que representa 20% do total.

Os dados do Censo Agropecuário demonstram a importância e crescimento da participação das mulheres nas atividades agropecuárias. E os dados desta pesquisa apontam que essa participação também é expressiva nas atividades de processamento de alimentos.

Mesmo sendo um tipo de atividade familiar, com predominância das mulheres nas atividades de processamento analisadas nesta pesquisa, normalmente essas atividades são controladas pelas pessoas mais idosas que possuem o conhecimento (saber-fazer) como herança das famílias.

A idade das nove pessoas que participaram das entrevistas varia entre 47 e 70 anos, sendo que a maioria possui idade superior a sessenta anos, como mostra a figura 6.

Gráfico 1 – Faixa etária dos agricultores



Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

O Gráfico 1 demonstra e reforça algumas informações sobre a situação do “envelhecimento no meio rural”. Um dado exibido pelo Censo Agropecuário de 2017 é sobre o envelhecimento da população rural. O percentual de produtores com mais de 65 anos aumentou de 18% para 23%, nos últimos 11 anos. Já o de produtores com idades entre 25 e 35 anos caiu de 14% para 10%. Com o envelhecimento dos chefes ou das chefes de família, não tem havido a sucessão pelas novas gerações, nas atividades rurais. Os filhos têm optado por outras atividades, fora da propriedade agrícola. Assim, a população rural está ficando idosa e o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais está diminuindo.

Estes dados de envelhecimento no meio rural são caracterizados por um conjunto de fatores e apontam para necessidades de demandas específicas que possivelmente vão requerer uma atenção especial no sentido de manter a produção de alimentos. Pode ser um dos desafios dos diferentes setores da sociedade para as próximas décadas.

A média de idade dos proprietários das agroindústrias informais que foram entrevistados é relativamente elevada. Este é um dos motivos que os entrevistados expressam suas preocupações em relação a novos investimentos em estruturas que só se viabilizam em médio e longo prazos. Alguns já estão aposentados, e outros estão muito próximos da aposentadoria. Contudo, a opção pela permanência no meio rural tem muito a ver como o modo e a qualidade de vida, assim como destacam Winckler, Boufleuer, Ferreti e De Sá (2016, p. 191):

...foi possível verificar que o perfil de idosos do meio rural tem especificidades originadas nos hábitos de vida e na cultura da sua região. O convívio familiar, a vida em comunidade, atividades habituais menos estressantes em comparação com o meio urbano e a continuidade do

trabalho, mesmo depois da aposentadoria, podem ser fatores de proteção para um envelhecimento saudável no meio rural.

Para muitas famílias, a perspectiva ou a necessidade da formalização das agroindústrias familiares rurais diminui a probabilidade de continuidade dessa atividade, segundo os entrevistados, e também diminui a possibilidade de continuidade dos filhos que ainda permanecem nas propriedades, ou de retorno dos que já saíram.

A sucessão na agricultura familiar sempre aconteceu naturalmente e apropriadamente de acordo com as dinâmicas familiares, mas atualmente carece de outros ensejos para se concretizar e se manter, considerando que nem sempre os jovens que residem no campo querem dar seguimento nas atividades desenvolvidas pelos pais. Para Abramovay (1998), a sucessão na agricultura familiar envolve mais do que a continuidade das propriedades, a sucessão rural envolve o destino de várias regiões devido ao forte papel social e cultural desempenhado pela agricultura familiar.

Certamente há um conjunto de variáveis que influenciam a decisão dos jovens em permanecer ou sair da propriedade. Contudo, a falta de perspectivas em função do crescente risco e incerteza das atividades da produção primária e do processamento de alimentos, expõe-se como uma questão relevante. Para Tedesco e Vieira (2006, p. 29), a agricultura cada vez mais se exhibe como “um investimento a céu aberto, com margens de ganho reduzidas e apertadas, ano a ano, nos últimos tempos, à qual quem arrisca é sempre o agricultor”. Essa verificação possivelmente faz parte das avaliações das famílias, por um lado os filhos que não querem se submeter a esse tipo de adversidade, e por outro, os pais que conjeturam condições de vida melhores para seus filhos, com menos penosidade e mais oportunidades nos espaços urbanos.

Outra questão que chama a atenção é a formação escolar, das nove pessoas entrevistadas: sete possuem ensino básico, e duas concluíram o ensino superior, sendo que um destes fez a opção de voltar a produzir após a sua aposentadoria, e o outro se mantém na propriedade por questões familiares.

Portanto, para as pessoas entrevistadas a atividade produtiva é, além da vocação, uma opção de vida com qualidade, que se ampara na produção e no comércio de alimentos para garantir a sobrevivência da sua família e da comunidade. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a qualidade de vida é

entendida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. A partir das entrevistas se percebeu certo grau de satisfação encontrado na convivência familiar, social e ambiental, e a própria adaptação a um estilo de vida que transcende as questões econômicas. Possivelmente, qualquer mudança nessa dinâmica de vida e nesse tipo de atividade pode significar a perda de uma identidade. Além do mais, a baixa escolaridade e a idade avançada se apresentam como limites significativos para uma possível ou necessária mudança no modo de vida e ou opção de trabalho.

3.2 Características socioeconômicas das agroindústrias familiares informais

As unidades familiares que foram analisadas nesta pesquisa são constituídas de pequenas propriedades que não ultrapassam um módulo fiscal rural, conforme a Lei nº 8.629/1993, Art. 4, II e III, na definição de pequena propriedade, imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais (EMBRAPA, 2012). A mão de obra é preponderantemente familiar, e as atividades são bastante diversificadas, típicas da cultura regional.

As agroindústrias familiares informais, objeto empírico desta pesquisa, possuem diferentes atividades de processamento: derivados de carne, derivados da cana-de-açúcar, derivados de frutas, panifícios, processamento de arroz, entre outros.

A definição da atividade de processamento de alimentos foi uma das primeiras dificuldades enfrentadas nas entrevistas. A agroindústria familiar rural informal possui uma característica compatível com as atividades produtivas da propriedade, baseadas em sistemas produtivos e não em linha de produção.

Esse tipo de processamento baseado em um portfólio de produtos e de fontes de ingressos de rendas é típico da produção familiar porque a estratégia da família não se concentra em apenas um produto, mas no potencial de um conjunto de produtos que fazem parte do sistema de produção. Froehlich e Alves (2005) apontam que a maioria dos produtos da agroindústria familiar tem sua origem nas relações familiares, e foram sendo “melhorados” através dos cursos de capacitação ou de boas práticas. Trata-se de uma característica cultural muito interessante de aproveitamento da produção agrícola, uma vez que o processamento ocorre

explicitamente para conservar quantias da produção agrícolas que não conseguiram ser comercializadas in natura, de utilização de produtos com pequenas deformidades estéticas, e ainda de parte da produção que possui como destino específico o processamento para o mercado. Para Bianchini (2015), na agricultura familiar o processamento de alimentos é utilizado para constituir ainda mais o mix de produtos que passam a compor o portfólio de produtos e tramitar nos mercados tanto locais quanto regionais, tratando-se de complementariedade entre uma atividade e outra, e não de substituição.

Pode-se dizer que, assim como a propriedade familiar é um sistema de produção, a agroindústria também é um sistema de processamento. Este parece ser um entrave do ponto de vista do entendimento das instituições, e do regramento para as agroindústrias familiares.

Essa dificuldade de entendimento tem criado limitações e contradições que colocam os agricultores familiares, proprietários das agroindústrias informais, em situação de apreensão e de ansiedade em relação ao futuro de suas famílias. As entrevistas confirmam que houve o incentivo para a diversificação da produção, principalmente a partir de 1990. Apesar de ser um tema polêmico e contraditório, esse caminho de retomada da diversificação da produção foi sustentado por autores e instituições como uma perspectiva de futuro para a agricultura familiar, e ainda permanece em pauta como se pode verificar com o Programa Regional Fida Mercosur (2019):

Durante muito tempo houve resistência de técnicos e mesmo dos próprios agricultores para aceitar a ideia de que a diversificação poderia gerar maiores oportunidades para a reprodução das famílias. Acreditava-se que o caminho mais curto para o sucesso seria a especialização, que tornaria as propriedades competitivas, acompanhada do desejo de tornar o pequeno agricultor um empresário rural, principalmente com a modernização agrícola. Contudo, não são poucos os casos em que essa ênfase na especialização resultou em fracassos, mostrando que a especialização pode causar mais danos do que benefícios. (FIDA MERCOSUR, 2019, p. 01).

Os entrevistados afirmam que houve esse incentivo das instituições para a produção diversificada e a motivação para o processamento da sua produção, especialmente para a comercialização na feira rural municipal e nos eventos do município. Assim, os agricultores fizeram essa opção contando com as possibilidades de participação especialmente nas feiras. Outra questão que motivou a diversificação foi o espaço construído para as agroindústrias no Parque da

Oktoberfest. A avaliação do entrevistado (AFRI 3) é que no início foi tudo muito tranquilo, mas na medida em que se tornou um negócio interessante, apareceu a fiscalização pressionando para a formalização das agroindústrias. Esta foi uma das primeiras decepções dos agricultores, porque tendo em vista que o espaço que estava se consolidando como uma interessante alternativa de comercialização passou a ser ocupado por outras agroindústrias formalizadas.

Em relação à feira municipal o processo não é muito diferente, mas a exigência para a formalização não foi tão incisiva, ou seja, houve certa flexibilização. No entanto, essa exigência também tem se apresentado como uma “pressão” para a formalização, como se pode perceber na fala do entrevistado (AFRI 8):

“Um representante da secretaria municipal da agricultura passou aqui na feira e queria saber o que tinha e o que não tinha, o que vendia e o que não vendia. Daí eu coloquei para ele tudo o que eu tinha, ele anotou tudo, e ele disse que teria que escolher um (produto). Daí eu disse, então me cita, e ele disse que eu deveria ficar só com o melado. Daí eu fiz uma piada para ele, pode dar certo ainda, daí eu vou vender o veículo que eu tenho e vou vir de moto, porque não tem cabimento. Porque assim o cara já está remando, não está fácil, daí tirar tudo e ficar só com o melado? Mas, se eu ficar somente com a comercialização do melado o faturamento diminui em 30%”.

Este fato reforça que a viabilidade, no caso das agroindústrias familiares informais, não está apenas em um ou dois produtos, mas na composição de produtos que fazem parte do sistema produtivo, mesmo que alguns desses produtos gerem pouca sobra financeira, mas contribuem na composição da receita. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014) reforça a ideia de que a agricultura familiar é como “uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar”.

O que dá sustentabilidade, autonomia e viabilidade é o sistema de produção, e a gestão desse jeito de produzir, mesmo sendo mais complexa, é mantida sob controle da família e as estratégias adotadas têm a ver com o manejo do sistema produtivo, o processamento dos produtos e a comercialização diversificada como meios de reprodução das famílias.

Neste contexto se percebe certa contradição das entidades e instituições de apoio e assessoria, ou seja, por um lado há o fomento para a diversificação e o processamento de alimentos, e por outro lado há a pressão para a formalização que,

em se tratando de sistema de produção familiar, apresenta-se como certa indução à especialização da produção.

No levantamento sobre a atividade de processamento se percebe que esses interesses são bastante diversos. O entrevistado **AFRI 1** destaca que “na agricultura não dava o suficiente”. Isto significa que apenas a produção primária nem sempre é suficiente para a viabilização econômica da família, e com o processamento é possível agregar valor aos produtos. Isto corrobora o que os autores Pelegrini e Gazolla (2008), comentam sobre a importância da Agroindústria Familiar Rural na agregação de valor aos produtos.

Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários com consequente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final (Pelegrini; Gazolla, 2008. p. 9).

Desta forma, a agregação de valor possibilita o acesso a alguns produtos e serviços e a aquisição de algumas comodidades tecnológicas para as propriedades, tanto para o trabalho como para as atividades lúdicas das famílias.

Além da agregação de valor aos produtos os entrevistados apontaram a tradição familiar como um dos maiores motivadores para a atividade de processamento, tendo em vista que o conhecimento acumulado (bagagem cultural) permite a fabricação de produtos diferenciados, com características particulares. Percebe-se também que as atividades de processamento são inerentes aos sistemas produtivos familiares pela necessidade de conservação dos produtos, tanto de origem animal como vegetal. Outras questões apontadas são o gosto pelos produtos e o fato de possuírem matéria prima na propriedade.

As considerações descritas são comuns às agroindústrias formais e informais, no entanto, o tratamento tem sido diferenciado. Uma das evidências é a Política Estadual de Agroindústria Familiar, criada pela Lei Estadual nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012, com a clara intenção de apoiar e ampliar numericamente a formalização das agroindústrias familiares, bem como a criação do selo “sabor gaúcho” que passou a identificar a agroindústria familiar do Estado. Parece não haver dúvida que foram ações e políticas públicas relevantes para muitas famílias de agricultores que optaram pela formalização de seus estabelecimentos. Entretanto, ficou um vazio em relação aos agricultores que não fizeram essa opção – permaneceram na informalidade. Percebe-se que para as agroindústrias familiares

informais não tem havido a formulação de políticas específicas, considerando que em termos numéricos gerais o setor informal de processamento de alimentos é mais significativo, em praticamente todos os municípios do Estado, e infelizmente tem se mantido na invisibilidade.

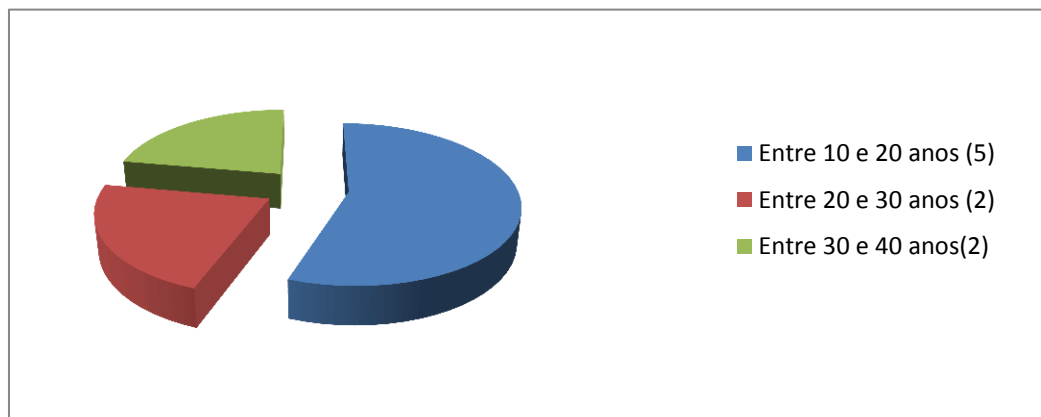
A atuação da assistência técnica oficial do Estado, a Ascar/Emater, merece destaque no apoio e na assessoria para a qualificação das atividades de processamento de alimentos realizadas em atividades de capacitação e intercâmbio de experiências. A Emater possui um programa estadual de capacitação em boas práticas de processamento de alimentos:

Boas práticas de fabricação (BPF) é um conjunto de práticas simples e eficazes a serem adotadas nas agroindústrias. Envolve a manipulação, armazenagem e transporte de insumos, matérias-primas, embalagens, utensílios, equipamentos e produtos. São requisitos essenciais e necessários, aplicados em todas as etapas do processo produtivo, para garantir a qualidade dos produtos acabados. A legislação que aborda o tema das boas práticas é composta principalmente pela Portaria da Anvisa nº 326/1997 e a Portaria do Mapa nº 368/1997 (PREZZOTO, 2016, p. 47).

Há que se destacar que os agricultores entrevistados - proprietários das agroindústrias informais - já participaram de cursos de boas práticas que são oferecidos pela Emater.

Nas agroindústrias que fazem parte desta pesquisa, o tempo de funcionamento das atividades de processamento possui uma variação entre 12 e 40 anos.

Gráfico 2 - Tempo de funcionamento das atividades



Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

Estes dados demonstram que essas atividades não são recentes. Portanto, há uma história familiar e uma relação com o consumidor que se mantém ao longo dos anos. Mudar essa lógica, ou melhor, interferir ou forçar uma mudança sem que haja uma justificativa plausível em função daquilo que já faz parte de uma rotina social, não tem entendimento e nem concordância por parte desses agricultores que trabalham nessa lógica.

Em todos os casos entrevistados, as atividades foram apreendidas ou possuem influência dos familiares, tanto por parte do marido como da esposa. Mesmo assim, isto não significa que as receitas e o modo de preparar continuam os mesmos. A busca pela melhoria da qualidade dos produtos e dos processos continua, mas há a preocupação de manter alguns princípios do processamento, como por exemplo, evitar o uso de conservantes para poder consumir e oferecer aos consumidores produtos que preservem atributos naturais como sabor e aroma da matéria prima. Isto se pode perceber pelo relato do entrevistado **AFRI 6**:

“A esposa fez um curso de uma semana em Montenegro, no centro (de treinamento) da Emater. Queremos fazer coisas novas e experimentar novos processos. Agora eu quero fazer marmelada. Outra coisa que já fazemos é utilizar o forno, vai cozinhando, vai desmanchando, e de vez em quando se dá uma mexida, porque não dá o respingo. São esses segredos que se aprende. Para todas as frutas que possuem a tendência de respingar, pode-se fazer no forno. Manter o gosto da fruta no produto processado tem alguns segredos. As vezes a manutenção do gosto da fruta é acentuado quando se coloca a casca da fruta, parte ou toda a casca, depende da fruta. No caso da indústria, em alguns casos são colocados produtos como chuchu ou batata doce para dar volume, formar massa, e isto modifica o gosto da fruta. No caso da schmier colonial, quando se coloca batata doce, provoca-se a azia. O que se deve colocar numa schmier colonial: aipim, laranja, melancia de porco, abóbora e melado, e não se mistura açúcar para ficar mais doce, isto não existe, ela vai dar o ponto na hora que estiver consistente, daí se pode medir o brix² que normalmente é um pouquinho mais alto que as outras schmiers, podendo chegar a 72 ou 73, e se quiser mais durinha deve chegar a 75.

Este relato demonstra que mesmo na informalidade há uma dinâmica que busca informações e adequações necessárias para qualificar os produtos para o consumo próprio e para o mercado. Há uma associação do conhecimento empírico – saber fazer – com o conhecimento científico que é repassado nos cursos de capacitação, principalmente pela Emater.

²Brix (símbolo Bx) é uma escala numérica que mede a quantidade de sólidos solúveis em uma solução de sacarose. A escala Brix é utilizada na indústria de alimentos para medir a quantidade aproximada de açúcares em sucos de fruta, vinhos e na indústria de açúcar (UFERSA, 2013).

Entendendo que a questão central é a qualidade sanitária dos produtos, dever-se-ia iniciar por um diagnóstico com base em análises físico-químicas, e na sequência uma análise do que está constituído do ponto de vista das estruturas e as possibilidades/necessidades de adequação sem o comprometimento da qualidade dos produtos. Isto é perfeitamente compatível e aceitável pelos agricultores entrevistados, conforme as manifestações em relação ao questionamento sobre a qualidade dos seus produtos.

Nesse sentido, o Relatório da Subcomissão das Agroindústrias Familiares da Comissão de Agricultura, pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa (RDI 87/2017) aponta em vários momentos e por várias lideranças, a preocupação com a atual legislação para as agroindústrias, como destaca o atual presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Carlos Joel da Silva, ao propor uma revisão das exigências de infraestrutura para funcionamento de agroindústrias familiares:

“A legislação não pode ser burra como hoje. Para nós, é muito claro que atende os interesses das grandes corporações. A infraestrutura não atesta a qualidade do produto, a sanidade, e é com isso que a legislação e a fiscalização precisam se preocupar.” (DRI 87, 2017, p. 14).

O alerta que o presidente da FETAG faz é que se mantidas as atuais imposições, os tradicionais produtos coloniais desaparecerão do mercado, e defende ainda uma legislação mais propositiva do que punitiva. Na mesma entoação o chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV/DDA/SFA-RS, José Fernando Werlang, do MAPA, relembra que o CENSO agropecuário de 2006 já havia apontado o número “gigantesco” de agricultores que produziam a partir de sua matéria-prima algum derivado que foi para o consumo próprio e o excedente acabou sendo comercializado. “Isso mostra a pujança do setor e a afinidade que a agricultura familiar tem para empreender e agregar valor aos seus produtos, além de difundir as questões culturais da gastronomia através da agroindustrialização” (RDI 87/2017, p. 17). Reforça ainda, que a solução de muitos dos problemas apresentados passa pela revisão da legislação, que envolve o Ministério da Agricultura, Secretarias de Agricultura, do Estado e dos municípios e vigilância sanitária.

Este Relatório Final da Subcomissão das Agroindústrias Familiares (RDI 87, 2017) é resultado de um conjunto de audiências públicas realizadas em oito regiões

do Estado, onde foram ouvidos agricultores familiares, entidades, pesquisadores, técnicos, vereadores, prefeitos, deputados e lideranças a fim de obter informações sobre os procedimentos de inspeção, a aplicação das normas e verificar a necessidade de modificar as leis que atualmente regem o segmento. As principais questões debatidas foram: “As legislações em vigor são adequadas ao porte e a realidade econômica das agroindústrias familiares? Por que é generalizada a reclamação de agricultores que atuam nesta atividade de que as regras privilegiam grandes indústrias e são, em muitos casos, impossíveis de serem atendidas? A fiscalização está atuando de forma padronizada? Há burocracia e excesso de taxas?”

A partir deste Relatório, pode-se observar um conjunto de questões cruciais para as agroindústrias familiares numa perspectiva de desenvolvimento territorial, permeadas por distintos interesses e contradições.

Entre as questões importantes no processamento de alimentos das agroindústrias informais há que se atentar para a utilização da mão de obra. Nesta pesquisa foi possível detectar que a mão de obra neste tipo de agroindústria é preponderantemente familiar. São raros os casos em que há participação de terceiros nestas atividades.

Esta é uma questão que merece reflexão porque há uma opção e intencionalidade de manter a atividade de processamento utilizando mão de obra familiar. Nas entrevistas se percebe que a formalização deve estar associada a viabilidade econômica da atividade e na opinião dos entrevistados a formalização induz ao aumento da produção primária, do volume de produto processado e do volume comercializado.

Para isto, necessariamente, também terá o aumento no custo, porque significa a contratação de mão de obra externa, e de certa perda da característica operacional e de privacidade das atividades da agricultura familiar, além de outros aspectos relacionados às características dos produtos, em função da necessidade de utilização de certos insumos para aumentar a durabilidade - tempo de prateleira.

Do total de entrevistados, oito possuem infraestruturas específicas para o processamento dos produtos e apenas um realiza o beneficiamento junto às atividades da residência. Dessa forma, percebe-se que no caso da informalidade as estruturas existentes nas propriedades para o processamento de produtos são bastante diversas, porque normalmente são aproveitados os recursos materiais e

estruturas existentes e são realizadas as adaptações de acordo com a capacidade e criatividade, tendo como referências a facilidade operacional, a capacidade de investimento e os tipos de produtos. O entrevistado **FRI 07** afirma que “do jeito que eles querem não tem como eu legalizar (formalizar) todos os produtos”:

“Para a produção de melado há um lugar separado, fechado e afastado há 200 metros da casa. Para o restante dos produtos tem uma construção de aproximadamente 100 m², separada da moradia, onde está a garagem, uma cozinha, uma peça para a fabricação de bolachas, e outra para a fabricação de rapadura e conservas. Do jeito que eles querem não tem como eu legalizar (formalizar) todos os produtos. Eu tenho que construir um prédio para fazer o melado, eu tenho que construir um prédio para fazer a rapadura, e eu tenho que construir um prédio para fazer a conserva, e eu tenho que construir um prédio para fazer as bolachas. Então é inviável, não tem como. Não tem como legalizar (formalizar), é impossível/inviável dentro da forma como eles querem e não é que eu queira ser cabeçudo”.

Esta situação relatada, e que se assemelha a outras em que o agricultor processa vários produtos na propriedade, aponta para uma situação de conflito ou de impasse. Assim, percebe-se que a formalização não se traduz apenas em estrutura física, mas afeta um conjunto de questões socioculturais, além das questões econômicas.

O que os agricultores esperam é que as instituições apoiem no sentido de buscar alternativas para uma situação existente. A situação é de impasse, por um lado dizem que como está sendo processado não é permitido pela legislação, por outro, apresentam como deve ser realizado. Ou seja, não há um meio termo ou uma busca de alternativa a partir daquilo que o produtor possui, de acordo com a realidade da propriedade.

Há uma legislação e um modelo para cada tipo de processamento, mas não há um entendimento dos agricultores que esses modelos nem sempre se adequam às realidades das propriedades. “Estamos cansados de que eles venham dizer que o que fazemos está errado”, comenta o entrevistado **AFRI 07**.

As contradições existentes entre os preceitos legais não se apresentam apenas em relação às estruturas físicas das agroindústrias, mas também sobre outros aspectos como a matéria prima utilizada pelos agricultores familiares no processamento dos produtos. A origem da matéria prima possui uma relação direta com o tipo de produto beneficiado. Nos casos do arroz e do melado, por exemplo, toda a matéria prima é própria. Contudo, em relação a esse tema existe uma confusão para determinados produtos, como por exemplo, para produção de panifícios a maior parte da matéria prima utilizada é de fora da propriedade, como a

farinha, o açúcar, o chocolate, o fermento e a gordura vegetal. A observação feita pelo entrevistado **AFRI 8** aponta sobre algumas lacunas da legislação:

“Tu sabe o que eles ainda exigem se eu quiser abrir uma agroindústria? Eu tenho que produzir trigo, tem que plantar soja para ter o óleo, e eu muito pouco uso óleo - é muito raro. Então como é que eu vou produzir, veja a cabeça deles. Como é que eu vou produzir trigo, como é que eu vou colher o trigo se a nossa área de terra é de 11 ha, e a metade é mato, que eles não deixam cortar, e aí como é que eu vou produzir trigo? Isso é inviável. Então, veja a cabeça deles, eles confundem as coisas. Então, quem transforma o produto não pode produzir trigo e nem soja. Como é que eu vou produzir e trabalhar aqui (na agroindústria)”.

Pela legislação das agroindústrias, quando a matéria prima é proveniente de fora da propriedade o enquadramento é de indústria de transformação. Ou seja, “quando o processamento de alimentos for realizado fora da unidade de produção (propriedade rural) e ou que a matéria prima for de terceiros, classifica-se na seção C – Indústria de Transformação”.

No Relatório da Subcomissão das Agroindústrias Familiares (RDI 87/2017) a representante da Associação de produtores de Caxias do Sul, alerta para o fato de que os feirantes estão pensando em parar de participar da feira porque os custos são altos e as penalizações são constantes. Ela lembra que os agricultores manipulam diversos produtos para trazer para a feira:

“Há um excesso de fiscalização para com os feirantes, o que acaba tirando o estímulo de participar da feira. Os agricultores dependem desta renda, e o consumidor tem credibilidade com o feirante. Deve existir parceria entre o pequeno agricultor (feirante), não tem necessidade de punição, pois muitas vezes o agricultor não tem conhecimento de todas as leis, o que deve ter é mais diálogo entre os dois”. (RDI 87, 2017, p. 20)

Este tipo de alerta deve servir para sensibilizar as partes envolvidas nas atividades de processamento e de fiscalização (poder público), porque essas agroindústrias estão inseridas nas economias dos territórios, e se abastecem nos mercados convencionais, através da aquisição de produtos e equipamentos, e assim criam vínculos com a vida nas cidades. Para Schneider e Grisa (2008), a produção para o consumo contempla as necessidades alimentares das famílias, contudo, alguns alimentos que não são produzidos pela família são buscados fora da propriedade. Essas demandas de alimentos e de outras necessidades fazem com que a família constitua relações com os mercados, através da negociação de parte da sua produção.

Desta forma, além da negociação da produção primária, a atividade das agroindústrias familiares informais cumpre importante papel na geração de renda das famílias, também para contribuir na satisfação de necessidades que não podem ser produzidos pela família e que são indispensáveis.

A pesquisa demonstra que o faturamento bruto das agroindústrias é bastante variado e também depende do tipo de produto que é processado e da origem da matéria prima, porque estes fatores possuem uma relação com o custo de produção.

Tabela 1 - Faturamento bruto anual das AFRIs entrevistadas

FATURAMENTO Ano 2018	Nº de AFRIs
Entre R\$ 10 e R\$ 20 mil	1
Entre R\$ 20 e R\$ 30 mil	1
Entre R\$ 30 e R\$ 40 mil	3
Entre R\$ 40 e R\$ 50 mil	1
Entre R\$ 50 e R\$ 60 mil	1
Entre R\$ 60 e R\$ 70 mil	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

Esse tema do faturamento bruto das agroindústrias informais merece uma reflexão porque envolve um conjunto de variáveis que se complementam na composição da renda.

Nesta pesquisa, procurou-se levar em consideração o que é o “carro chefe” do processamento em cada sistema de produção. Contudo, há certo grau de interação e de interdependência que se pode interpretar pela fala do entrevistado **AFRI 8**, quando afirma que “uma coisa puxa a outra”, mesmo quando a matéria prima é a mesma, ou seja, uma matéria prima pode dar origem a vários produtos processados, como é o caso da cana-de-açúcar. Então, há que se considerar que a comercialização na feira envolve outros produtos do sistema de produção, e que também passam por processamento na propriedade.

Para alguns produtos em que o agricultor agrega boa parte de valor com serviços de processamento e com produção de matéria prima na propriedade, a renda bruta, mesmo não sendo muito significativa, propicia uma renda líquida significativa. Para outros produtos como os panifícios se percebe que a renda bruta é relativamente alta, mas o custo de produção também é alto em função da dependência de insumos externos como a farinha, o açúcar, o fermento, entre

outros. No caso da produção de panifícios o custo com insumos externos, normalmente ultrapassa a 60%, conforme a informação da **AFRI 08**.

Para os produtos de origem animal (embutidos) a renda bruta também é expressiva, mas o custo de produção é bastante significativo.

Então, para analisar a renda bruta necessitaria de uma imersão no sistema de produção, com uma metodologia específica que pudesse dar conta das partes e do todo que envolvem a produção e o processamento. Mesmo assim é possível verificar que o faturamento bruto na maioria dos casos é significativo na composição da renda das famílias.

Não se pode deixar de mencionar que nos valores da renda bruta não estão incluídos os produtos que são consumidos pelas famílias, a importância do autoconsumo não é apenas como renda não-monetária, mas também como estratégia de segurança alimentar e de reprodução social. Como destacam Schneider e Grisa (2008, p. 489) “... ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente em recursos monetários com a compra de alimentos nos supermercados”, e, além disto, ressaltam que “... o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura...” (SCHNEIDER; GRISA, 2008. p. 489).

As estratégias para dar conta das necessidades de autoconsumo e de comercialização dos produtos são ancoradas em processos organizativos que variam entre as distintas culturas e realidades. No caso desta pesquisa, a configuração organizacional das agroindústrias se caracteriza como produção individual, para os nove agricultores entrevistados. Esta mesma característica da individualidade também se percebe nas atividades de comercialização na feira, ou seja, praticamente não existem ações de cooperação na produção e no processamento dos produtos. Apenas em algumas situações os agricultores manifestam algum grau de cooperação com vizinhos que possuem excedentes, desde que o sistema de produção apresente a mesma característica, a fim de manter o “padrão de qualidade”.

No que se refere às estruturas de processamento dessas AFRIIs se percebe um conjunto de variações sem um padrão que as caracterize. Os agricultores entrevistados relataram que o processamento é realizado na propriedade, no mesmo

espaço da residência. Em alguns casos dentro da própria residência ou em estruturas anexas, em outros casos a estrutura fica localizada próxima à residência.

O capital utilizado nas estruturas e os equipamentos para o processamento de alimentos das agroindústrias familiares deste estudo é de origem própria, para a maioria das agroindústrias. Em um dos casos há uma parte que envolve financiamento, mas não representa nem 50% do capital investido. Em outro caso o capital financiado ultrapassa 70%, comparado com o investimento de recurso próprio. Para as AFRIs que comercializam os seus produtos, preponderantemente através das feiras, os investimentos realizados para as atividades de processamento são quase que exclusivamente com recursos próprios.

Isto demonstra que os agricultores familiares - proprietários dessas agroindústrias informais - não possuem a preferência por financiamentos bancários para investimentos. Consideram ainda que as políticas públicas governamentais não têm sido muito atrativas para a suas demandas. Nas entrevistas ficam explícitas as posições contrárias a financiamentos, com expressões como “eu não gosto de fazer dívida” ou “eu não durmo descansado sabendo que estou devendo...”.

Assim, em todos os casos há uma relação direta da formalização com a necessidade de buscar financiamento. Para os agricultores entrevistados a opção pela formalização das AFRIs aponta para a necessidade de novos investimentos. Além de uma possível dívida que é uma preocupação para os agricultores têm outros fatores como a viabilidade financeira e a descaracterização da atividade e/ou dos produtos.

A característica da agricultura familiar é buscar o aproveitamento das estruturas existentes a partir de adaptações, ou da implantação estruturas de processamento com estratégias operacionais que facilitem o trabalho da família e a circulação dos produtos, dentro de uma lógica sistêmica.

A legislação não leva em conta esses fatores e apenas apresenta um modelo que deve ou deveria se encaixar para qualquer situação.

No Relatório Final da Subcomissão das Agroindústrias Familiares (2017), o presidente FETAG/RS, Carlos Joel da Silva, expressa sua preocupação em relação à legislação:

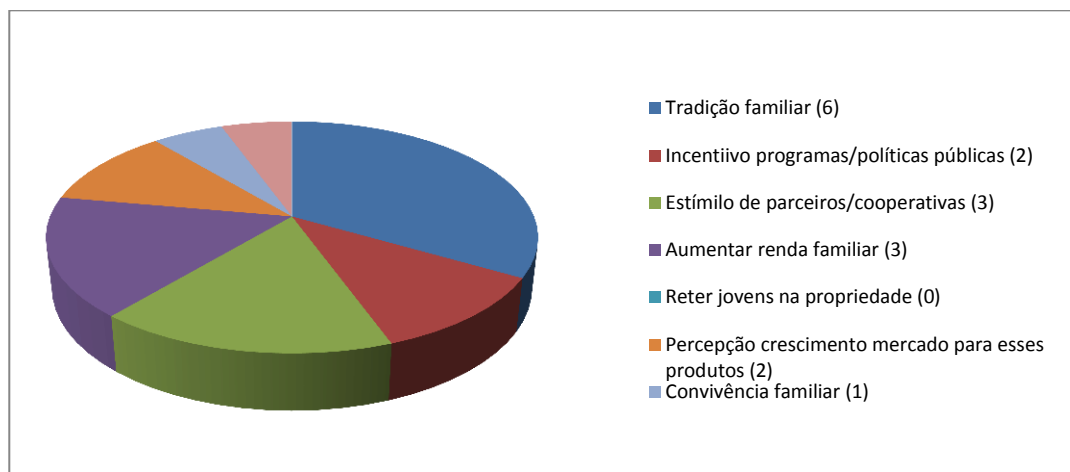
Tem distorções e que nós temos que corrigi-las. Temos que ter uma legislação equilibrada que olhe as coisas, e que ela possibilite a produção com foco na qualidade. Não vai perder a qualidade, se nós soubermos, nós temos que ter uma legislação que foque a qualidade, que não foque o

tamanho do prédio, a altura do pé direito, o que é que tem lá dentro, isso não dá qualidade. E o que dá qualidade é a matéria-prima, e a maneira que se produz o alimento lá pelas pessoas. Isso é que tem que ser focado, essa legislação que nós queremos melhorar. (Relatório Final da Subcomissão das Agroindústrias Familiares, 2017, p. 54).

As tentativas de simplificação das exigências, nos últimos anos, não conseguiram resolver essas questões básicas para as agroindústrias familiares, muito menos para a informalidade desse setor que permanece na invisibilidade. Mesmo com as simplificações propostas, como no Programa para Agroindústria Familiar, não houve uma ruptura em relação ao modelo preconizado, no sentido de “tratar os diferentes como diferentes”.

No que se refere às principais motivações para o desenvolvimento da atividade de processamento, as entrevistas demonstraram que há uma variação entre as agroindústrias pesquisadas. Cada entrevistado escolheu até duas opções que representaram essas motivações para investir ou optar pela atividade de processamento.

Gráfico 3 - As motivações mais significativas apresentadas pelos agricultores com múltiplas escolhas



Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

Percebe-se que a tradição familiar se apresenta como um forte elemento de estímulo para as atividades de processamento, aliada ao incentivo dos parceiros e à perspectiva de aumento de rendas e de crescimento do mercado para esse tipo de produto diferenciado.

No que se refere ao destino dos produtos beneficiados, os dados mostram que mais de 90 % da produção processada pelas agroindústrias familiares que fazem parte desta pesquisa é para o comércio, tanto nas feiras com em roteiros locais ou sob encomendas.

Isto demonstra que a estratégia do processamento de alimentos tem um viés econômico pela possibilidade de agregação de valor aos produtos, assim como a comercialização direta em cadeias curtas, além de possuir também as vantagens de baixo custo e a condição de eliminar intermediários.

As agroindústrias familiares que fazem parte desta pesquisa, mesmo estando na informalidade, apresentam regularidade - comercializam entre uma e quatro vezes por semana - na oferta de seus produtos tendo em vista que há uma procura dos consumidores que já conhecem a dinâmica das feiras, dos roteiros, e dos produtos que são ofertados. Os agricultores que não participam das feiras também possuem uma dinâmica própria de oferta de seus produtos e uma relação consolidada com seus clientes.

As feiras rurais, ao contrário do que muitos pensam, não são mercados tão dispersos quanto parece. Assim, como existem consumidores que frequentam esporadicamente essas feiras, também existe um número significativo de famílias que se abastecem semanalmente nestes espaços de feiras.

Os entrevistados que comercializam seus produtos nas feiras afirmam que possuem uma clientela que mantém uma relação de fidelidade com os feirantes, através da presença semanal nas feiras, e que essa fidelidade varia entre dez e vinte e cinco anos, enquanto alguns são clientes desde o início da feira.

Então, trata-se de um mercado relativamente consolidado que abastece semanalmente um conjunto de famílias urbanas que possuem preferência por determinados tipos de produtos diferenciados. Essa relação de comércio de proximidade – olho no olho – tem um significado importante, tanto para o produtor como para o consumidor.

No que se refere à alteração no volume da produção, os agricultores desta pesquisa afirmam que não aumentaram a sua produção de matéria prima e de produtos processados nos últimos anos. “Agora estamos plantando para manter no mesmo patamar, não tem como aumentar mais porque não tem mão de obra”, comenta o entrevistado **AFRI 4**. Portanto, o processamento e a comercialização dos produtos não tem tido variações significativas ao longo dos anos. Tem havido um

controle na produção de matéria prima com o intuito de manter o volume de produto processado para o comércio que já está consolidado, e não havendo nenhuma demonstração de interesse para aumentar esse volume.

De certa forma a formalização “força” o aumento da produção para cobrir os custos, e isso reflete em todo o sistema de produção – alteração de uma lógica construída na família.

Nestas questões de volumes de produção e de processamento se percebe uma clara contradição, porque o grande mote para a formalização é a perspectiva de ampliação de mercados, conseqüentemente, de maior lucro. No entanto, não é esta a perspectiva para esses agricultores que estão na informalidade. O desejo é continuar fazendo o que fizeram até o momento e da maneira como sempre fizeram, ou com pequenas alterações em função de mudanças no sistema de produção. Um destes casos aconteceu com a **AFRI 4** que aumentou a produção de hortaliças em função da decisão de parar com o plantio do tabaco:

“A gente aumentou um pouco de verdura porque a gente parou de plantar fumo e investiu mais em verduras, porque a gente tem bastante diversificado, bastante coisa, e complica para manter. Agora estamos plantando para manter no mesmo patamar, não tem como aumentar mais porque não tem mão de obra”.

Esta decisão de suspender a produção foi tomada pela família há alguns anos e, segundo a filha que participa nas atividades produtivas, os vizinhos e parentes consideraram “uma loucura” parar com a produção de tabaco, para apostar num sistema diversificado de produção de alimentos. Isto tem um significado importante para quem toma essa decisão de se dedicar a produção de alimentos, mas também aponta para uma decisão arriscada aos olhares externos à propriedade. Para Etges (1991), pode-se destacar três grupos de agricultores: os que plantam fumo, os que nunca plantaram fumo e os que deixaram de produzir fumo para se dedicar a outras atividades diversificadas:

Este resultado é significativo na medida em que demonstra que nem todos os camponeses do município cultivam fumo, ou seja, nem todos os camponeses estão subjugados às empresas fumageiras. Ao contrário, demonstra que uma parcela destes camponeses (10%) nunca se submeteu às empresas como produtores de sua matéria prima e mais importante ainda, que uma parcela significativa (17%) abandonou a produção de fumo e voltou a dedicar-se a atividade de subsistência, vendendo excedentes (ETGES, 1991, p. 25).

Entre os principais fatores que restringem o aumento da produção está insegurança em relação à legislação para as agroindústrias.

Tabela 2 - Fatores que restringem o aumento da produção

Fatores que restringem o aumento da produção*	Nº de AFRIs
Capital para investimento	4
Mão de obra	1
Mercado saturado	1
A legislação dificulta	8
Outras: área de terra para plantio; idade avançada.	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

*Cada agricultor poderia optar por até dois fatores.

As demais opções apresentadas como capital de giro, matéria prima, assistência técnica e concorrência não foram consideradas como fatores que restringem o aumento da produção.

“A legislação é o que mais me preocupa. Para mim legalizar eu preciso de estrutura que eu não tenho, se eu plantar mais eu tenho que ter alguém para fazer”, pondera o entrevistado **AFRI 4**. Neste caso, o agricultor conjuga dois fatores, a falta de estrutura adequada, de acordo com a exigência da legislação, e o limite da mão de obra na propriedade.

“Eu estou vendo que ali na frente a legislação vai dificultar a continuidade, por isso eu não quero investir”, comenta o entrevistado **AFRI 7**. Significa que há um risco iminente em relação à legislação porque pode alterar a lógica do sistema de produção, inviabilizar a atividade de comercialização e comprometer qualquer investimento.

Neste caso, quando o tema é capital para investimento se percebe que há um receio em investir um valor elevado e não viabilizá-lo. Existe também certa reação a uma mudança induzida que não é do interesse desses agricultores. A opção por esse modo de vida transcende a questão econômica de acumulação de capital, tem muito mais a ver com um jeito de viver que possibilita a esses agricultores um estilo de vida com qualidade, com autonomia, com controle do seu negócio sem depender de intermediários, com a segurança alimentar da família e dos consumidores.

O que se percebe é que realmente não há interesse em aumentar o volume dos produtos processados, ou seja, não está no horizonte e nem na vontade desses agricultores porque já possuem certo equilíbrio entre a produção, o processamento e o mercado. Isso retrata a importância do controle do sistema de produção e da sua capacidade produtiva, do seu produto, sem depender de terceiros. A formalização “força” o aumento da produção para cobrir os custos, e isso reflete em todo o sistema de produção – trata-se de alteração de uma lógica construída na família. Esses custos são basicamente de estrutura física exigida pela legislação; outros custos como licenciamentos, taxas, rótulos, gestão contábil; a necessidade de utilização de insumos como conservantes e aromatizantes; e o próprio processo de controle e fiscalização.

3.3 Processos e estratégias de comercialização das agroindústrias familiares informais

Através do levantamento de dados primários se percebe que a Feira Municipal representa uma oportunidade para a comercialização da produção dos agricultores familiares, os quais buscam na diversificação de suas atividades produtivas a possibilidade de subsistência e de comercialização de alimentos in natura e processados e, conseqüentemente, a sua estratégia de sobrevivência no meio rural.

Para o consumidor final representa um ponto de referência e a possibilidade de adquirir um produto diferenciado associado também a questões socioculturais, e para o produtor, um canal de comercialização qualificado, seguro e de baixo custo. O entrevistado **AFRI 4** comenta que “na feira tu já tem os clientes certos, para determinados produtos, tem clientes de mais de vinte anos. Eu fico pensando assim: tu não precisas falar para as pessoas, as outras falam por ti”. Significa que o marketing passa a ser a qualidade do produto associada às relações de confiança estabelecidas por décadas, entre agricultores e consumidores.

O incentivo para a diversificação das atividades produtivas e a possibilidade de comercialização através da feira rural encorajaram alguns agricultores a desistir da produção de tabaco.

“Eu era plantador de tabaco, e fazia alguma coisa junto, também fabricava melado. Daí chegou a Emater, a Secretaria da Agricultura e a Comissão da Feira me propondo para largar o tabaco e partir para a diversificação, dizendo que isso era um alto negócio, porque não envolvia tanto veneno e

era mais saudável, e me incentivaram para fazer isso aí, e aí eu comecei”, comenta o entrevistado **AFRI 8**.

A partir dos anos de 1990 houve uma motivação de forma organizada por parte das entidades da sociedade civil e instituições públicas para a diversificação da produção e o processamento dos produtos, com o objetivo de abastecer o mercado local. Vários agricultores fizeram essa opção para a diversificação de seus sistemas produtivos e foram se utilizando de seus conhecimentos – o saber fazer – para processar seus produtos como estratégia para a agregação de valor. Ao longo do tempo a comercialização aconteceu de forma muito tranquila, sem nenhuma ocorrência relevante que pudesse desabonar ou ameaçar essas atividades, comenta o entrevistado da **AFRI 03**.

Nos últimos tempos tem crescido a pressão para a formalização dos empreendimentos sem justificativas claras ou com justificativas contraditórias. Contraditórias porque a agroindustrialização formal tende à especialização e padronização (industrial) dos produtos, e não à diversificação com a manutenção e fortalecimento dos sistemas de produção e do saber fazer desses agricultores.

Da maneira como a formalização é proposta parece que o sistema de produção instalado e em pleno funcionamento pode ser transformado de uma hora para outra sem grandes repercussões nas estratégias das famílias. Qualquer mudança no sentido da formalização altera um conjunto de fatores como mão-de-obra, volume de produção, taxas para o funcionamento do empreendimento, novos investimentos, entre outros. Enfim, trata-se de um conjunto de fatores que interferem diretamente na elevação dos custos de produção e conseqüentemente na necessidade de alteração no sistema produtivo e nas estratégias das famílias.

O que esta pesquisa procura sublinhar é que existem no território agricultores que trabalham com atividades informais de processamento de alimentos, entendido como opção consciente de que a melhor forma para se manter na atividade da produção agropecuária é conservar o seu jeito de produzir, o processamento informal de seus produtos (e não apenas de um produto), e a comercialização em circuitos curtos dentro do município, como as feiras, a vizinhança e os roteiros nas comunidades. Este agricultor não quer aumentar sua produção, não tem ambições de aumentar significativamente a sua renda, não pretende ampliar seu mercado. É um tipo de agricultor que pretende manter o seu jeito de produzir, processar e comercializar, como afirma o entrevistado **AFRI 8**:

“A minha pretensão é continuar fazendo até que Deus me dê saúde. Eu vou continuar até que eu puder fazer, a não ser que eles me impeçam. O governo que quer que a gente registre, né? Mas eu não sei se existe lei de impedir uma pessoa a produzir para sobreviver, não sei se existe uma lei para isto”.

“Produzir para sobreviver” pode ser uma boa síntese daquilo que esse tipo de agricultor almeja. Este é o sentimento que se percebe nos diálogos das entrevistas.

Isto não significa que a formalização não serve para ninguém, de forma alguma. Existem agricultores que possuem outras estratégias para suas atividades produtivas, inclusive de agricultores com intencionalidade. E nesses casos é importante ter uma legislação que permita certa flexibilidade ou simplificação de processos para quem quer formalizar seu empreendimento, quando a informalidade representa transitoriedade.

As agroindústrias familiares informais que participam das feiras rurais concentram seu mercado no espaço dessas feiras. São poucos os casos em que o comércio se realiza em outros espaços, como vizinhança, comunidade e eventos. Nos eventos, como a Expoagro e a Expointer, a participação das agroindústrias informais é vedada em função da legislação.

Sendo assim, os principais consumidores para os agricultores que apostam nas feiras são preponderantemente grupos familiares urbanos que buscam produtos diferenciados. Os motivos são os mais variados possíveis: alguns pela confiança, outros pela preocupação com a alimentação, entre outros aspectos. Mesmo não sendo tema desta pesquisa, percebe-se que há um tipo de consumidor que abre mão das facilidades e comodidades das grandes redes de mercados convencionais para se deslocar até os pontos de feiras.

Poucos agricultores exploram o mercado local/comunidade que também pode ser interessante, de acordo com a afirmação do entrevistado **AFRI 4**, “nas quintas-feiras eu faço praça (roteiro) na comunidade, e as vezes rende mais do que na feira. Imagina no interior, né? (*risos do agricultor*) O pessoal hoje quer as coisas prontas, não adianta”.

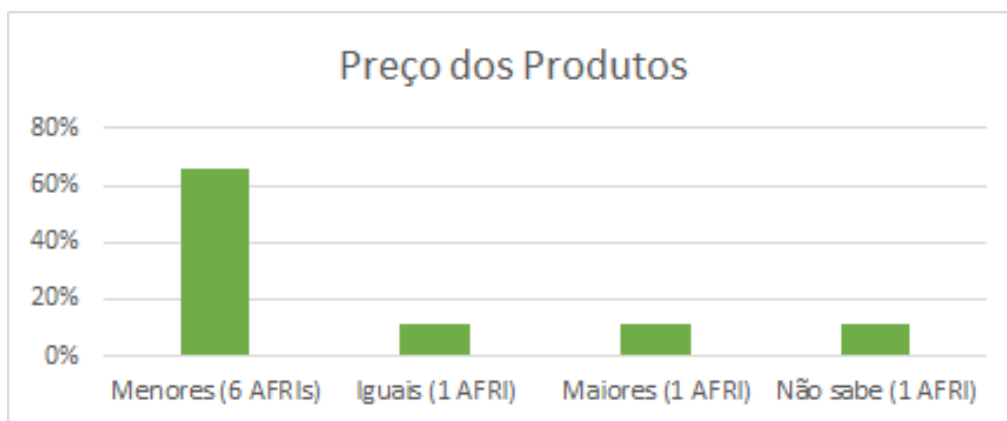
E para quem não comercializa nas feiras rurais de Santa Cruz do Sul, a aposta é o comércio local nas comunidades, com grupos familiares rurais que atuam na produção primária ou são trabalhadores urbanos, ou ambos, e também para festas e eventos tradicionais nas comunidades. Para estes, as rotas comunitárias

também possuem uma rotina semanal, entre um a três dias por semana. O restante da comercialização é eventual e não possui uma rotina definida.

Normalmente a frequência da comercialização é semanal e varia de acordo com a capacidade produtiva e a estratégia de cada família. No caso dos feirantes, a comercialização é realizada entre um a três dias por semana, numa ou em mais feiras rurais, localizadas em pontos distintos do espaço urbano.

Os preços dos produtos praticados pela maioria dos proprietários das agroindústrias familiares informais que fazem parte desta pesquisa são menores do que os preços dos produtos convencionais similares, produzidos pela grande agroindústria, de acordo com as informações dos entrevistados.

Gráfico 4 - Preços dos produtos das agroindústrias informais comparados com os preços dos produtos convencionais similares



Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

Esse questionamento gera certo desconforto para os agricultores porque eles não concordam com esse tipo de comparação, justamente por alegarem que a qualidade de seus produtos é superior à da grande indústria, ou no mínimo, são diferenciadas. Uma das questões levantadas e defendidas pelos agricultores para ressaltar a qualidade de seus produtos é sobre a não utilização de insumos químicos artificiais, como os conservantes, os corantes e os aromatizantes, que são permitidos pela legislação e utilizados pelas indústrias convencionais.

Em relação ao uso de rótulo nos produtos, os representantes das agroindústrias informais que foram entrevistados afirmam que não utilizam rótulos nos seus produtos em função da situação de informalidade. Em princípio, a

utilização ou não do rótulo parece ser uma questão burocrática, mas se percebe que existem outros elementos que têm influência nesse tipo de decisão. A opção de não colocar rótulo também é considerada como uma vantagem por parte do agricultor, porque ele sabe que o consumidor procura na feira justamente os produtos diferenciados.

É interessante a observação feita pela assistência técnica, sobre a rotulagem dos produtos, a partir da observação e das falas dos próprios agricultores:

“Eles falam assim (os consumidores): se tem rótulo é porque é industrializado, e o que não tem rótulo é colonial. Então, com o pepino é a mesma coisa, eu quero pepino sem rótulo, isto foi relatado por vários produtores, o consumidor quer esse produto que não tem rótulo. É uma coisa bem interessante”. (E1).

O rótulo para os agricultores das agroindústrias informais não tem relação com a intencionalidade de omitir informações sobre a composição dos produtos processados, mas curiosamente tem a ver com uma questão de marketing no que se refere à diferenciação de seus produtos. Ao contrário do que muitas vezes se imagina, o rótulo não é um atributo fundamental para o consumidor. A relação de confiança parece ter um peso expressivo, nesses casos.

Os agricultores entrevistados afirmam que não consideram as demais agroindústrias que possuem o mesmo tipo de atividade como concorrentes. Isto demonstra certo grau de prudência e de solidariedade entre os agricultores. “Todo mundo tem que ganhar, todo mundo tem que viver, eu fico feliz quando os outros também vendem”, comenta o entrevistado **AFRI 8**.

Mesmo não sendo um tema específico deste estudo é necessário informar que além do clima de integração que se percebe entre os feirantes, estes também realizam uma ação de solidariedade com alguns asilos de Santa Cruz do Sul, através de doações de produtos, especialmente de frutas e hortaliças, que sobram ou não são comercializados durante a feira. Esta ação solidária vem acontecendo ao longo dos anos. No final da feira, representantes da Associação de Auxílio aos Necessitados e Idosos de Santa Cruz do Sul – ASAN fazem a coleta dos alimentos doados pelos feirantes.

Sobre esse tipo de ação solidária a entrevistada **AFRI 8** diz: “O que a mão direita faz a esquerda não precisa saber”. É mais uma demonstração de que não é apenas o lucro que interessa nessas atividades de comercialização, as questões

socioculturais de solidariedade também estão presentes na vida e nas ações dessas pessoas.

3.4 Perspectivas para as agroindústrias familiares informais

De acordo com as entrevistas realizadas nesta pesquisa, a perspectiva para a continuidade da atividade de processamento para essas agroindústrias familiares informais é bastante “nebulosa”, em consequência dos conflitos e contradições que estão presentes nesse campo de disputas e de interesses. O entrevistado **AFRI 1** simplesmente afirma que: “eu vou continuar da forma como estou fazendo até não conseguir mais”. O entrevistado **AFRI 5** espera que o filho dê continuidade à atividade, porque já possui idade avançada.

Enquanto parte significativa dos entrevistados associam as expectativas de continuidade com a situação das exigências da vigilância sanitária, como a **AFRI 8**: “se eles começarem com esse negócio de eu ter que legalizar (formalizar), daí eu estou fora. Eu não vou fazer mais investimentos”. E tem aqueles que não vislumbram expectativas, como expressa o entrevistado **AFRI 7** “sendo realista, eu não vejo expectativa para os próximos anos”. O entrevistado **AFRI 8** faz uma análise um pouco mais extensa e reflexiva:

“Eles estão querendo ver um negócio para as pessoas que fazem feira, que nem eu só vendo na feira e não vendo no comércio, para quem vende no comércio é outra história. Não sei se eles vão conseguir! O promotor disse que não pode deixar as pessoas desamparadas, e se eles não têm condições de investir para abrir uma agroindústria tem que ver como eles não ficam desamparados, se essa é a atividade deles. Tem que ver um mecanismo para que eles possam produzir e continuar vivendo. Deu um zuzuzu lá que Deus o livre. Não é fácil, você fica a manhã inteira na frente de um forno quente, amassa o pão, põe na forma, da forma vai para a prateleira, da prateleira vai para o forno, do forno para a prateleira, daí vai para a mesa, e daí vai para o embalamento. E assim é sempre com as mãos”.

O entrevistado **AFRI 9** diz que são poucas as perspectivas para os próximos anos: “porque se é para fazer agroindústria (formalizar) não adianta. Isso não adianta, eu não posso usar o meu produto”.

Quando este entrevistado fala sobre não poder utilizar o seu produto significa que ele não poderá seguir com a mesma maneira de produzir, não poderá mais realizar o abate na propriedade, a menos que invista num abatedouro. A alternativa

ou a obrigatoriedade de acordo com a legislação é ter um abatedouro formalizado, na propriedade, ou levar os animais para outro abatedouro do município, e depois retornar para a propriedade em condições de transporte adequadas (refrigeração). Isto encarece tanto com o custo com transporte e taxa de abate que praticamente inviabiliza economicamente esse tipo de procedimento.

Então, a expressão que o agricultor utiliza “não ter mais o meu produto” significa que terá que comprar os animais (matéria-prima) diretamente do frigorífico e que, segundo a opinião dos entrevistados, o produto final passa a ser bem diferente. Outra questão expressa pelos agricultores é que há resistência do consumidor, com base em experiências que já realizaram. O consumidor percebe e logo reclama quando o produto não tem mais o mesmo sabor.

O entrevistado **AFRI 5** afirma que não vale a pena. O entrevistado **AFRI 6** diz que “dentro dos padrões atuais não há possibilidade, não viabiliza o investimento”, e acrescenta que não pretende alterar o sistema de produção, a forma de produzir e o volume da produção atual, porque a formalização obriga para uma mudança em todo o sistema de produção, de processamento e de gestão. O entrevistado **AFRI 7** afirma que não se trata de uma simples opção, ao comentar que “não é que eu não queira, a pergunta (desafio) que eu fiz para a Secretaria da Agricultura: eu quero que me levem para uma agroindústria que se regularizou (formalizou) nos últimos três anos e que está indo bem”.

Enfim, dos nove agricultores entrevistados apenas um aponta para a possibilidade de talvez investir na formalização da agroindústria, mas com alguns condicionantes, especialmente sobre a possibilidade de comercializar com a merenda escolar e aumentar a capacidade de processamento, porque se trata de apenas um produto e já possui produção de matéria prima para aumentar o beneficiamento.

Percebe-se que não se trata apenas de uma transgressão das normas impostas pela legislação vigente. Esses agricultores possuem controle de seus sistemas produtivos e possuem clareza sobre qualquer proposta de alteração nesses sistemas, sobre os riscos e as possíveis consequências para o futuro das famílias. A proposta de formalização é percebida como uma contradição para a agricultura familiar porque não leva em conta a situação e a realidade desses agricultores. Assim, a informalidade não é só temor com o “novo”, mas uma opção de resistência e sobrevivência no meio rural. Esses agricultores têm plena

consciência de que estão inseridos de uma forma dinâmica na economia do território porque conseguem gerar renda comercializando seus produtos. Portanto, estão inseridos na economia do território; talvez se possa considerar como uma economia com viés social.

Sobre o significado da formalização das agroindústrias o entrevistado **AFRI 1** faz uma síntese: “é um processo que já se inicia cansando pela burocracia (exigências), e pela dificuldade de se conseguir informações precisas”. O entrevistado **AFRI 2** que expressou uma possibilidade de formalizar a sua agroindústria, salienta que tem medo de começar, e não sabe por onde e como dar o primeiro passo. Nesse sentido, aponta para a falta de uma estrutura municipal de apoio concreto, que possa orientar e ajudar os agricultores nas distintas etapas de formalização e, às vezes, pela dificuldade de entendimento da legislação e das interpretações que são realizadas pelos distintos atores. O entrevistado **AFRI 4** destaca a exigência da fiscalização:

“... isso é o que mais me preocupa de fiscalização, daí tu tens que te adaptar com aquilo que a lei exige. Na hora que tu faz o teu produto de forma natural é uma coisa, quando tu fizer uma Agroindústria, tu não faz mais aquilo que tu quer fazer. Se eu botar um produto natural, ele tem que ser natural. Com essa formalidade que eles têm aí, eles exigem que tu coloque coisas que tu não está colocando, então deixa de ser natural, porque são adicionados produtos químicos para durar mais tempo, isso tem a ver com o próprio consumidor, que hoje também está bastante atento. Trata-se de comer aquilo que tu quer comer e não o que o outro exige. O consumidor é daqui – olho no olho.

O entrevistado **AFRI 6** comenta sobre a rigidez da legislação e da vigilância sanitária, considera que é um processo sem flexibilidade, e que as instituições não conseguem ver as questões que podem ser absorvidas dentro desse processo, falta de bom senso:

“Existe uma burocracia muito grande de acordo, por exemplo, com as leis que surgiram, como por exemplo, essa para as agroindústrias nos anos de 1950. Na realidade ela foi feita para empresas de grande porte, com funcionários. E a agricultura familiar e a agroindústria é o tradicional, é o produto colonial feito na moda antiga”.

Assim, as manifestações dos agricultores demonstram que há uma insatisfação com a legislação e com os processos de registro e de fiscalização, porque não estão de acordo com a realidade de parte dos agricultores familiares. Além disto, eles apontam para a falta de unidade e de consenso das entidades e instituições nas orientações para a implantação de agroindústrias, os procedimentos

não são padronizados, e em alguns casos são contraditórios em função da interpretação da lei, e outros, em função do bom senso, ou da falta, por parte de alguns técnicos e agentes da vigilância sanitária.

Quando eu vim aqui para montar a agroindústria eu disse: o que nós vamos fazer? Bom, em primeiro lugar nós vamos trabalhar com frutas e fazer schmier, e vamos botar um aviário e vamos trabalhar com venda de ovos caipira, porque eu fui fazer um levantamento no centro, na feira, e todo mundo estava pedindo ovo caipira, e não tinha ovo caipira. Como eu vou fazer isso? Vou montar uma instalação, vou fazer uns piquetes, porque para ovo caipira precisa de piquetes, a galinha precisa comer um verde. Daí eu fui na vigilância sanitária do Estado para ver como é que tinha que ser as instalações. Aí eles me deram um croqui, e me deram todos os dados, só que essa documentação é da instalação, mas não tem os parâmetros para aquelas questões fora (entorno da agroindústria). Daí eu peguei e fiz ali, o pé direito tinha que ser de três metros, tinha que ser com azulejo, o piso, daí tu tem que ter uma entrada, por exemplo, para o produto, para a limpeza, pré-preparo, cozimento, e uma sala de armazenamento. Fiz tudo isto de acordo, e quando foi para a aprovação, isso foi depois de um ano que eu fiz a instalação. Na época eu gastei quase uns trinta mil reais, hoje se eu for fazer vou gastar uns 60 ou 100 mil. Aí quando foi para fazer a avaliação, porque aí eu entrei no sistema da Emater, na vigilância sanitária do município (SIM), e aí vieram aqui e disseram: agora o pé direito não é mais 3 metros, é 3,20 metros, o azulejo não pode ter fuga, tem que ser azulejo encostado, o piso tem que ser piso liso, não com fuga. Aí começaram a cogitar: a entrada aqui, o prédio é anexado a casa, não pode. Somos somente eu e a mulher, nós não temos funcionário, só eu e a mulher que fizemos. Daí eles chegaram (vigilância sanitária) aqui fora e olharam, tem um canil ali, esse canil aí não pode ter cachorro. Não pode ter animal, eu não posso ter um gato, eu não posso ter um cachorro. Daí eles viram o galinheiro e disseram que o galinheiro deve estar à 250 metros do local (da agroindústria). Bom, eu trabalho com o galinheiro com toda a higiene possível, eu agora estou lavando, agora vou pintar, vou fazer tratamento de controle de pragas e insetos primeiro, faço tudo com serragem e a serragem é trocada uma vez por mês. Então, são coisas assim, eu quero colher o ovo limpo, eu não quero limpar o ovo (**AFRI 6**).

Além desses problemas de conflito nas interpretações e de conexão nas informações, percebe-se que a legislação trata a agroindústria como uma “coisa” isolada do conjunto da propriedade e da lógica de funcionamento da agricultura familiar que racionaliza todos os seus recursos no sentido de facilitar a operacionalização do conjunto das atividades e dos recursos disponíveis, especialmente da mão-de-obra. As dúvidas levantadas pela **AFRI 6** demonstram um pouco dessas dificuldades de entendimento das lógicas existentes nos processos produtivos diversificados:

Hoje eu estou produzindo a minha schmier aqui, e eles querem que eu faça legalizado (formalizado). Como é que eu vou fazer legalizado? Eu vou ter que fazer outra instalação para poder produzir? A minha produção é pequena, eu vendo por mês em torno de 300 a 400 potes de 300 gramas por mês, tem meses que dá mais e meses que dá menos. A produção de

fruta é toda própria. A minha fruta está tudo por aqui, eu tenho tudo que é tipo de fruta que tu podes imaginar. Tenho pêra, tenho flama, tenho figo, tenho uva. Tenho 4 frízeres de 380 litros, cheio de produto dentro, e eu vou fazendo durante o ano. Faço a schmier, boto tudo em vidro e depois dos vidros, para vender na feira, eu repasso para os potes, boto na geladeira e levo na feira. Isso hoje para mim é só eu e a mulher que fazemos todo esse processo. Nós fizemos curso, eu fiz curso em Santa Catarina na Embrapa e na Epagri. Fiz três cursos na Epagri, de conservas, de compota, de produtos vegetais, e de produtos animais, e outros. E todos esses cursos tinham essas práticas de manuseio (boas práticas). Nós temos higiene, antes de começar nós deixamos tudo limpo, tudo em condições para poder fazer. Eu não vou vender um produto se eu não posso comer. Todo produto que nós produzimos nós consumimos, também. Eu tenho 66 anos e a mulher 65 anos, eu não sei o que é médico, eu vou no médico para fazer os exames normais, eu não posso dizer que estou com problema de saúde. A nossa alimentação é variada. Hoje estamos sozinhos, os três filhos estão fora. Para nós sairmos daqui para um apartamento pode botar um caixão do lado (AFRI 6).

Este mesmo entrevistado elabora a sua reflexão abordando e apontando algumas contradições relevantes para quem atua na informalidade, reforçando que a legislação não pode ser “engessada” a ponto de não considerar a propriedade e o conjunto de variáveis e elementos que fazem parte do cotidiano e do modo de vida dos agricultores. A **AFRI 6** expressa essa dificuldade em entender e aceitar os parâmetros legais, assim como foi possível perceber na maioria das falas das AFRIS entrevistadas:

Hoje em dia as pessoas não têm parâmetros, por exemplo, como se diz: “ela só vê a lei, ela pega um documento e está escrito ali pedra é pedra, água é água”. Agora, a água pode ser gasosa, ela pode ser sólida. Não, se a água é água é só líquido, entendeu? Essa é a minha visão. Quando se vem aqui e se faz uma vistoria como fizeram aqui e disseram que eu não posso ter meu cachorro; meu cachorro é vacinado, toma banho toda a semana, tem a melhor alimentação, a ração mais cara que tem; meu cachorro não vai para dentro de casa. Então eu tenho controle daquilo, e isso eles não veem o que pode ser absorvido dentro desse processo e o que não pode. Eu não posso viver com os meus cachorros e fazer a minha atividade? Eu não posso ter meu aviário porque eu tenho uma agroindústria, entendeu? Aí o meu aviário vai ter que estar a 250 metros longe da minha agroindústria? Eu estou querendo ter a minha qualidade de vida. É a rigidez, é o processo sem meias palavras, meios termos, de reconhecimento de responsabilidade do agricultor. Não tem flexibilidade. Já viu um veterinário dizer isso aqui tem um meio termo? Nunca. Eles aprendem porque quando eles se formam eles dizem “segue a lei”, esse é o teu compromisso (AFRI 6).

O entrevistado **AFRI 7** diz que cancelará a atividade de processamento, caso haja obrigatoriedade para a formalização: “Nem tanto pela burocracia, mas pela incomodação. Por exemplo, se tu te legaliza (formaliza) hoje, amanhã a fiscalização

está batendo e dizendo: isso ali está errado, vamos ter que fazer assim... nesse sentido”.

Os agricultores em nenhum momento negam a importância e a necessidade de ter um regramento, assim como ressalta o entrevistado **AFRI 8**, ao fazer uma análise do tempo de feira e a inexistência de problemas relacionados com qualquer risco de saúde pública. Parecem pertinentes algumas questões levantadas e a falta de compreensão e relação entre as exigências da lei e o contexto das propriedades, e das estruturas existentes:

“Tem coisas que não pode deixar (solto). Não quer dizer que a pessoa que registra a agroindústria o produto é bom, que esse produto é de qualidade. Até hoje todo o produto vendido na feira não causou nenhuma doença, que as pessoas tenham ficado doentes por um produto que adquiriu na feira, e já são 38 anos de feira. Então, não quer dizer que esse registro impede uma intoxicação, ou que o produto que seja garantido. Não sei por que eles exigem que tenha que ter uma construção de material e não pode ser de madeira, qual é o significado, porque que eles exigem isso. Eu poderia utilizar uma peça que tenho junto à minha casa e separar e adaptar para a produção de panifícios, mas a agroindústria não pode ser junto com a casa. Tem que ter vestiário, tem que ter banheiro, Eu disse para eles: porque que eu vou construir se aqui na casa eu tenho dois banheiros, e somente nós iremos trabalhar? E daí eles não sabem responder”.

Já o entrevistado **AFRI 9** diz que recebeu a visita da Emater com as seguintes orientações: “eles já condenaram logo, porque eu teria que tirar o chiqueiro de porco”. Ou seja, além de ter que investir numa estrutura para a agroindústria, este entrevistado teria que desmanchar e reconstruir o chiqueiro em outro lugar, o que altera a lógica de um sistema produtivo em funcionamento. E finaliza dizendo que “para os pequenos como nós não vale a pena. Agora, se eles garantirem a venda de um volume que viabilize o investimento, daí eu faço. A legislação é para matar o colono e o pobre”.

Mesmo fazendo este comentário este entrevistado sabe e aponta que o investimento não vai se viabilizar em curto prazo, porque a alteração no sistema vai ampliar a necessidade de investimento e o produto será alterado, e possivelmente não conseguirá manter os seus clientes atuais, fiéis ao seu produto diferenciado. Por outro lado, ele também sabe que as instituições que orientam para o cumprimento das exigências da lei não podem e não possuem a função de garantir mercado para os agricultores.

De fato, em relação ao que os agricultores pensam sobre a legislação para as agroindústrias os comentários são bem variados. O entrevistado **AFRI 1** diz que há

muita burocracia e poucos incentivos, muitas exigências e poucas soluções. Significa que nem sempre é possível cumprir tudo o que é exigido, e que deveria ter legislações específicas para cada caso.

O entrevistado **AFRI 2** pondera que a legislação para a agroindústria familiar é inadequada; dificulta, em vez de facilitar; é mais fiscalizadora e punitiva do que de apoio. Aponta para o excesso de burocracia, muitos custos e muita incomodação, “e isto causa medo”, aponta. O entrevistado **AFRI 3** resume que o processo é muito burocrático. Pereira e Botelho (2017) apontam algumas contradições entre as normas e a realidade do cidadão:

Por vezes, somos levados a acreditar que a causa da inefetividade da norma é a conduta dos destinatários, mas se a norma não estiver de acordo com a realidade do indivíduo, com o contexto social e econômico em que ele está inserido, não haverá cumprimento, porque não haverá reconhecimento. O reconhecimento ocorre à medida que o cidadão se identifica com a norma. Quando o direito é reconhecido, ele incorpora-se à maneira de ser e agir da coletividade (PEREIRA e BOTELHO, 2017, p. 117).

Esse reconhecimento da normativa não é efetivo também porque não há compreensão a respeito da lei pelos agricultores familiares - essa lei não se coloca como um elo entre o cidadão e o Estado, e não é aceita porque não condiz com a realidade de uma parte das famílias que se dedicam ao processamento de alimentos. Esta pesquisa evidenciou que os agricultores familiares não conhecem bem a legislação para as agroindústrias, ainda que sejam diretamente abrangidos por ela, e pelo pouco que conhecem não reconhecem como justas para a realidade em que estão inseridos. “Assim, questiona-se, cada vez mais, a legitimidade da norma, ou seja, mais importante do que o procedimento de elaboração, são os fundamentos da norma, a sua interpretação e a sua aplicação” (PEREIRA; BOTELHO, 2017, p. 117).

As instituições, por sua vez, buscam a efetivação do cumprimento dos trâmites legais. Assim, uma das constatações que se pode fazer a respeito da assessoria e do apoio é que, em geral, a aproximação das instituições e organizações, a partir das falas dos agricultores, sempre é no sentido de “motivar” a formalização dos empreendimentos e que, de fato, o apoio concreto para as agroindústrias informais é bastante restrito. O entrevistado **AFRI 1** diz que “atualmente não há nenhum tipo de apoio sistemático. A Emater apresentou algumas propostas, mas sempre com a condição de formalização. A Emater é

parceira, mas a sua ação é sempre no sentido do que deve ser feito para a formalização da agroindústria”.

A Emater realiza oficialmente o trabalho de extensão rural e social nos municípios, sendo assim, tem a função de apoiar e executar os programas e as políticas públicas para o campo. O Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) é executado pela Emater, em parceria com outras instituições, por isto é perfeitamente compreensível que a Emater direcione sua ação no sentido de apoiar a formalização das agroindústrias. Segundo o entrevistado da ATERS (**E1**), o apoio é realizado de forma bem abrangente:

“Hoje nós temos o apoio da legalização, em si, da legalização sanitária, da questão de produção, de plantas. Nós fazemos esse meio de campo entre os órgãos de fiscalização do SIM que aqui em Santa Cruz do sul é responsável pela parte de produtos de origem animal, e a vigilância sanitária que é responsável pela fiscalização dos produtos de origem animal. Nós temos esse meio de campo com eles na questão de fazer um projeto para que depois não vá se tornar um problema para o produtor. Então nós conseguimos, antes de construir, antes de fazer qualquer coisa nós podemos deixar um projeto certo para o produtor, para não dar problema futuro para ele. E temos o PEAF do governo do Estado que dá algum suporte para esses empreendimentos, onde cadastra o produtor no programa, ele vai ter benefício da legislação ambiental, de uma lei “guarda-chuva” do estado e alguns outros benefícios como o selo do *sabor gaúcho* e a possibilidade de participar de feiras como a Expointer, a Expoagro e a Expodireto. Então para isso, o produtor vai ter que estar dentro desse programa. E sem contar com as diversas feiras municipais e regionais em que a Emater acaba disponibilizando espaços para esses produtores, para esses empreendimentos”.

Pela síntese do **E1** é possível perceber que esse apoio realmente se concentra na busca pela formalização das agroindústrias. Nem por isso é descartada a assessoria para as agroindústrias informais, como pondera o **E1** “nós conhecemos muitos produtores, nós visitamos muitas propriedades que processam informalmente. Eu acredito que a formalidade vem para organizar o processo de produção”.

“Às vezes se fala em padronizar produto, mas também tem a questão de padronizar processos, porque não se pode fazer em qualquer lugar, eu não posso ter qualquer matéria prima Então, eu considero que esses cuidados da formalidade, o correto seria que a formalidade garantisse (ao consumidor) que o produtor cumpriu os padrões de processo e toda a parte sanitária, a parte fiscal, a parte ambiental. O informal diz que aquela pessoa não tem nenhum amparo legal de que está cumprindo, é uma confiança minha de consumidor com a tua de produtor. Só que ao mesmo tempo esse consumidor não conhece a propriedade, e não tem ninguém que diga que aquele produtor está realmente cumprindo as exigências. Então, essa é a principal diferença entre se ter um produto formal e informal” (**E1**).

Ao mesmo tempo em que o **E1** faz essas considerações e comparações, também atenta para algumas questões que trazem consigo algumas contradições expressadas em vários momentos pelos agricultores. Entre essas contradições estão a origem da matéria-prima, a padronização dos processos, a escala de produção, o impacto ambiental, as estruturas de processamento, e a segurança da qualidade dos produtos, como podemos verificar na fala do **E1**:

“Hoje se sabe que muito produtores que estão formalizados possuem problemas de processo e problema ambiental, e tem vários tipos de problemas, mas está “legal”. Daí tem a produção em escala, porque a agroindústria formal precisa produzir em escala para pagar todos aqueles passos da legalização, tem que ter escala. Às vezes, produzir dez quilos de linguiça por semana é uma coisa, e produzir cem quilos é outra, o impacto ambiental é maior, há que se ter maiores cuidados. Então, só que tem que ter esse meio termo entre a escala de produção, a estrutura mínima de produção para o produtor de feira, por exemplo. Há que se considerar que é um produto diferenciado, não é uma agroindústria, vai ser uma produção eventual de pequena escala para a feira, por exemplo, a produção de dez a vinte pães para a feira, como venda direta, e não duzentos pães para vender no mercado. Então a legalização pode ser feita para esse produtor de forma bem mais simples, desde que se tenha uma legislação que norteie o produtor de como fazer esses processos em pequena escala. Porque tem que ter um prédio de 50 ou 80 m² para fazer dez ou vinte pães? Não precisa, pode ser uma cozinha bem organizada, em que a produção é com a família. Eu acredito que para o consumidor a segurança é muito maior desse agricultor que possui dez ou vinte pães do que aquele que produz cem pães, porque o trabalho dele vai ser mais bem organizado. Só que o consumidor hoje, se for perguntar, ele quer esse produto que está lá na feira, muitas vezes informal, do que pegar um produto que está com a etiqueta.

Como se percebe nas falas anteriores dos entrevistados das agroindústrias familiares, não há intenção de aumentar a produção na propriedade e nem o processamento de produtos. Ao mesmo tempo em que há a compreensão de que a formalização contribui para a padronização dos produtos, mas que o custo é elevado e precisa de escala. Há o entendimento que o setor informal da agroindústria familiar necessita de um tratamento diferenciado, com vista a um público e um mercado também diferenciado. Dessa forma, a discussão sobre a qualidade dos alimentos processados deveria passar por uma avaliação, e quem sabe por uma (re)conceituação. O **E1** considera que o tema da formalidade e da informalidade é bastante complexo, porque a formalidade conduz a um aumento de escala de produção para viabilizar o processo. Ao mesmo tempo a escala de produção leva a utilização alguns aditivos químicos para aumentar a validade: “... quando se cai na

escala de produção de uma agroindústria formal há que se ter uma durabilidade maior de prateleira, aí se obriga muitas vezes a usar alguns conservantes, e assim por diante”, pondera o **(E1)**.

Esse tipo de prática normalmente não é ou não precisa ser utilizado pela agroindústria informal porque esse tipo de produto é comercializado e consumido em poucos dias:

“O que eu considero é o que essa agroindústria informal proporciona, até porque a cadeia é muito curta, o que é produzido numa semana é para vender no máximo na semana seguinte. Então, tem-se um produto com uma qualidade melhor, qualidades biológica e nutricional, e sem conservantes, sem aditivos. E hoje se sabe muito bem o efeito desses aditivos, com certeza. E fomentar essa cadeia curta é fundamental para se ter um produto fresco que não ficou um mês na prateleira, uma produção sem escala, sem muito processo, digamos assim” **(E1)**.

O poder público municipal tem se aproximado dos agricultores para informar sobre os preceitos legais e a necessidade de se formalizar. Segundo o entrevistado **AFRI 1**, o poder público “só sabe dizer o que deve ser feito”. Significa que o poder público não tem conseguido dar um apoio mais efetivo para a busca de alternativas compatíveis com a realidade das famílias desses agricultores que estão na informalidade. O entrevistado **AFRI 3** reforça que ultimamente o apoio é restrito e a perspectiva é de desânimo:

“Temos o local de comercialização, e hoje a exigência é que a gente se legalize (formalize) ou pare de vender lá. Isso parte da prefeitura, da Emater, do sindicato e de todas as entidades que constituem o conselho agropecuário; hoje exigem a legalização da gente. Até os anos de 1990, todas as entidades, Emater, sindicato, secretaria da agricultura, e a própria Afubra, que fazem parte da comissão da feira, incentivaram a gente a apostar na diversificação e no processamento para agregar valor ao produto. Só que a situação mudou, tem que se legalizar, hoje. Para eu me legalizar, como primeiro ponto eu tenho que parar de produzir porque é muito difícil estar plantando o milho, criar o porco, levar no frigorífico, trazer ele de volta e daí processar ele. Hoje, o incentivo é parar com toda essa parte da criação, comprar matéria prima das multinacionais, das grandes empresas, e apenas transformar o produto”.

O entrevistado **E2**, representante do poder público municipal, aponta para os vários tipos de incentivos que a prefeitura municipal disponibiliza para os agricultores, desde o Programa da Agroindústria Familiar, os subsídios possíveis através de uma lei municipal, as linhas de crédito para as agroindústrias familiares, o apoio para construções com a disponibilização de patrulha agrícola, em que o produtor não tem custo com hora máquina, no caso de terraplanagem, e o apoio na

busca de mercados em feiras e exposições regionais. Conforme a fala do **E2**, os benefícios do poder público estão voltados para quem está formalizado ou pretende se formalizar, porque a informalidade se diferencia pelo mercado, na sua interpretação:

“O que diferencia (a formalidade da informalidade) é só a questão de mercado, né, aonde ele pode comercializar. No caso da informal ele teria que vender clandestinamente, e oferecendo diretamente ao consumidor, de uma forma, como é que se diz? Tipo ambulante. E quando ele está formalizado para nós, nós aí conseguimos alcançar todos os benefícios e subsídios que a legislação prevê, principalmente na organização de espaço para a comercialização.” (**E2**).

A expressão “vender clandestinamente” utilizada pelo **E2**, genericamente e do ponto de vista jurídico, significa ocultação ilegal que tem por objetivo evitar a publicidade obrigatória de atos, dificultar seu conhecimento por terceiros (invisibilidade) ou lesar o direito de outrem. Os agricultores que participaram desta pesquisa não possuem a intenção de esconder suas atividades de processamento, tanto é que os seus produtos são comercializados pelos próprios agricultores nas feiras rurais que são espaços públicos, numa relação direta com os consumidores. Segundo os próprios agricultores, em mais de 30 anos de atuação das feiras rurais não houve qualquer caso que significasse risco de saúde pública para os consumidores.

O entrevistado **E2** faz a sua interpretação da agroindústria informal como uma forma transitória, e que a dificuldade para a evolução dessas agroindústrias é a permanência na clandestinidade (informalidade):

“Eu acredito que elas estão na informalidade não por elas quererem ficar, mas pelas dificuldades que encontram para poder se legalizar, os custos, a burocracia, o dispêndio de tempo, e isso faz com que eles preferem ficar na clandestinidade mesmo produzindo o suficiente para a sua subsistência, né, e isso dificulta para que elas possam se evoluir. Então a dificuldade deles, eu acredito, para se formalizarem é a burocracia e as exigências legais que o Estado impõe, para que eles se regularizem”.

Este tipo de interpretação aponta para várias questões que precisam ser aprofundadas porque nos itens anteriores deste trabalho já ficou evidente que não se trata simplesmente de transitoriedade, de burocracia, ou de não querer “evoluir”; é acima de tudo uma escolha de modo de vida. Na opção pela informalidade há uma convergência de vários fatores que são apontados pelos agricultores, e que não se consideram clandestinos. Assim, as dificuldades apontadas acima pelo **E2** são

reconhecidas pelos agricultores, quando se entende que a informalidade não é dada como uma opção, ou seja, a formalização é “praticamente uma pressão”, e na resistência são apresentadas essas dificuldades.

Sobre a legislação atual para as agroindústrias o **E2** reconhece que:

“É limitante, ela é problemática porque existe um conceito de que a legislação brasileira ela é feita para impedir que o pequeno se estabeleça, ela é feita para o grande e é cobrada a mesma coisa que é cobrada para um empreendimento grande, considerado grande que a gente diz, né, para o pequeno. Há uma disparidade muito grande para isso, porque o poderio econômico do grande consegue atender a legislação, ele contrata um responsável técnico, ele estabelece as questões sanitárias, na estruturação física do estabelecimento, ele consegue fazer isso e ele transfere isso nos custos do produto dele”.

A concepção de evolução que o poder público tem parece não ser a mesma que os agricultores familiares possuem em relação aos seus empreendimentos. Sob alguns aspectos pode significar o contrário, como por exemplo, a formalização sugere aumento de custos, de produtos processados, de mão de obra, de burocracia, e de alteração do sistema de produção e da rotina de vida, entre outros. Enfim, a formalização não parece ser um caso claro de evolução para determinados tipos de agricultores que optam pela manutenção de suas atividades informais.

O poder público municipal aponta como saída para resolver o problema da clandestinidade (informalidade) a *Medida provisória Nº 881*, de 30 de abril de 2019 que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências, e a *Resolução Nº 51*, de 11 de junho de 2019 que versa sobre a definição de baixo risco para os fins da *Medida Provisória nº 881*, de 30 de abril de 2019. Contudo, mais uma vez, a tentativa de simplificação de alguns processos contribui para o registro da agroindústria, mas permanecem os mesmos problemas relacionados à fiscalização, especialmente sanitária. Ou seja, não se trata simplesmente de facilitar o registro do empreendimento e transferir a responsabilidade sobre a qualidade do produto para o agricultor; isto já existe.

No que se refere à qualidade do produto os agricultores são enfáticos em suas posições. O entrevistado **AFRI 3** avalia que a qualidade do seu produto é boa. Enfatiza a produção artesanal como determinante da qualidade, porque os animais são tratados com produtos mais naturais, enquanto os animais de granja são tratados com ração e produtos que aceleram o ganho de peso. “Acho que dá uma

qualidade do produto melhor; faz um churrasquinho do porco da casa e faz com o porco de granja”, comenta o entrevistado **AFRI 3**, como desafio sobre a diferença da qualidade e do gosto da carne. E acrescenta que seria interessante se a produção familiar fosse valorizada, principalmente na linha dos embutidos, porque considera que é muito difícil viabilizar o processamento de embutidos com a matéria de terceiros.

No caso do beneficiamento de produtos de origem animal a legislação é bem mais rígida em função das probabilidades maiores de contaminação dos produtos. Assim, a falta de flexibilidade da legislação praticamente inviabiliza a produção familiar a partir da matéria prima própria, e de seus meios de produção e processamento. Pode-se dizer que este é mais um conflito ou uma contradição entre a realidade dos agricultores e a legislação, e esse conflito não é encarado à luz da legislação, numa perspectiva de busca de alternativas viáveis que não comprometam a qualidade. Deve entrar nesse debate o conceito ou os conceitos do que se considera qualidade. Não se trata de negar o conhecimento científico, mas de buscar formatos alternativos que possam manter os atributos culturais e específicos para determinados tipos de alimentos sem comprometer a qualidade biológica e nutricional dos alimentos.

O **E1** lembra que, se a questão é a qualidade biológica e nutricional dos produtos processados, há que se definir como aferir essa qualidade, porque “hoje a gente tem laboratório de tudo quanto é coisa para averiguar a qualidade do produto, né. Então, acho que a gente tem que parar um pouco de achar que aquilo não pode”. Lança a indagação sobre o porquê não é realizado o acompanhamento para esse tipo de empreendimento informal para avaliar o produto final. E ainda reforça com algumas comparações de como acontece o processamento na Europa, com a preservação da tradição cultural:

E isso é uma questão interessante que é da Europa, né. Na Europa se tu for ver, na França e na Itália, eles produzem produtos há quanto tempo lá, da mesma forma, mantém a tradição e a forma de fazer; queijo em material de madeira, prateleira de madeira, tudo direitinho, porquê? Sempre foi feito assim, eles têm um histórico daquele saber fazer e eles valorizam isso; nós no Brasil fazemos ao contrário, nós padronizamos e ainda a gente vai muito pela lógica da indústria americana que é padronizar a coisa, escala e simplesmente tem que ter um padrão, e o tradicional tem que ser abandonado, tem que fazer uma coisa nova, uma inovação, e lá não, eles mantem a tradição. Que nem o pessoal faz aqui o melado, né, o próprio torresmo, então, sempre foi feito assim. Então, eu tenho que achar uma forma de legalizar, o Brasil inteiro tem uma discrepância muito grande. Tu olha a agroindústria no Rio Grande do Sul, é uma coisa, tu olha em Santa

Catarina que é logo ali, é outra realidade, e se nós formos lá para o norte, nem se fala. Então, nós temos legislação igual para todo o país, mas com graus de obrigações, regras e interpretações diferenciadas (E1).

O entrevistado **AFRI 4** comenta sobre a qualidade dos produtos com uma consideração relevante: “olha para dizer francamente, até hoje não teve nenhuma queixa de ninguém, em relação a algum produto estragado ou coisa assim. Nunca trouxeram nada de volta. Não vou te dizer que é top, mas a gente faz o melhor que pode”. Considera ainda que poderia ter um serviço disponibilizado na feira para observar o agricultor e a qualidade dos produtos:

]“A gente sabe assim, quando o teu produto é bom, tu é visado e o pessoal chega ali. A banca que não tem produto bom não tem cliente. Então, tu já sabe logo, e as vezes também o preço; o preço também ajuda. Se tu tem produto bom o pessoal procura”. (AFRI 4).

Comenta ainda que não possui receio em tornar público se algum dia tiver qualquer problema com seus produtos, e ressalta: “ninguém me trouxe nada de volta, até hoje. Banca que não tem produto bom não tem cliente. Outro fator é o preço”.

Esta **AFRI 4** é uma das situações de processamento sem estrutura específica para a agroindustrialização. Trata-se de uma organização familiar com um sistema de produção estruturado e diversificado. Qualquer alteração (formalização) altera toda a lógica do sistema e provavelmente tem repercussão na economia familiar. Percebe-se que é um sistema de produção integrado, não só de produtos, mas de uma composição familiar, com a filha e o sogro. Com o sogro há cooperação, mas as finanças são separadas. O processamento é visto como uma possibilidade de evitar perdas no processo produtivo da família ou das famílias, e agregar valor aos produtos. Assim, a estratégia de processamento é realizada com vários produtos que fazem parte do sistema de produção. O que eles produzem para a feira e para a comercialização na comunidade eles também consomem na família.

As considerações arroladas pelo entrevistado **AFRI 3** apontam dois fatores preponderantes que propiciam o êxito das atividades de produção, processamento e comercialização: a qualidade e o preço dos produtos. O consumidor busca qualidade, e nesse caso associada a produto diferenciado, e preço adequado. Então, o que leva um consumidor a comprar determinados produtos por mais de vinte anos, no mesmo espaço e dos mesmos fornecedores possui uma relação

direta com a qualidade. Percebe-se que os preços praticados nas feiras oscilam quando comparados com produtos convencionais, e segundo os entrevistados os preços ajudam, mas é a qualidade (gosto, sabor, aroma, e ausência de conservantes, corantes e aromatizantes) do produto que garante a fidelidade dos consumidores. E nesses casos a durabilidade (validade) do produto não é um fator preponderante como nos mercados convencionais, porque o consumo também possui um ciclo curto para as famílias. Os próprios agricultores entrevistados possuem conhecimento (empírico) sobre a durabilidade de seus produtos e formas de conservação pelo fato de consumirem esses mesmos produtos, e esse conhecimento é repassado ao consumidor.

Nesse sentido, a consideração realizada pelo **E1** chama a atenção sobre alguns aspectos relacionados à qualidade dos produtos processados pelas AFRI, quando se trata de cadeias curtas de comercialização:

“É uma coisa bastante complexa, porque às vezes a formalidade te obriga a algumas práticas que essa agroindústria artesanal, o que se poderia traduzir desta forma, a agroindústria convencional formal e o produto artesanal, que é aquele produto sem aquele aditivo, aquele conservante, que é possível muitas vezes. Só que quando se cai na escala de uma produção de uma agroindústria formal há que se ter uma durabilidade maior de prateleira, aí se obriga muitas vezes a usar alguns conservantes, e assim por diante. (E1).

O entrevistado **AFRI 5** avalia que a qualidade do seu produto é boa, e diz que o consumidor comenta que o produto é bom. Para o entrevistado **AFRI 6** a qualidade de vida é fundamental: “eu quero a minha qualidade de vida, por isso eu faço o melhor produto. Por exemplo, eu faço um molho de tomate com 17 ervas, e só faço com tomate orgânico”. Acrescenta que sempre tenta melhorar seus produtos, para ter um alimento de boa qualidade na sua alimentação e para oferecer aos consumidores. Comenta ainda que a sua esposa possui um problema de saúde e o médico recomendou para que a partir da cirurgia ela controlasse a alimentação. Então, este também foi um dos objetivos para o casal priorizar a alimentação saudável. Passaram a produzir tudo àquilo que têm condições de produzir, e evitar ao máximo a compra e o consumo de produtos industrializados convencionais.

Nos comentários do entrevistado **AFRI 6** é possível entender que a produção e o processamento possuem uma relação com a saúde e com a autonomia do sistema de produção, enquanto estratégia de sobrevivência e reprodução familiar. Nesse caso, a partir da percepção desse agricultor, a qualidade do produto se

apresenta como uma contradição em relação ao que está desenhado pela legislação. Apresenta um elemento que relaciona a qualidade do produto com o processo de produção. Ou seja, parece que a qualidade não deve ser conferida apenas na atividade de processamento, mas em todo o processo produtivo. Pode-se ter uma atividade perfeita no processamento do alimento, mas esse alimento pode não ter uma qualidade adequada no processo produtivo. E isso, não aparece na legislação das agroindústrias. Trata-se ou não de uma contradição sobre qualidade, observada por esse agricultor? Segundo Scarabelot e Schneider (2012) novos critérios e exigências estão aparecendo em relação à qualidade dos alimentos:

[...] uma análise contemporânea do consumo reivindica considerar o perfil de uma sociedade que emerge com novas exigências. Hoje consumidores começam a exercitar sua cidadania e reflexividade estabelecendo critérios e exigências em relação ao consumo de alimentos onde à qualidade passa a ser definida com base no conhecimento e na proximidade e não mais somente em critérios normativos ou legais (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012. p. 111).

Isto demonstra que há uma preocupação maior do consumidor e que a garantia (segurança alimentar) de um alimento saudável não se dá apenas pelo atendimento às normas.

O entrevistado **AFRI 7** considera que a qualidade dos seus produtos é boa porque não usa conservantes em nenhum produto. “O consumidor vem e me pergunta se tem que colocar o produto na geladeira, e eu digo que se ele não consumir em três ou quatro dias ele deve colocar na geladeira”. Ele comenta que o consumidor as vezes quer saber por que vai fermentar, fazendo a comparação com o produto convencional do mercado que possui validade prolongada. “O meu argumento é que não é adicionado nada. Por isso é procurada a feira, porque é um produto sem conservante”, acrescenta. Esse entrevistado vai além, e levanta algumas questões: “porque que eles não deixam trabalhar, hein? Qual é a finalidade que eles não querem que eu trabalhe? O jeito de eu trabalhar é o jeito da agricultura familiar diversificada”. E arrisca outras dúvidas sobre o funcionamento da feira:

“a feira vai ficar com cada um produzindo uma coisa? Como vai ficar a feira? Os próprios consumidores estão dizendo que se é para mim vir comprar repolho e batata doce, isto nós também podemos comprar no mercado. Aqui nós podemos pegar nossos produtos sem conservantes. Uma gema de ovo que é amarela e nunca prejudicou ninguém. Não faz sentido”.

Informa ainda que não lembra de que tenha acontecido qualquer tipo de reclamação registrada (ficha preenchida de reclamação) e entregue ao representante da feira. Diz que já aconteceu para ele de um consumidor retornar com o produto e pedir para devolver, que prontamente foram dadas as opções de devolver o dinheiro ou trocar o produto, e que apenas pediu para saber o motivo, que era de que o produto (conserva de pepino) era fraco de sal. Ele reconhece que o seu produto é mais suave, mas que isso não tem nada de grave. “O consumidor compra porque ele está frente a frente com o produtor, é olho no olho”. Diz também que não tem qualquer objeção sobre possíveis retiradas de amostras de seus produtos para análise laboratorial.

Este entrevistado **AFRI 7** reforça a relação da qualidade com o não uso de conservantes, e que isto não compromete a qualidade do produto, para esse tipo de mercado. A relação de confiança com o consumidor – o olho no olho – é considerado um aspecto relevante. Os questionamentos que o entrevistado levanta apontam para uma perspectiva de futuro desse espaço de comercialização e dos próprios agricultores que já estão por décadas envolvidos nesse tipo de sistema de produção diversificada, processamento em pequenas agroindústrias e comercialização direta. Percebe-se certa angústia quanto à possibilidade concreta de que tudo o que foi construído durante décadas pode ser inviabilizado de uma hora para outra. Uma dificuldade de entender - e talvez seja difícil mesmo - é que apenas a justificativa de uma lei possa passar por cima disso tudo.

As contradições levantadas pelos agricultores ficam evidentes porque se a questão de fundo é a qualidade do produto, e não há nenhum problema de qualidade com esses produtos comercializados na feira, como pode se manter essa justificativa? As instituições fazem o discurso da diversificação como estratégia de sobrevivência e de autonomia da agricultura família, mas com a agroindustrialização a proposta é pela definição de um tipo de produto – especialização – e que na prática esse tipo de estratégia não tem dado resultado satisfatório para os agricultores que fizeram essa opção.

Quadro 1 apresenta uma breve síntese das principais contradições entre o que é apresentado pelas instituições/entidades, como proposições externas, e o que os agricultores - agroindústrias informais - vislumbram como estratégias de sobrevivência e de resistência. As questões envolvidas foram trabalhadas nas entrevistas e aparecem claramente como contradições e limites que podem colocar

em cheque a continuidade de muitas feiras rurais, de roteiros e abastecimento de comunidades rurais. Possivelmente, essa pressão para a formalização das agroindústrias vai contribuir para o processo de exclusão de agricultores familiares - êxodo rural - e acentuar o esvaziamento e o “envelhecimento do campo”.

Quadro 1 - Contradições em relação às atividades de processamento de alimentos

Questões envolvidas	Proposições externas	Agroindústrias informais
Formalização	Estímulo (pressão)	Sem interesse (inviável)
Aumento da produção	Estímulo	Sem interesse e condições
Aumento do processamento	Estímulo	Sem interesse e condições
Abrangência de mercado	Estímulo	Sem interesse
Diversificação	Estímulo (discurso)	Manter ou aumentar
Sustentabilidade	Estímulo (discurso)	Própria da agricultura familiar
Sistema de produção	Pouco conhecimento	Próprio da agricultura familiar
Renda	Estímulo para aumento	Satisfação com a situação
Qualidade	Conceitos confusos	Satisfação

Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

Há, com base nas entrevistas, um conjunto de fatores que estão envolvidos no tema da informalidade e que se apresentam como contradições difíceis de serem abordadas, porque estão permeadas por um conjunto de interesses que nem sempre aparecem com tanta transparência, ao contrário, normalmente são revestidos de brandas sutilezas.

O desafio lançado por um dos entrevistados, de que não conhece nenhuma agroindústria que tenha se formalizado e se viabilizado nos últimos dois ou três anos, bem como as ponderações e dúvidas dos outros entrevistados sobre a viabilidade de investimento na formalização de uma agroindústria, traduzem de certa forma o que pode representar essa pressão para a formalização das agroindústrias.

O entrevistado **AFRI 8** faz um comentário, semelhante a outros entrevistados, sobre a pressão para a formalização das agroindústrias que comercializam nas feiras rurais do território. Essa movimentação e pressão para a formalização teve como causa principal uma denúncia realizada por um dos feirantes que comercializa na feira, em função de apenas um produto, mas a situação se estendeu para toda a

feira, “todo mundo entrou junto na dança, e aí sobrou para nós também, foi uma coisa muito estressante, e quem perde é o grupo”. O caso teve uma repercussão na mídia regional e foi pauta também na câmara de vereadores. Segundo esse entrevistado, a diretoria da feira teve uma reunião com o promotor (Ministério Público), e no retorno da conversa informaram que as agroindústrias deveriam ser registradas; “isso para mim foi a mesma coisa como se tivessem me dado uma facada”. Ele considera que o tema poderia ter sido tratado de outra forma, e que tudo poderia ter sido resolvido internamente, já que não se tratava de um problema de saúde pública.

Um colega da feira que optou pela formalização comentou com os feirantes que ele teve que mudar muita coisa dentro da agroindústria, e que pela sua experiência não apostaria mais nessa opção. “Por isso que eu falo, vem um e fala uma coisa, vem outro e fala outra coisa”, comenta o entrevistado **AFRI 8**.

Em termos gerais os entrevistados relatam que sempre teve um alto grau de solidariedade entre os feirantes. A exceção foi essa denúncia, e que poderia ter passada despercebida se não tivesse sido utilizada politicamente por algumas pessoas.

Outra contradição que chama a atenção é que não há nenhum tipo de apontamento – situação concreta - no sentido de qualquer contaminação ou risco para a saúde pública, e ao mesmo tempo não há a possibilidade de opção entre querer ou não formalizar o empreendimento. Inclusive um dos entrevistados questionou uma das instituições sobre isto, e a resposta foi a seguinte: “o que tu faz aqui não vai prejudicar ninguém, ninguém vai ficar doente, mas se tu quiser legalizar tu vai ter que construir” (investir numa estrutura de acordo com os parâmetros da lei). A orientação é relativamente clara, ou formaliza e continua comercializando na feira, ou cessa a comercialização. Parece que essa orientação tem sido aceita (internalizada) pelas instituições de uma forma muito pacífica, diferentemente do que pensam os agricultores, considerando que os entrevistados não irão apostar na formalização.

O entrevistado **AFRI 9** é sucinto na sua avaliação sobre a qualidade de seu produto, “enquanto está vendendo é porque é bom”. Salaria que independente do preço, o segredo é oferecer produto bom e de qualidade para o consumidor.

Estas questões que buscam conhecer e entender a angústia dos proprietários das agroindústrias informais sobre a qualidade de seus produtos apresentam um

conjunto de elementos que possibilitam uma compreensão mais clara e transparente sobre os dilemas, dúvidas e contradições existentes a respeito da “pressão” para a formalização desses empreendimentos.

Há que se destacar que em nenhum momento das entrevistas houve qualquer tentativa de culpabilidade de pessoas ou de instituições. Existe o entendimento do papel das instituições em “seguir a lei”, mas as manifestações são no sentido da não compreensão da lei e da forma como está sendo proposta ou imposta a sua aplicação. Obviamente, entendem que tem sido dado certo tempo (fôlego) para a formalização das agroindústrias, nos últimos tempos. Contudo, a questão central não é o tempo, e sim um conjunto de questões que estão diretamente ligadas à gestão e a viabilidade, não apenas econômica, mas de alteração do sistema produtivo e do empreendimento.

De certa forma essas experiências informais de processamento de alimentos se caracterizam por sistemas de produção inclusivos em pequena escala, considerando que todos os entrevistados possuem atividades da produção primária e do processamento que envolve os membros da família – filhos e parentes próximos. São também sistemas alimentares resilientes, sustentáveis, seguros, e com razoável diversidade que aprovencionam alimentação saudável para as famílias, numa abordagem que minimiza o desperdício, recicla nutrientes, conserva a biodiversidade, e mitiga os impactos das mudanças climáticas.

Em nível mundial também há uma crescente preocupação com a segurança alimentar e com as questões ambientais. Pode-se citar o *Slow Food* (comida lenta, em inglês) que é uma organização não governamental e também um movimento que possui como objetivo promover uma maior apreciação da comida, melhorar a qualidade das refeições e uma produção que valorize o produto, o produtor e o meio ambiente, tendo como princípio básico o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção - os produtores. Além desse princípio básico, o *Slow Food* opõe-se à tendência de padronização do alimento no Mundo, e defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, tornando-se co-produtores. Para esse movimento o alimento que comemos deve ter bom sabor; deve ser cultivado de maneira limpa, sem prejudicar nossa saúde, o meio ambiente ou os animais; e os produtores devem receber o que é justo pelo seu trabalho.

Tomando como referência essa tendência mundial, pode-se muito bem dizer que as agroindústrias informais estão muito mais em consonância com essa tendência do que os modelos agroindustriais convencionais. Essas AFRIs são de fato modelos em que os agricultores empregam seus conhecimentos técnicos nas atividades de produção de alimentos, utilizando seus meios de produção, nas atividades de processamento e no desenvolvimento de habilidades e de estratégias pertinentes a negociação de seus produtos e de busca de mercados. As motivações envolvidas nessas atividades possuem aspectos culturais, econômicos e sociais, associadas às estratégias da produção de subsistência e de possibilidades concretas de geração de renda em cadeias de valor com circuitos curtos, com inclusão social, funcionalidade e eficiência que se pode associar à produção sustentável e a contribuição pedagógica para o consumo responsável.

Trata-se de compreender de que modo essa estratégia da informalidade das agroindústrias familiares se organiza através de suas relações sociais, culturais e históricas do “saber fazer”, e como contribuem para a construção do território, e qual pode ser o significado para essas famílias em relação a uma possível inviabilidade da continuidade desses processos. Procurar apreender como esse conjugado complexo de normas, tradições, conhecimentos e construções cognitivas decompõe-se em dados com capacidade de influenciar no comportamento e dinâmica das estruturas dos agricultores familiares quanto à opção de manter ou abandonar as atividades de processamento de alimentos em seus respectivos territórios.

O desafio do Desenvolvimento Regional passa ou deveria passar também por estratégias alternativas factíveis ao processo de fortalecimento do território. Para isso, precisam ser percebidos e compreendidos como produto social e histórico do território, com as particularidades e especificidades de um contexto que vai além da análise economicista e financeira inerente a empreendimentos econômicos de médio e grande porte.

A herança familiar no meio rural é também uma herança de conhecimento transmitido de geração a geração, onde é possível entender a importância de algumas estratégias definidas pela família para a manutenção da propriedade da terra, dos costumes, do modo de vida e da sua própria condição social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade das agroindústrias familiares rurais nesta pesquisa, não se apresenta somente como uma resistência a um modelo ou a uma legislação, como parece, ou como tentam qualificar. Existe uma bagagem cultural envolvida nesses processos informais de processamento de alimentos e que em muitos casos a legislação não reconhece como saudável, ou identifica como “risco a saúde pública”.

As entrevistas realizadas apontam para um conjunto de fatores que estão imbricados neste tema da informalidade e apresenta uma série de contradições que implicam em relações de poder. Então, a complexidade é bem maior do que aparece nos debates porque se trata de um tipo de agricultor familiar que produz e processa alimento, possui uma relação harmônica com o ambiente e com a biodiversidade, mantém a produção sistêmica, possui alto grau de resiliência, faz parte da economia do território e, fundamentalmente, preserva a sua cultura a partir dos saberes tradicionais, produzindo conhecimento.

Esse tipo de agricultor familiar possui uma relação direta com vários dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em função dos temas da segurança alimentar, a preservação ambiental, as questões de saúde e bem-estar, consumo e produção sustentáveis, entre outros. A inviabilização dessa forma de produzir e processar alimentos vai à contramão do que se vislumbra para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. E ainda, porque se trata de um percentual significativo de agricultores familiares, não apenas no território estudado.

Nesta pesquisa foi possível verificar que a informalidade das agroindústrias familiares não é simplesmente uma situação transitória, como é apontada em alguns estudos. O que reforça essa afirmação é que o tempo de funcionamento das atividades de processamento varia entre 12 e 40 anos. Portanto, há uma história familiar e uma relação construída com o consumidor que se mantém ao longo dos anos. Nota-se que essa prática da informalidade persiste mesmo com a presença de entraves e se apresenta como uma alternativa e um caminho a ser percorrido pelos agricultores, em especial aqueles de base familiar, como possibilidade concreta de conquistar melhores condições econômicas e sociais para suas famílias, como possibilidade de estender a sua forma de produzir e sua permanência no espaço rural.

A viabilidade, no caso das agroindústrias familiares informais, não está apenas em um ou dois produtos, mas na composição de matéria-prima e produtos que fazem parte dos arranjos produtivos sustentáveis. O que dá sustentabilidade, autonomia e viabilidade é o sistema de produção (sistema agrário colonial). A gestão desse sistema, mesmo sendo mais complexa, é mantida sob controle da família e as estratégias adotadas têm a ver com o manejo do sistema produtivo, com o processamento dos produtos e com a comercialização diversificada, como estratégias de reprodução das famílias.

De certa forma essas experiências informais de processamento de alimentos se caracterizam por sistemas de produção inclusivos em pequena escala, considerando que todos os entrevistados possuem atividades da produção primária e do processamento que envolve os membros da família – filhos e parentes próximos. São também sistemas alimentares resilientes e com razoável diversidade que aprovencionam alimentação economicamente saudável para as famílias, numa abordagem que minimiza o desperdício, conserva o ambiente e a biodiversidade, e mitiga os impactos das mudanças climáticas.

O desafio do Desenvolvimento Regional deveria passar também pela capacidade de compreender, reconhecer e fortalecer modelos e estratégias alternativas factíveis ao processo de fortalecimento do território e da relação campo cidade.

É de conhecimento que o projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no Brasil, tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. No entanto, esta opção tem implicado custos sociais e ambientais crescentes.

Por outro lado, o avanço dos movimentos sociais no campo, têm tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial.

Neste contexto das oportunidades de desenvolvimento social, talvez se possa ainda ter esperança de realização de ações que parecem estar longe de nossa capacidade de realização – as utopias.

Esta pesquisa apresenta indicativos de que a produção na agricultura familiar e o processamento de alimentos não é uma transição que se encaminha para o

consumismo, o individualismo e a dominação dos recursos naturais, ao contrário, esse modo de vida tem como fundamentos a solidariedade humana, a sensibilidade ambiental e a vida com qualidade. Parece-nos que esse deve ser o caminho a ser seguido pela sociedade como perspectiva futura de desenvolvimento humano sustentável. Acreditamos que é possível tornar utopias possíveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000152.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.
- ALMEIDA, S. G. *Meio Ambiente e o desenvolvimento da agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992.
- BIACHINI, G., N. *A Política de Apoio às agroindústrias Familiares de Pequeno Porte de processamento Artesanal na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS*. Tese de Doutorado. Santa Cruz do Sul, 2015.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Portugal/Brasil: Difel/Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: UDRY, C.; EIDT, J. S.; Editoras Técnicas. *Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal*. Brasília: Embrapa, 2015.
- BRASIL - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Apresentação sobre o SISBI - POA*. Brasília 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Cooperativismo/3RO/App_SISBI-POA.pdf> Acesso em: 21 ago. 2018.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. SUASA. *Instrução Normativa nº 36, de 26 de julho de 2011*. Brasília. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sisbi-1/legislacao/instrucao-normativa-36.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2018.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar 2003/2006: Sabor de Brasil*. Documento Referencial, Brasília, 2004.
- CAAF. *Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai. Projeto de pesquisa*. Edital FAPERGS 001/2005 – PROCOREDES, Frederico Westphalen, 2006.
- CAZELLA, A. A. *Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável*. Eisforia (UFSC), v. 4, p. 225-247, 2006.
- DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p - p. 09

EMBRAPA. *Módulos Fiscais*. 2012. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigoflorestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: 09 out. 2019

ETGES, V., E. *Sujeição e resistência: Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Associação Brasileira de Geógrafos, Porto Alegre, RS. 1991.

FAO 2017. *Brasil promove consulta nacional preparatória a simpósio regional que vai tratar de sistemas alimentares sustentáveis*. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1029510/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

FAO, 2017. *Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo*. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1037611/>. Acesso em: 07 nov. 2019

FAO, 2019. *Chefe da FAO pede mudanças profundas nos sistemas de alimentação para garantir dietas saudáveis*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-fao-pede-mudancas-profundas-nos-sistemas-de-alimentacao-para-garantir-dietas-saudaveis/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um universo sucinto das principais vertentes analíticas recentes. RBCS v. 18 n. 51 fevereiro/2003.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. *Painel do agronegócio no Rio do Grande do Sul — 2015*. Porto Alegre: FEE, 2015.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK, C. *Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2016*. Porto Alegre: FEE, 2016.

FIDA, Programa Regional. *Caminhos da diversificação produtiva: o exemplo que vem da fumicultura no sul do Brasil*. Disponível em: <<http://fidamercosur.org/claeh/experiencias/experiencias-en-la-regi%C3%B3n/747-caminhos-da-diversifica%C3%A7%C3%A3o-productiva-o-exemplo-que-vem-da-fumicultura-no-sul-do-brasil>> Acesso em: 08 out. 2019.

FROEHLICH, J. M. Alves, H. F. I. Novas Identidades, Novos Territórios. Aproveitando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Passo Fundo. *Anais...* Brasília: SOBER, 2005

GAZOLLA, M. Instituições e economia dos custos de transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 161 – 185, set./dez. 2009.

Gil, A. C.. *Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) et. al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*, 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, p.1-7, 2003.

GUIMARÃES, G. M. *A legislação Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal: O caso das Agroindústrias de Pequeno Porte*. Santa Maria - UFSM. Dissertação (CPGExR), 2001.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro. Campus 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Resultado do Universo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab1.pdf> Acesso em: 06 ago.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). v4.3.41. 2017. Disponível em: <<http://www.https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

KALNIN, J. L. *Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2004.

KARNOPP, E. Desenvolvimento regional entre verticalidades e horizontalidades: a agricultura familiar em questão. *Revista do departamento de geografia – USP*, volume 27 (2014), p. 282-295.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M., A. *Fundamentos de metodologia científica.. - 5. ed.* - São Paulo: Atlas 2003.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 2, 1998, 348p.

LIMA, L. e DASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48: 101-110, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a06v21n48.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2019.

MARQUES, Eduardo C. Redes sociais e poder no estado Brasileiro, aprendido a partir das políticas urbanas. *RBCS*. v. 21 n. 60 fevereiro/2006.

MARX, K. E ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes. *In: Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845- 1846*, São Paulo: Boitempo, 2007.

MDA, 2008. *Documento Orientador sobre o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária SUASA*. Disponível em: <https://portalresiduossolidos.com/o-suasa-sistema-unificado-de-atencao-sanidade-agropecuaria>. Acesso em: 23 julho 2019.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M., C., de S (org.), DESLANDES, S., F., NETO, O., C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - BNDES. *Agricultura familiar*. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programa-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> Acesso em: 16 out. 2014.

MIOR, L.C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos, 2005.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) et. al. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAPAF. *Documento Orientador sobre o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA*. MDA, 2008. Edição 2007/2010.

PAULA, N. M. de. *Abastecimento Alimentar: Redes Alternativas e Mercados Institucionais*. / Org. Julian Perez- Cassarino ... [et al]. -- Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018.

PELEGRINI, G., GAZOLLA, M. *A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar*. Frederico Westphalen: URI, 2008.

PELEGRINI, G., GAZOLLA, M. *Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai (CAAF, 2006)*. Relatório Final de Pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005 – PROCOREDES, Frederico Westphalen, 29p, Junho de 2007.

PEREIRA, M., P.; BOTELHO, M., I., V. *A Invisibilidade Social e Política dos agricultores Familiares e seus Reflexos nas Relações com o Estado*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.14, n.2, p.113-131 Mai.-Ago. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. *Divisão Distrital 2018*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-de-localizacao-de-Santa-Cruz-do-Sul-Organizacao-do-autores_fig1_304198962> Acesso em: 17 dez. 2019.

PREZOTTO, 2013. *Manual de Orientações sobre Constituição de Serviço de Inspeção Municipal – SIM*. Brasília, março de 2013

PREZZOTO, L. L. *Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado*. Brasília, DF : CONTAG, 2016.

Programa Regional FIDA MERCOSUR. Disponível em: <<http://fidamercosur.org/claeh/experiencias/experiencias-en-la-regi%C3%B3n/747-caminhos-da-diversifica%C3%A7%C3%A3o-productiva-o-exemplo-que-vem-da-fumicultura-no-sul-do-brasil>>. Acesso em: 08 out. 2019.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

Relatório Final das Agroindústrias Familiares da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa – RS. RDI 87/2017. Porto Alegre, novembro 2017.

RIO GRANDE DO SUL, 2013. *Programa de Agroindústria Familiar – PEAf*. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR.

ROCHA, C. *Abastecimento Alimentar: Redes Alternativas e Mercados Institucionais*. Editora UFFS. Chapecó, SC. 2018.

SABOURIN, E. *produção Camponesa e Seguridad Alimentar no Brasil: Uma Análise pela Teoria da reciprocidade*. Revista Latinoamericana de Estudios Rurales II (3), 2017 ISSN 2525-1635.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. *As Cadeias Agroalimentares Curtas e Desenvolvimento Local – Um Estudo de Caso no Município de Nova Veneza/SC*. Volume 14 – Número 19 – Jan/Jun 2012 - pp. 101-130.

SCHNEIDER, S., GRISA, C. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural* v.46 n.2 Brasília Apr./June 2008.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de relocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. 2010. *Reflexões sobre Diversidade e Diversificação*. Agricultura, Formas Familiares de Desenvolvimento Rural. *RURIS*, vol.4, nº 1, março 2010.

SCHUMPETER, J. A. (1911) Teoria do desenvolvimento econômico. *In: Os economistas*. Traduzido por Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SDR, 2017. *Manual Operativo Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)*, 2017. Disponível em:///C:/Users/Seven/Downloads/02115021-manual-operativo-programa-estadual-de-agroindustria-familiar-peaf-2017-2-2%20(2).pdf. Acessado em 29 ago.2019.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cap.5 – Atores no processo de política pública. 2014.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*. N. 20. Maio/Jun/Jul/Ago, 2002.

SIMON, H. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006.

TEDESCO, J. C.; VIEIRA, G. Z. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. *In: TEDESCO, João Carlos (Org.)*. Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 17-31.

THEODORO, M. *As bases da Política de apoio ao Setor Informal no Brasil*. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf> Acesso em: set. 2019. Acesso em: 24 out. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Caraúbas - Rio Grande do Norte. *Blog Ciência de agricultor*, ano 2013. Disponível em:

<<http://cienciadeagricultor.blogspot.com/2013/07/grau-brix.html>> Acesso em: 05 out. 2019

WEISHEIMER, N. *Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2004.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. *DESIDADES*, n. 1, ano 1. Temas em destaque. 2013

WESZ JUNIOR, V. J. *As novas configurações no meio rural Brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar*. AGROALIMENTARIA. Nº 28. Enero-Junio 2009 (p.25-34).

WILKINSON, J.; MIOR, L.C. *Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces*. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 13, 1999. (p.29-45)

WINCKLER, M. BOUFLEUER, T. R. FERRETTI, F. DE SÁ, C. A. Idosos no meio rural: uma revisão integrativa. *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 173-194, 2016.

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO PESQUISA AGROINDÚSTRIAS (MARÇO 2019)
IDENTIFICAÇÃO da Agroindústria e do respondente

01. Nome da agroindústria/agricultor(a):

02. Localização da agroindústria:

03. Pessoa que dirige o estabelecimento:

Masculino Feminino

04. Qual a idade do respondente?

05. Formação escolar:

1o. Grau

2o. Grau

3o. Grau

Outro

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

06. Principal atividade produtiva da agroindústria:

Derivados do leite

Derivados de carne

Derivados da Cana-de-açúcar

Derivados de Frutas (Doces e Bebidas)

Conservas

Outros. Qual?

07. Por que o interesse por essa atividade produtiva?

08. Há quanto tempo desenvolve esta atividade agroindustrial?

09. A atividade agroindustrial foi apreendida com:

Os pais ou familiares

Vizinhos

Técnicos extensionistas

Com outro produtor que se dedica à mesma atividade

Aprendi de outra forma. Qual?

()

10. Qual a origem da mão de obra utilizada em sua AF?

Exclusivamente Familiar

Familiar. Muito raramente utiliza terceiros

Familiar. Mas frequentemente contrata terceiros

Maior parte da mão de obra é contratada (>50%)

11. Como você descreve a sua estrutura de produção?

- Estrutura própria específica. Qual?
- Cozinha comum (casa)

12. Qual a origem da matéria prima?

- Exclusivamente Familiar
- Familiar. Muito raramente utiliza terceiros para obtenção da matéria prima
- Recorre frequentemente a terceiros para obtenção da matéria prima
- Maior parte da matéria prima é de terceiros (>50%)

13. Qual foi aproximadamente o faturamento bruto da sua agroindústria em 2018?**14. Qual é tipo de configuração organizacional da Agroindústria?**

- Produtor individual
- Associação/grupo
- Condomínio, consórcio ou associação de pessoas
- Cooperativa
- Outras. Qual?

15. Qual o local de residência da pessoa que dirige o estabelecimento?

- No estabelecimento
- No município na zona rural
- No município na zona urbana
- Em outro município na zona rural
- Em outro município na zona urbana

16. Qual é a situação da sua agroindústria?

- Informal
- Em processo de formalização
- Usa bloco de produtor

17. Quais as DUAS principais motivações para desenvolvimento da atividade industrial? *Você pode marcar diversas casas (2 no máximo)*

- Já é uma tradição familiar
- Incentivo de políticas/programas públicas
- Estímulo de parceiros/cooperativas
- Aumentar a renda familiar
- Reter os jovens na propriedade
- Percepção de crescimento do mercado dos produtos artesanais/coloniais
- Outras motivações. Quais?

18. Existe cooperação para compra de matéria prima e insumos, capacitação e comercialização da produção?

- Jamais
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Muito frequentemente

19. Se existe cooperação, ela se dá mediada por?

- Cooperativas
- Sindicatos
- Associações
- Feiras rurais
- Outras. Qual?

20. Qual a origem do capital inicial para constituição da AF? Pode marcar duas opções, no máximo.

- Próprio
- Financiado com necessidade de reposição de valores
- Financiado por meio de políticas de "Fundo Perdido"
- Maior parte com Capital Próprio, menor parte financiada
- Menor parte com Capital Próprio, maior parte financiada
- Outro. Qual?

21. Qual o destino da produção transformada em sua agroindústria?

- Predominantemente orientada para o consumo próprio, embora o excedente (<50%) seja comercializado.
- Os produtos transformados, em sua maioria (>50% < 75%), são destinados a comercialização
- Quase toda a produção (>75% <90%) é destinada a comercialização
- Toda (> 90%) a produção é destinada a comercialização

22. Qual a exigência de regularidade, requerido por seus clientes, na entrega dos produtos da sua agroindústria?

- Muito pouca regularidade
- Ocasional (o cliente compreende a sazonalidade da produção e só demandam na época de safra)
- Alguma regularidade (devo dispor de ao menos um produto alternativo para satisfazer o cliente)
- Alta regularidade (o cliente exige a oferta constante do mesmo produto)

23. Nos últimos anos aumentou o processo produtivo?

- Não aumentei
- Aumentei em até 20%
- Aumentei em mais de 20% até 40%
- Aumentei em mais de 40% até 60%
- Aumentei em mais de 60% até 80%
- Aumentei em mais de 80% até 100%
- Aumentei em mais de 100%

24. Qual a data de referência do aumento da produção considerado na questão anterior? (ano base)

25. Quais fatores restringem o aumento de produção? Ob.: Pode marcar duas opções, 2 no máximo.

- Capital para investimento
- Capital de giro
- Mão de obra
- Matéria Prima
- Assistência técnica
- Mercado saturado
- A legislação dificulta
- Concorrência
- Outras

26. . Teve incentivo para instalação e melhorias por parte do governo MUNICIPAL?

- Não
 - Sim.
- Quais?

COMERCIALIZAÇÃO

27. Onde a sua família comercializa (tipos de mercado)?

()

Feira municipal

- Em casa
- Eventos
- Outros. Quais?

28. Quem são os principais consumidores?

29. Qual é a frequência de comercialização?

- Diária
- Semanal
- Outras. Quais?

30. Os preços dos produtos de sua AF são:

- Menores que os preço dos produtos convencionais
- Iguais aos preços do produtos convencionais
- Maiores que os preços dos produtos convencionais

Obs.: Entende-se por "produto convencional", aqueles similares produzidos pela "grande agroindústria"

31. Qual o nível de abrangência do mercado de sua agroindústria? Ob.: Pode marcar duas opções, 2 no máximo.

- De extrema proximidade (vende para vizinhos ou entrega em casa)
- Local (Vende no Município)
- Regional (Vende no município e Municípios vizinhos)
- Estadual
- Nacional

32. A renda principal advém de quais formas de comercialização? (MARCAR ORDENADAMENTE): 1 = principal; 2 = segunda mais importante; 3 = terceira mais importante)

- 1. De extrema proximidade (vende para vizinhos ou entrega em casa)
- 2. Local (Vende no Município)
- 3. Regional (Vende no município e municípios vizinhos)
- 4. Estadual
- 5. Nacional

Ordenar 3 respostas () () ()

33. Os produtos são comercializados com rótulos?

- Não
- Sim, possuo rótulo próprio
- Sim, uso rótulo coletivo.
- Outros

34. Tipos de relação de reciprocidade que você ou sua agroindústria normalmente praticam com seus vizinhos?

- Não pratica
- Troca de serviços
- Troca de produtos
- Troca de informações
- Compra ou transporte de insumos ou outras mercadorias
- Outras relações. Quais?

35. Existe perspectiva de aumento de produção e comercialização para os próximos dois anos?

- Absolutamente não
- Talvez não
- Depende
- Talvez sim
- Absolutamente sim

36. Quais são as principais dificuldades e restrições da comercialização? Ob.: Pode marcar duas opções, 2 no máximo.

- Capital para investimento
- Capital de Giro
- Mão de obra
- Matéria Prima
- Assistência técnica
- Mercado saturado
- A legislação dificulta
- Concorrência
- Outros. Quais?

37. Outra agroindústria familiar que se dedica a mesma atividade produtiva da sua, é uma:

- Concorrente no mercado
- Parceira com quem você eventualmente pode fazer acordos e negócios

PERSPECTIVAS

38. Quais são as suas expectativas para a continuidade da atividade agroindustrial para os próximos anos?

39. Você pretende formalizar a sua agroindústria?

Sim

Não

Por quê?

40. Qual é o significado da formalização (legalização) para você?

41. Qual é a sua avaliação sobre a legislação para as agroindústrias?

42. Quais são as organizações que apoiam a sua agroindustrialização? Como é esse apoio (treinamentos; local para comercialização; apoio para participação em eventos)?

43. Como tu avalias a qualidade do teu produto?

VARÁVEIS DE CONTROLE:

Número do questionário:

Data de aplicação:

APÊNDICE B
ROTEIRO DE QUESTÕES PARA OS ATORES DO TERRITÓRIO
IDENTIFICAÇÃO:

1. Qual é a importância das agroindústrias familiares para a sua instituição e para o município?
2. De que modo a sua instituição colabora/apoia as agroindústrias familiares do município?
3. Em sua opinião o que diferencia o produto da agroindústria formal e o da agroindústria informal?
4. Qual é a sua opinião (instituição) sobre a informalidade nos processos de agroindustrialização? Que tipo de questões você considera relevante na agroindústria informal?
5. Qual é a sua opinião sobre a legislação atual para as agroindústrias?
6. Qual pode ser a implicação da legislação para as agroindústrias informais, caso a fiscalização (vigilância) passe a ser rigorosa nos próximos meses/ano?
7. Você acredita que os produtos das agroindústrias familiares informais são de qualidade inferior?
8. Você acredita que os produtos das agroindústrias familiares informais apresentam algum risco de saúde pública?
9. Qual é a principal questão, em sua opinião, que envolve a “pressão” (cumprir a lei) para a formalização das agroindústrias?